



VÍRUS

N7

*Revista política
e de ideias*

JUNHO 2015

II série

editorial **A Grécia da
nossa solidariedade**

MARISA MATIAS, FRANCISCO LOUÇÃ

dossiê **PRIVATARIA** por MARIANA MORTÁGUA
E JORGE COSTA

**QUATRO ANOS DE AUSTERIDADE: O BALANÇO
É DESASTROSO** | ENTREVISTA A MANUEL CARVALHO
DA SILVA por FERNANDO ROSAS E SOFIA ROQUE

MIL GÉNEROS por JOÃO MANUEL OLIVEIRA

+ ler, ver e ouvir

Projeto Editorial

1

A *Vírus* é uma revista com edição semestral iniciada em Junho de 2012. Tem tido, e continuará a ter, uma edição online consultável agora no site: www.revistavirus.net

2

A nova série da *Vírus*, agora em edição impressa, define-se como um espaço de debate de ideias e de intervenção direcionado para o entendimento crítico da realidade e para a construção de alternativas democráticas e socialistas à violência predatória do capitalismo e à deriva autoritária dos seus governos e do seu Estado.

Esse é o seu objetivo.

3

Com esse fim, a *Vírus* fomentará o concurso e o debate de todas as opiniões que, à esquerda, queiram contribuir para uma consistente corrente contra-hegemónica e para a superação da (des) ordem atual.

Esse é o seu campo.

4

A *Vírus* afirma-se como espaço de reflexão, discussão, formação e divulgação de apoio às ativistas e aos ativistas nos terrenos da política, dos movimentos sociais, da intervenção cultural, científica e cívica ou de uma cidadania informada e com opinião.

Simultaneamente, recebe do seu pulsar, das práticas sociais mais diversas, o influxo inspirador para o seu trabalho.

Esse é o seu compromisso.

5

A *Vírus* pretende fazer eco e participar ativamente nos grandes debates do internacionalismo, dar conta dos seus passos e desafios, uma vez que não há soluções puramente nacionais ou autárquicas para a ação emancipatória.

Esse é o seu âmbito.

Editorial : A Grécia da nossa solidariedade PÁG. 03

MARISA MATIAS E FRANCISCO LOUÇÃ

Dossiê: Privataria PÁG. 09

Quem ganha e quem perde com as privatizações em Portugal

por JORGE COSTA E MARIANA MORTÁGUA

Entrevista a Manuel Carvalho da Silva PÁG. 15

por FERNANDO ROSAS E SOFIA ROQUE

Pensar o Socialismo Hoje PÁG. 27

Retóricas do Populismo: Ernesto Laclau, 1935-2014

por JOHN KRANIAUSKAS

Ler, Ver, Ouvir PÁG. 36

Fotografias de um presente originário por SOFIA ROQUE

Os donos da história por JÚLIA GARRAIO

Desobedec por ADA PEREIRA DA SILVA

A necessária, mas difícil, articulação entre as lutas sociais

por FABRICE SCHURMANS

Pegar em armas por AMARÍLIS FELIZES

Electro:thèque. A música dos filhos da tecnologia

por HELENA ROMÃO

Menórias políticas do Séc. XX por MIGUEL CARDINA

Para onde vai o sonho quando a esperança acaba?

por ANA BÁRBARA PEDROSA

Uma inspiração por CATARINA MARTINS

Sem polifonia, a história fica truncada por ANDREA PENICHE

Resgatadas da sombra por ANA CLOTILDE CORREIA

Vária PÁG. 60

“Vamos fazer estágios até sermos venhinhos?": os efeitos

da austeridade na política de emprego por ADRIANO CAMPOS

Depois dos ataques ao Charlie Hebdo e aos supermercado judaico:

pensar o novo, repensar o velho por PIERRE ROUSSET

Mil géneros por JOÃO MANUEL OLIVEIRA

Ensino Superior: problema central do nosso tempo. Notas sobre

cultura e educação por HUGO MARTINS

Por sobre todas as dificuldades: Projeto Troika

por PAULA SEQUEIROS

Acontece PÁG. 94

Agenda organizada por FABIAN FIGUEIREDO



A Grécia da nossa solidariedade

MARISA MATIAS E FRANCISCO LOUÇÃ



Se se diz que os olhos são o espelho da alma, estas duas fotos confirmam tudo. Retratam uma recente cimeira entre o primeiros-ministros da Grécia e a da Alemanha, na capa de jornais de referência, o *Financial Times* e o *Frankfurter Allgemeine Zeitung*; há fracções de segundo entre uma e outra e vejam a diferença que isso faz, Merkel está como é mas Tsipras aparece desconfiado numa e descontraído noutra. A escolha editorial é aliás reveladora da abordagem de cada um dos jornais: o diário alemão apresentou a reunião como um alívio da tensão entre os dois governos, o diário britânico continua a insistir em que não há solução europeia se a economia grega continuar a ser destruída. E a saga continuou durante o mês de maio, de-

verá continuar durante o mês de junho, os credores vão apertando o cerco à Grécia.

No momento em que concluímos este artigo, a Grécia é o único país entre os que estiveram sob intervenção da troika que tem financiamento cortado desde Agosto de 2014 e, apesar disso, o BCE continua a atrasar a devolução dos 1,9 mil milhões de euros obtidos em lucros com os títulos de dívida pública sem qualquer justificação para tal, a não ser como mais um elemento de chantagem.

O prolongamento do choque entre os credores e o governo de Tsipras não permite prever a conclusão, mas registamos que as instituições europeias e o FMI apresentaram um ultimato nos primeiros dias de Junho e o governo recu-



SHEILA / FLICKR

Manifestação de apoio ao governo Syriza em Trafalgar Square, Londres.

sou-o, adiando o pagamento ao FMI até ao final do mês. Nesse prazo terá que ser imposta uma solução: ou um acordo ou um confronto. No segundo caso, as autoridades de Atenas têm dado a entender que recorreriam a eleições gerais para legitimar democraticamente uma alternativa. Não parece possível haver mais algum adiamento da decisão para a Grécia.

Os dias das listas

Os dois olhares da foto anterior serão também reveladores de uma tensão que nunca deixou de crescer. Na carta que Tsipras enviou a Merkel uns dias antes da cimeira de Bruxelas e do encontro de Berlim, a razão é explicada em detalhe: a Grécia já tem poucas reservas e aproxima-se do risco de incumprimento, não tendo até agora conseguido uma solução negociada com a União Europeia. O encontro de Berlim deixou tudo na mesma.

De facto, desde o acordo de 20 de fevereiro, o tempo correu contra os gregos. Esse acordo permitiu algum recuo da tensão imediata (no

dia 1 de março não foi aumentado o IVA nem reduzidas as pensões, como o governo da direita e do partido socialista tinham previsto), mas prometeu vantagens que não podia cumprir (suspender a austeridade e permitir o início da recuperação económica) ou que foram imediatamente congeladas (melhorar a liquidez do sistema bancário e permitir-lhe comprar dívida pública de curto prazo). O que se iniciou foi uma guerra de manobras e de pressões em que a Grécia tem procurado resistir. Por isso mesmo, Tsipras reconheceu numa entrevista que as instituições europeias signatárias do acordo não têm sido parceiros de boa fé e que foi um problema não explicitar a contrapartida em termos de garantia de liquidez.

Essa pressão tem sido implacável. O BCE proibiu os bancos gregos de comprarem dívida pública e, de facto, não permite que o Estado grego se refinance. As autoridades europeias pretendem continuar o protectorado. Assim, a União Europeia protestou contra a lei aprovada por quase unanimidade no parlamento grego e



que estabeleceu medidas de alívio de emergência para os mais pobres. Não foi recebido nem um cêntimo dos empréstimos prometidos e são exigidas mais listas de medidas, incluindo a retomada das privatizações, o adiamento da recuperação do salário mínimo e o recuo nas escolhas de alívio fiscal. Mesmo os dinheiros que são dos gregos (a sua parte nas operações do BCE) não lhes são entregues se as suas medidas não forem aprovadas num exame, que deveria ter decorrido em abril.

De pouco tem servido às autoridades gregas terem hoje provas de que as contas do déficit de 2009 foram falsificadas para exagerar a sua dimensão, abrindo caminho ao encarecimento da dívida e posteriormente ao resgate, com um efeito de bola de neve que ainda não se desvaneceu. De nada serve que um anterior ministro das finanças seja condenado por ter favorecido

a um fundo de reserva do próprio FMI para lhe pagar. Mas o dinheiro tem que ser reposto em pouco tempo.

Semana a semana, vai sendo difícil pagar as contas do Estado se não houver uma nova entrada de recursos que reforce a tesouraria. Por isso, o governo está a recorrer a todas as medidas possíveis: usa alguns fundos de pensões, adia pagamentos, mobiliza subsídios que eram para agricultores (300 milhões), está a tentar contrair empréstimos de curto prazo em mercados monetários (600 milhões), mobilizou os fundos das empresas públicas e das autarquias através de uma lei de emergência. Entretanto, está a procurar antecipar impostos e aumentar as receitas com uma amnistia fiscal. Se o conseguir, então ficará com uma pequena folga, mas cada semana terá que fazer contas.

Entretanto, ao admitir a hipótese da saída da

O impacto de qualquer escolha, para a Europa e para a esquerda em todos os países vitimados pela crise dos últimos anos, será essencial para o mapa político do nosso tempo.

a família e escondido as suas responsabilidades em fraudes fiscais. Agora é a hora dos acertos de contas. E, portanto, o tempo é curto.

A política de Merkel e da União é muito evidente e ela não tenta camuflá-la: levar a Grécia à beira da bancarrota a curtíssimo prazo para a obrigar a prosseguir a política que o eleitorado rejeitou, humilhando assim o país, exibindo a sua derrota como vacina europeia, mostrando ainda que Merkel só permite outro Hollande, nunca um opositor. O governo grego tem resistido a esta política, o que faz dele um caso único na Europa.

Esta corrida para o abismo é implacável e está por poucas semanas. A 9 de abril, a Grécia conseguiu os 450 milhões de euros para pagar a conta ao FMI e, em maio, conseguiu mais 900 milhões através de um subterfúgio, recorrendo

Grécia do euro, Draghi aceitou desencadear a especulação sobre essa possibilidade. Resta saber se ela já está a ser negociada em segredo ou, se acontecer por acidente ou por desígnio, se estão prontos os necessários planos de contingência. O impacto de qualquer escolha, para a Europa e para a esquerda em todos os países vitimados pela crise dos últimos anos, será essencial para o mapa político do nosso tempo.

A força da razão grega

Num relatório recente, o *Bank of America Merrill Lynch* apresenta três cenários para a Grécia. O cenário “bom” é Tsipras assumir o papel de alguém que chega ao governo com pergaminhos de esquerda para depois aplicar uma política que proteja os mercados. Mas esse cenário é ingênuo, porque os mercados



ADOLFO LUJAN / FLICKR

Multidão comemora vitória do Syriza

financeiros saem de uma grave crise mundial, recompuseram a sua rentabilidade garantindo rendas, nomeadamente sobre as dívidas públicas, impuseram mudanças de contratos sociais, generalizaram a austeridade e a transformação do trabalho em mercadoria precarizada – numa palavra, não recuam, não permitem alívio, antes exigem destruição. Mais ainda, os agentes políticos dessa adaptação estão radicalizados:

longa depressão.

Finalmente, o cenário “feio” é a saída do euro, o controlo de capitais e perdas dos credores. Ou seja, a incerteza e o risco.

O nosso argumento é que o governo da Grécia faz bem em enfrentar os credores e em defender o seu povo. Por duas razões, uma estrutural e outra conjuntural, e vai ser a última que vai decidir. A razão estrutural é verificável na compa-

O nosso argumento é que o governo da Grécia faz bem em enfrentar os credores e em defender o seu povo. Por duas razões, uma estrutural e outra conjuntural, e vai ser a última que vai decidir.

o SPD alemão, social-democrata, faz parte do governo de Merkel e é fiel à sua política.

O cenário “mau” para o *Bank of America* é continuar tudo na mesma. Tem razão, a Grécia já cumpriu o ajustamento de austeridade como nenhum outro país e o resultado foi o agigantar da dívida para 177% e portanto o agravamento da austeridade. A OCDE classifica a Grécia como campeã das “reformas estruturais”, ou seja, da austeridade, ao longo de todo o tempo da crise internacional (2007 a 2014). O resultado é que a economia não consegue evitar uma

ração entre a dinâmica da produção industrial na Europa antes do euro (a Grécia cresce mais do que a Alemanha) e depois do euro (a Alemanha beneficia e todos os outros perdem). O euro foi um grave problema para as economias mais frágeis: Varoufakis sublinhava-o bem, ao dizer que, se pudesse voltar atrás, a Grécia nunca deveria ter aderido a estas regras, acrescentando depois que é muito difícil agora sair delas. Em todo o caso, para recuperar a capacidade industrial e para criar emprego, é sempre preciso sair do colete de forças da austeridade e não há

compromisso bondoso que seja possível no quadro da aplicação do Tratado Orçamental durante os próximos vinte anos.

Mas tudo vai ser decidido brevemente e por outra razão. É que um governo que esteja submetido à provação de lutar dia a dia pelo pagamento dos salários fica sem capacidade para resolver os problemas fundamentais do desemprego. A Grécia tem escolhido recusar esse condicionamento que é a austeridade, ou seja, recusa submeter-se a continuar a ter a certeza de falhar e ficar pior. No seu discurso recente na conferência do *Economist*, foi precisamente esse o argumento de Alexis Tsipras.

A força externa da Grécia: a questão da dívida da Alemanha

Mas poderia a Grécia evitar este conflito, ganhar tempo e conseguir fazer ceder os seus parceiros europeus, apesar desta intransigência e da firmeza que Merkel tem demonstrado? Tudo depende da relação de forças.

Para melhorar a sua capacidade de iniciativa, o governo de Tsipras relançou a questão da dívida nazi à Grécia. Numa conferência de imprensa ao lado de Merkel, Tsipras reafirmou que pretende uma negociação sobre a dívida da Alemanha à Grécia em resultado da ocupação nazi, de 1941 a 1944. Fez bem e foi importante que mostrasse que não há duas linguagens, uma em Atenas e outra em Berlim.

O acordo de 1953 entre a Alemanha e os seus credores, permitindo uma gigantesca reestruturação da dívida alemã e garantindo as condições para a recuperação do país, não incluiu as reparações de guerra, que ficaram adiadas para um futuro tratado. Esse tratado só foi estabelecido em 1990, quando da reunificação das duas Alemanhas, e foi assinado com as po-



tências aliadas de 45 anos antes, os EUA, a Inglaterra, a França e a União Soviética. Juridicamente, as autoridades alemãs clamam que este acordo encerra a questão, mas essa não é a opinião dos Estados que nem participaram nessa negociação nem assinaram esse tratado. Reconhecendo esse problema, a Alemanha negociou em separado com a Polónia uma reparação,

que foi paga.

Em 1960, tinha havido um entendimento com vários países europeus, para o pagamento de indemnizações a vítimas da guerra. A Alemanha desembolsou então 71 mil milhões de euros (em termos da moeda de hoje), dos quais 57,5 milhões de euros às vítimas gregas, ou, como alguém disse então, 2,5 euros por cada dia em Auschwitz. No entanto, esse acordo não indemnizou o empréstimo forçado, ou seja a pilhagem do banco central grego, pelas autoridades nazis: 476 milhões de marcos da época, ou 11 mil milhões de euros hoje, pelos quais assinaram um título de dívida, que ainda vale.

Na década de 1960, o chanceler Ludwig Erhard garantiu mesmo que pagaria esse empréstimo quando da reunificação da Alemanha, porventura esperando que a promessa nunca tivesse que ser chamada à pedra. Mas houve a reunificação e o tratado de 1990, mas a dívida ficou por pagar, o que recentemente foi reconhecido pelo presidente alemão, em desacordo com Schauble.

A Grécia tem portanto razão do ponto de vista do direito internacional. É certo que o pagamento desta dívida não resolveria as suas contas públicas (outra coisa seria se fossem liquidadas as reparações de guerra). Mas significaria que a negociação seria diferente no tem-

po (os próximos meses estariam assegurados) e na relação de forças (a Alemanha ficou a dever durante 70 anos). E, o que não seria menor, a história seria corrigida segundo o princípio da responsabilidade.

Pode então a Grécia conseguir esta reparação? A resposta pragmática é que não tem agora a relação de forças que lhe permita impô-la, sobretudo porque na Alemanha não mobiliza

o apoio suficiente para desequilibrar o governo de Merkel e dos social-democratas do SPD. Tem faltado a solidariedade necessária para com a Grécia, mas a força do argumento levou o presidente da Alemanha, surpreendentemente e em dissonância com Merkel, a admitir que a Grécia pode ter razão.

A força interna de Tsipras: o apoio popular

Não é portanto entre os governos da Europa que a Grécia encontra aliados. A força do governo está antes na sua popularidade interna: uma sondagem de março dava ao Syriza 47,8% de intenções de voto, um resultado esmagador, e as sondagens posteriores confirmam a mesma vantagem.

Numa Europa sem alternativas, como argumenta o Prémio Nobel da Economia Edmund Phelps, esta resistência da sociedade grega é um sinal forte. Como vai ser utilizada, no en-



MARTIN BROEKE/FLECKR

tanto, é ainda uma questão em aberto. Berlim pretende usar o desgaste, para assim ganhar tudo: vergar a Grécia, vacinar a Europa, impedir o sucesso de um governo de esquerda, destruir a sua estrutura política. A Grécia parece estar a usar táticas dilatórias mesmo com o risco de perder o momento do impacto inicial da novidade e da surpresa: a rotina está a instalar-se nas negociações e nas

chantagens europeias. Varoufakis, tão incensado nas primeiras semanas pela imprensa internacional, tornou-se depois do alvo de todos os ataques.

Em Abril, o governo e a União Europeia não chegaram a acordo sobre uma nova lista de medidas, porque Berlim e Bruxelas se fixaram em duas condições que Tsipras considera inaceitáveis e inegociáveis: a redução das pensões e mais flexibilização do mercado de trabalho, ou seja, facilitar os despedimentos. Em maio e junho prolonga-se o impasse. Entre o dia em que esta nota é escrita e o momento em que chegar às mãos dos leitores e leitoras, talvez se fique a saber se a União recuou e aceitou um acordo razoável ou se continuou a empurrar a Grécia para o incumprimento da dívida e para a ruptura em defesa de uma economia sustentável.

A dificuldade evidente é que o que é mais necessário é cada vez mais difícil, com o tempo a correr contra os gregos.

A dificuldade evidente é que o que é mais necessário é cada vez mais difícil, com o tempo a correr contra os gregos.



PRIVATARIA

QUEM GANHA E QUEM PERDE
COM AS PRIVATIZAÇÕES EM PORTUGAL

Quem ganha e quem perde com as privatizações em Portugal

JORGE COSTA E MARIANA MORTÁGUA

É lançado no início de julho o livro Privataria - quem perde e quem ganha com as privatizações em Portugal, de Mariana Mortágua e Jorge Costa. A Vírus divulga, em pré-publicação, o capítulo dedicado ao percurso da PT, da propriedade pública até ao desmantelamento às mãos de um fundo de capital francês.

Portugal Telecom, a queda por obra e graça dos Espírito Santo

Em vez de uma potência pública que assegurasse o controlo e o desenvolvimento de uma infraestrutura estratégica - as redes de telecomunicações - e que condicionasse as práticas do setor no interesse da população, o Estado deixou que a maior empresa portuguesa, os seus investimentos e os seus postos de trabalho estejam hoje nas mãos de um obscuro fundo de capital estrangeiro.

A Portugal Telecom existe sob este nome desde 1994. Antes fazia parte da Comunicações Nacionais SGPS, *holding* do Estado criada em 1992 para gerir todas as participações do setor: a Telecom Portugal, os CTT, os TLP (Telefones de Lisboa e Porto), a Companhia Portuguesa Rádio Marconi, a Teledifusora Nacional.

A separação e transformação destas empresas em sociedades anónimas tiveram como principal objetivo a abertura ao capital privado. A propriedade pública nunca impediu inovações importantes: em setembro de 1995, é lançado o primeiro cartão pré-pago a nível mundial, o Mimo, que leva a TMN à liderança do mercado. Em 1995 são privatizados 27% da PT. Um ano depois, são vendidos mais 22%, ficando 49% do capital em mãos privadas.

Na altura a preocupação era manter um núcleo duro nacional de acionistas. Por isso, o governo fez convites a vários bancos e à Sonae. O BES assume imediatamente uma posição de liderança, com 5%, que reforçará depois. O BCP também entra inicialmente no capital, mas virá a sair. A CGD mantém uma posição relevante durante quase duas décadas. Estão ainda na PT a Lusomundo, Patrick Monteiro de Barros, Joe Berardo e a família Rocha dos Santos (antigos proprietários da Sociedade Nacional de Sabões,

futura Ongoing), além de duas operadoras de telecomunicações estrangeiras, a Telefónica e a Telmex.

Em 1997, novas alterações legislativas permitem que o Estado perca a maioria do capital da empresa. Logo em outubro dá-se a venda de mais 26% das ações. Na passagem do milénio, a Portugal Telecom torna-se quase totalmente privada, restando no Estado um lote residual de ações com direitos preferenciais, a *golden share*, e a participação indireta através da CGD. Entretanto, em parceria com a Telefónica, a PT tinha entrado no mercado brasileiro de telecomunicações, ganhando a privatização das Telecomunicações do Estado de São Paulo para lançar a marca Vivo.

Em 2002, Manuela Ferreira Leite fecha o negócio iniciado por Guterres e vende a rede fixa à PT. O contrato, nunca tornado público, estabelecia um preço de 365 milhões de euros por uma infraestrutura pública que, segundo o jornal *i*, estaria avaliada em 2,3 mil milhões de euros. O valor era baixo mas permitia ao governo cumprir a meta de 3% de défice naquele ano, mesmo em cima do prazo de fecho de contas (Jornal de Negócios, 11-12-2002).

Apesar dos seus milhares de acionistas, a «PT é comandada por esta triologia - Estado português/BES/Monteiro de Barros -, enquanto o



Luís Todo-Bom

É um dos lobbistas portugueses do general Kopelipa. Escreve crónicas regulares no *Expresso*, onde dá destaque frequente aos negócios luso-angolanos. Todo-Bom foi secretário de Estado da Indústria e Energia no primeiro governo de Cavaco Silva e organizador da privatização da PT, a que depois presidiu entre 1992 e 1996. Permanece como chairman da Multitel, operadora de telecomunicações detida pelo Estado angolano e pela Portugal Telecom (40%).

maior acionista, a Telefónica, exerce o seu poder de forma muito mais discreta, mas não menos eficiente - através do trabalho de empresas de consultadoria e “impondo” as suas normas e regras no xadrez», escrevia Nicolau Santos (Expresso, 25-10-2003).

A *golden share* do Estado na PT é tema de pressões a partir de Bruxelas, feitas em nome da livre concorrência e, em 2005, é mesmo apresentada uma queixa contra o Estado português no Tribunal de Justiça da União Europeia.

2008: Sócrates tira o tapete à OPA de Belmiro

No ano seguinte, 2006, a Sonae lança sobre a PT uma oferta pública de aquisição, hostil, que entra na história da economia portuguesa. De um lado, Belmiro e Paulo de Azevedo, com o projeto de fundir a Optimus e a TMN e, mais importante, vender a Vivo. Do outro lado, o presidente executivo da PT, Miguel Horta e Costa, depois substituído por Henrique Granadeiro, e o administrador financeiro, Zeinal Bava, todos rejeitam a oferta de 11 mil milhões de euros (9,5 euros por ação) argumentando que esta subavaliava a empresa (cada ação da PT estava cotada acima dos 10 euros) e opondo-se à fusão entre a TMN e a Optimus, de Belmiro. O braço de ferro duraria mais de um ano, com custos para ambos os lados. No processo, a Sonae passaria de preferida a preterida na opinião pública portuguesa.

Em fevereiro de 2007, a Sonae aumenta a oferta sobre a PT para 11,8 mil milhões de euros (mais dez cêntimos por ação). Pela mesma altura, a Telefónica apoia a OPA, revelando um incómodo acordo com Belmiro para a venda aos espanhóis da Vivo brasileira. Também vários bancos reforçaram a sua posição, depois do anúncio da OPA, para realizar mais-valias: Santander, Crédit Suisse, Barclays, UBS, entre outros.

Assumidamente contra estavam, à cabeça, o BES, a Ongoing e Joe Berardo. A associação de acionistas minoritários da PT era então representada pelo mesmo advogado (e deputado do



A PTe o caso “mensalão”

O antigo chefe da casa civil do presidente brasileiro Lula da Silva, José Dirceu, terá sido um elemento-chave da venda da Vivo pela Portugal Telecom, a sua operadora no Brasil, em 2008. O escritório de advogados contratado pela PT para apoiar o negócio foi o de Fernando Lima, cujo representante no Brasil era o próprio José Dirceu, entretanto a cumprir pena de prisão na sequência do caso “mensalão”.

Fernando Lima foi grão-mestre do Grande Oriente Lusitano e é hoje presidente do grupo Galilei, a ex-SLN, dona do banco BPN. Em finais de 2011, esteve no centro da primeira tentativa de privatização da TAP, agenciando o encontro do candidato apoiado por Brasília, Gêrman Efromovich, com o então ministro Miguel Relvas, que tutelava o processo. Semanas depois, um irmão e sócio de José Dirceu veio também a Lisboa, em representação de Efromovich (Público, 02-08-2012).

Nos depoimentos em tribunal do principal operacional do “mensalão”, Marcos Valério, surgiram os nomes do antigo presidente do BES, de António Mexia e de Miguel Horta e Costa (então presidente da Portugal Telecom, vice-presidente do BES Investimento e presidente da Fundação Luso-Brasileira). Marcos Valério alega ter-se reunido com estas figuras, entre 2002 e 2006, para organizar financiamentos ao partido de Lula da Silva. No processo judicial no Brasil, todos estes portugueses foram arrolados como testemunhas de defesa de vários “mensaleiros”, a começar por José Dirceu (Público, 02-08-2012). Em janeiro de 2015, o ex-presidente da PT, Miguel Horta e Costa, foi constituído arguido pelo Ministério Público brasileiro e ouvido no DCIAP, em Lisboa.

PSD) Jorge Neto, que representava a Ongoing nas assembleias da PT.

É pela mão do governo que a OPA fracassa, no início de 2007. Armando Vara, representando a Caixa Geral de Depósitos, vota contra Belmiro; o advogado Sérvulo Correia, em nome do Estado, mantém reserva sobre o voto. Juntos, são 7% do capital, um peso sobretudo político. Belmiro acusa: «tristemente, a vitória é a dos bloqueadores do progresso de uma instituição que tem uma longa história de relações especiais com quase todos os governos» (Público, 20-03-2007). Fechada a OPA, a administração promete valorização bolsista e mais dividendos. O ministro da tutela, Mário Lino, celebra abertamente: «o governo fez um bom trabalho. Fiquei satisfeito com a forma como decorreu todo o processo e como acabou» (Diário Económico, 03-05-2007). Belmiro fechou o episódio: «temos de aceitar a derrota. Fomos hoje derrotados. Mas no próximo domingo volta-se a jogar» (Diário Económico, 06-12-2014).

OPA enterrada,

PS e acionistas apresentam a conta

O governo não tarda a cobrar o apoio do governo eixo acionista BES/Ongoing/Visabeira na derrota da OPA. É a tentativa abortada de compra da TVI pela PT, em 2009, quando a estação mantinha uma linha editorial de grande hostilidade e uma série de investigações sobre o primeiro-ministro José Sócrates. O falhanço da operação quase deixa o canal nas mãos da Ongoing, grupo de que pouco se sabia então, para além do seu forte financiamento pelo BES. Ainda estavam para vir a mudança de governo e o escândalo Silva Carvalho, o chefe dos serviços de informações ligado à Ongoing e que arrasta Miguel Relvas.

Em 2010, a *golden share* ainda serve para o governo impedir a primeira tentativa de venda da Vivo à Telefónica por 7,1 mil milhões de euros. O ministro Mário Lino estava interessado em usar a Vivo como alavanca para o lançamento

do computador Magalhães nas escolas brasileiras. O veto do governo foi imposto já depois do acordo para a venda, assegurado pelo BES, Ongoing e Visabeira, que mudaram de posição e apoiaram a Telefónica, após uma subida da oferta na noite anterior.

A pressão da crise acabará mesmo por forçar a venda, sob pressão especial do BES, que, sabemos hoje, enfrentava grandes dificuldades. O núcleo nacional de acionistas privados era, já então, incapaz de defender o interesse estratégico da maior empresa portuguesa.

Em julho de 2010, a PT anuncia «a maior operação financeira da história de Portugal», segundo Henrique Granadeiro (Diário de Notícias, 29-07-2010): a venda da Vivo à Telefónica por 7,5 mil milhões e a aquisição, em simultâneo, de uma participação de 22,4% do capital da Oi por 3,7 mil milhões.

O negócio garante mais-valias imediatas de 6 mil milhões de euros (a Vivo fora comprada em 1998 por 1,3 mil milhões), completamente isentas de impostos, pelo recurso a filiais em regimes fiscais mais favoráveis e às regras europeias para operações entre empresas participadas. A PT entrega então aos acionistas o maior dividendo alguma vez pago em Portugal: 1500 milhões de euros também livres de impostos e pagos antecipadamente para evitar o regime fiscal que entraria em vigor em 2011. Mas esta não foi a única contrapartida pelo apoio acionista contra a OPA.

Ainda em 2007, dá-se a operação de separação (*spin-off*) entre a PT e a PT Multimédia, que detém a televisão por cabo, a internet e os cinemas. A maioria das ações da PTM foi entregue aos acionistas aliados - BES e CGD - e as restantes foram vendidas. Com o tempo emerge um novo núcleo acionista, liderado pela CGD, seguida pelo BPI, a Cofina e a Controlinveste, e também um novo nome: Zon. Em dezembro de 2009, a filha do presidente de Angola, Isabel dos Santos, assume uma posição de 10%, entretanto reforçada quando o governo de Sócrates decide que a Caixa deverá abdicar das suas participações “não estratégicas”. Depois de vários anos de um

“romance” alimentado por rumores e manchetes que valorizavam as ações de ambas as empresas, a Zon acaba por se fundir com a Optimus de Belmiro de Azevedo. Nasce a Nos.

A PT sangrada pelos seus donos

Para além das ações da PT Multimédia, a PT efetuou avultados investimentos no BES/GES, correndo riscos para a sua própria gestão de carteira, como se veio a verificar mais tarde. A par do GES, também os investimentos na Ongoing causaram polémica. Em 2009, o representante da CGD, Jorge Tomé, demite-se da administração da PT em protesto pelo investimento de 75 milhões de euros do fundo de pensões em fundos Ongoing sem a aprovação prévia da Comissão de investimentos. Já a Visabeira recebeu, no mesmo ano, 88 milhões de euros pelo fornecimento de serviços à PT.

A 26 de julho de 2011, o Estado português deixa de ter qualquer participação na PT, desfazendo-se da *golden share*. No dia em que Vítor Gaspar, ministro das Finanças, vendia a participação especial do Estado, justificando-se com as pressões

européias, havia nove países que mantinham *golden shares*, entre eles a Alemanha, com 20% da Volkswagen, apesar das condenações europeias, o Reino Unido (Rolls Royce e BAE Systems) e a Itália (ENI, Telecom Itália e ENEL). Em Portugal, até a participação indireta de 6,3% detida pela Caixa Geral de Depósitos foi vendida em 2013. Se o passado recente da “jóia da República” mostrou as consequências da gestão dominada por interesses privados, o fim da *golden share* marca o início do declínio da Portugal Telecom como a conhecíamos.

Em outubro de 2013, a PT e a Oi anunciam a fusão numa entidade única denominada CorpCo, liderada por Zeinal Bava. O processo é autorizado pela Autoridade da Concorrência em março de 2014 e, numa semana, as assembleias-gerais da PT e da Oi aprovam o aumento de capital e a transferência dos ativos da PT para a operadora brasileira.

Enquanto corre o processo de fusão, o BES enfrenta a mais grave crise do grupo Espírito Santo desde o 25 de Abril. O grupo está em falência há muito. O Banco de Portugal proíbe que



PT, mealheiro do BES

Na parceria estratégica da PT com a Caixa Geral de Depósitos e o BES, estabelecida em 2000, a repartição entre CGD e BES não era equitativa. A receita da venda da Vivo foi colocada nos dois bancos, mas isso foi uma exceção: a CGD teve muito menos de metade dos fundos aplicados pela PT no BES/GES. Segundo a auditoria interna da PT, desde pelo menos 2007 que metade do excedente de tesouraria da PT era colocado no BES e no GES, quota que subiu até aos 80%, em valor acumulado (ou seja, incluindo renovações dos investimentos). Para além da excessiva concentração de aplicações, as auditorias mostram que não houve estudos de mercado comparativos com outros produtos de investimento, nem registos de contas atualizado da ESI ou da Rioforte, nem avaliações de rating destas empresas. Investimentos de 200 ou 500 milhões de euros eram decididos e aprovados da forma mais obscura.

Nos primeiros meses de 2014, a pergunta é: quem sabia? Mais do que as responsabilidades à data das últimas operações, que deram prejuízo, importa sublinhar todas as outras, que se prolongaram durante anos ao arrepio das boas práticas. O grau de informalismo era tal que se tornou impossível provar quem tomava as grandes decisões de tesouraria deste gigante multinacional.

o ramo não financeiro do GES se financie junto do BES e/ou dos seus clientes. Quando o grupo entra em incumprimento, a PT é obrigada a revelar que investira todo o seu dinheiro em caixa comprando papel comercial da Rioforte. 897 milhões de euros perdidos porque o grupo Espírito Santo não os reembolsará. O prejuízo era enorme.

A Oi apressa-se a comunicar que desconhecia o investimento na Rioforte. Esse desconhecimento, não sendo cabalmente provado (nem desmentido), conduz à alteração do acordo de fusão. Em setembro, os acionistas da PT aprovam a redução da participação da PT SGPS na Oi, de 37,3% para 27,5%. Passado um mês, já depois da demissão de Bava da presidência da Oi, é sabido que a francesa Altice quer comprar e que a brasileira Oi quer vender a PT Portugal.

Janeiro de 2015 é um mês conturbado. Os pequenos acionistas ainda tentam travar a fusão e a venda à Altice. Henrique Granadeiro passa a crítico da fusão: «se a Oi já tinha previsto vender a PT Portugal, poderemos presumir que a fusão serviu apenas para libertar os acionistas da Oi das suas dívidas e a Oi da dívida dela» (Expresso, 17-01-2015). Apesar das implicações da operação para o país, o governo de Passos Coelho juntou-se aos acionistas maioritários, representados pela Ongoing. O governo poderia ter impedido a venda recorrendo à sua posição no Novo Banco, herdeiro da quota do BES na PT, mas preferiu viabilizar a venda.

A 22 de janeiro, a PT Portugal é mesmo vendida à

Altice por 7,4 mil milhões de euros. Vinte anos depois da privatização, o valor da PT SGPS cai para um quarto dos 2,8 mil milhões de euros que valia em 1995 (Expresso, 09-01-2015).

O mealheiro foi partido

A partir do que conhecemos hoje, olhemos para o passado recente da PT, e a história fica mais clara. Em nome dos interesses financeiros que a governavam, a maior empresa portuguesa vendeu a Vivo, um dos seus melhores ativos; distribuiu, desde 2000, 11,5 mil milhões de dividendos para contentar os seus acionistas; fundiu-se com uma empresa, a Oi, que a canibalizou; como se não bastasse, empenhou-se na dívida ruínosa do grupo Espírito Santo.

A PT foi um brinquedo nas mãos dos seus donos, que a viam, em larga medida, como uma *cash cow*, um fonte de rendimentos, e não de desenvolvimento para o país. Vinte e cinco anos depois do início do processo de privatização, a

PT não é uma empresa mais competitiva, mais capaz ou mais dinâmica, e a miragem de um núcleo nacional de acionistas há muito que se desfêz. Em vez disso, a PT é hoje protagonista desta longa história de uma mentira.

Em vez de uma potência pública que assegurasse o controlo e o desenvolvimento de uma infraestrutura estratégica - as redes de telecomunicações - e que condicionasse as práticas do setor no interesse da população, o Estado deixou que a maior empresa portuguesa, os seus investimentos e os seus postos de trabalho estejam hoje nas mãos de um obscuro fundo de capital estrangeiro.



Altice

Sabe-se apenas que é um fundo de investimento com sede no Luxemburgo e que entrou em Portugal através da compra da Cabovisão, em 2012. Seguiu-se o despedimento coletivo de um terço dos trabalhadores da empresa, uma centena. A Altice é também dona da Oni, que adquiriu ao grupo Champallimaud. De acordo com a decisão da Autoridade para a Concorrência, para poder manter a PT Portugal, a Altice terá de vender a Oni e a Cabovisão.



SOFIA ROQUE

Quatro anos de austeridade: O Balanço é Desastroso

POR FERNANDO ROSAS E SOFIA ROQUE

Entrevistámos Manuel Carvalho da Silva, sociólogo e ex-secretário-geral da CGTP, interrogando-o sobre o que considera ser o balanço dos últimos quatro anos de austeridade que assolaram Portugal sob a égide da troika e de um governo PSD-CDS. Nas suas palavras, «o balanço é desastroso»: o país assistiu a uma brutal transferência de rendimentos do Trabalho para o Capital e está hoje mais pobre e endividado, enfrenta um desemprego gritante e assiste à transformação do seu Estado Social em mero assistencialismo de emergência. Porém, a austeridade não chegou em 2011, é antes o aprofundamento de um caminho de ataques aos direitos laborais e sociais que vem de longe e de outros governos, defende. Para o sociólogo, a alternativa não pode incluir a “marca” da austeridade, nem a subjugação ao Tratado Orçamental europeu e tem de experimentar novos caminhos, construir grandes alianças à esquerda, exigir a reestruturação da dívida e desenhar um novo modelo de desenvolvimento.

Do seu ponto de vista, havia em Portugal uma situação de bancarrota em 2011, como ainda hoje alega o governo PSD-CDS para exigir uma política de austeridade? Verificando-se essa situação, como se chegou lá?

Em primeiro lugar, devo dizer que eu não sou economista e esta pergunta exige um conhecimento mais profundo da economia. Porém, o que posso referir é que hoje sabemos que, por vezes, os cenários macroeconómicos têm por

trás manipulações de ordem financeira e outros fatores que nós, ou os cidadãos comuns, têm muita dificuldade em compreender e saber com segurança. Por isso, saber se a nossa situação em 2011 era ou não de bancarrota é muito difícil, aliás, interpretando-se essa designação de “bancarrota” como o contexto em que já não é possível colmatar a ausência de disponibilidade de meios financeiros. Portanto, a caracterização dessa situação está dependente de todo

um quadro de relações, possibilidades, envolvendo fundos e diversas entidades. Julgo que, em rigor, só um governante que tenha estado naquele momento envolvido no processo, e que seja consciente e responsável, poderá fornecer uma interpretação com base em critérios muito objetivos e assim responder à questão sobre se estávamos ou não em situação de bancarrota. Contudo, penso que teria sido sempre possível socorrer-mos de meios e operações e assim impedir a entrada da troika.

Mas considera que, em 2011, a política de austeridade era indispensável?

A austeridade não chegou em 2011. Convém, desde logo, ser bastante claro em relação a esse aspeto. Quando houve expressão pública dos descabros que estavam para trás, nomeada-

é bom recordar, foi solicitada à OIT [Organização Internacional do Trabalho] que realizasse em junho próximo, por ocasião da habitual Conferência Internacional do Trabalho, uma cimeira intergovernamental para responder à chamada “crise”. Eu tive o privilégio de ser o delegado dos trabalhadores portugueses na conferência desse ano e assim assisti também à cimeira intergovernamental que sempre aconteceu. Vale a pena recuperar os discursos que por lá se ouviram, o de Merkel, de Putin, de Kirchner, de Lula, do presidente da Polónia, ou o da Indonésia, entre muitas outras figuras internacionais. Dizia-se, com entusiasmo, que o que levou à crise financeira de 2008 não se repetiria, que os malandros iriam ser punidos, que a resposta à crise iria ser positiva e que era preciso dinamizar as economias. Foi, então, es-

A mensagem de resposta ao descabro da crise financeira que surgiu nos EUA foi expressão de uma boa vontade que não veio a concretizar-se e nem correspondia ao que já se passava também aqui na Europa e em Portugal, pois a dinâmica pró políticas de austeridade e a sua aplicação no terreno já vinha de trás.

mente os da crise de 2007-2008, a primeira reação à escala global foi o constatar de que houve uma grande manipulação de operações financeiras e do próprio sistema bancário e que tal não voltaria a acontecer. Ouvimos o presidente dos EUA a afirmar isso, tal como José Sócrates, então primeiro-ministro português. Mas, como costume dizer, a crise não resultou de um micróbio que surgiu e se espalhou pelo mundo, não. A crise é a própria expressão pública dos procedimentos de vigarice e roubo descarado que duravam há muito tempo.

Um dos momentos que me marcaram foi quando em abril de 2009, na Cimeira do G20, em Londres, foram tomadas várias medidas visando socorrer os desequilíbrios sentidos pelas populações mais desprotegidas e dinamizar a procura nos países em dificuldades e também,

tabelecido um pacto mundial para o emprego, aprovado por consenso entre os cerca de 170 países presentes, mas que acabou por nunca ter grande relevo. É certo que ao nível europeu, e também no plano nacional, avançaram algumas políticas no sentido do fomento da procura, dos apoios sociais e aos desempregados, e surgiram as chamadas políticas ativas de emprego. Mas, no ano seguinte, em 2010, tudo isto deu a volta e mudou de sentido.

A mensagem de resposta ao descabro da crise financeira que surgiu nos EUA foi expressão de uma boa vontade que não veio a concretizar-se e nem correspondia ao que já se passava também aqui na Europa e em Portugal, pois a dinâmica pró políticas de austeridade e a sua aplicação no terreno já vinha de trás. Aqui, o grande ataque ao equilíbrio nas relações laborais, isto

é, entre os fatores Capital e Trabalho, começou em 2003 com a alteração da legislação laboral, protagonizada por Bagão Félix, no governo de Durão Barroso, e tal marca definitivamente o início de um percurso de austeridade, conferindo ao Código do Trabalho uma permeabilidade essencial para esse caminho. Esta situação não é, depois, atenuada pelo Partido Socialista, antes é consolidada, em 2009. Nessa altura, falava-se em corrigir os erros de 2003, porém, o fundamental manteve-se intocado e, considerando alguns aspetos, até se aprofundou a liberalização das relações laborais.

Portanto, na área do Trabalho, a austeridade chegou muito mais cedo do que se diz e com responsabilidades diversas. Já agora, vou contar aqui um pormenor. Eu estive presente na primeira tomada de posse do presidente Lula, no Brasil, em janeiro de 2003, tal como outros portugueses, entre os quais, Ferro Rodrigues (como secretário-geral do PS e representante da Internacional Socialista), Jorge Sampaio (como presidente da República) e também o então embaixador português em Brasília, António Franco, que promoveu depois um jantar entre todos os representantes portugueses. Nesse jantar, acabei por ter conhecimento do andamento do processo de alteração da legislação laboral que estava em curso em Portugal. Não quero referir quem me deu a informação, mas certo é que fiquei a saber que o então presidente da República considerava as alterações inevitáveis e, por

isso, não havia lugar para ilusões e o processo seguiria em frente. Em dezembro desse ano entraria em vigor o novo Código do Trabalho, que trouxe, por exemplo, a célebre disposição sobre o princípio do tratamento mais favorável, subvertendo-o e desequilibrando completamente as relações laborais. Este percurso, nesta área, teve aqui um início e continuou no governo de Sócrates, e depois teve várias *nuanças* e houve até momentos de “uma no cravo, outra na ferradura”. O certo é que houve atores concretos que facilitaram este caminho, que foi acentuando a austeridade. Quando chegámos a 2010, a fragilização da lei laboral já existente e o contexto europeu permitiram um ataque fortíssimo e, em 2011, vieram todas aquelas alterações relacionadas com os feriados, as faltas, o trabalho suplementar, etc., que representaram a grande mudança na contabilização do valor do fator Trabalho e assim permitiram a sua transferência para o Capital. O cálculo realizado denuncia uma transferência brutal de 3 mil milhões de euros por ano.

Do seu ponto de vista, a austeridade é um recurso de emergência ou corresponde antes, na época atual, a uma nova estratégia do capitalismo?

Julgo que a austeridade existe nessas duas dimensões, sendo que essa expressão de “recurso de emergência” é interessante, porque, na verdade, há um plano que decorre do outro. Ou seja, por um lado, há um caminho de austerida-



de que é estratégico e resulta de opções que visam um acerto de contas histórico. Através de um longo percurso, e essencialmente depois da Segunda Grande Guerra, os trabalhadores europeus e de outros países conseguiram avanços incríveis nos planos da distribuição primária da riqueza e das condições das relações laborais, e esses avanços estão na base da criação de sistemas de segurança social públicos e solidários. Estes estão, por isso, dependentes desse compromisso inscrito na génese da distribuição da riqueza. Faltando isso, é muito complicado mantê-los. Portanto, o tal sentido estratégico de que falava visa a liberalização absoluta do sistema financeiro, sim, e no campo do Trabalho este acerto de contas representa um aprofundamento do neoliberalismo, do ponto de vista conceptual e também no terreno. Por outro lado, agora, neste período da austeridade, as opções são também anunciadas com essa designação de requinte: recursos de emergência. Por exemplo, considerando a área da proteção social, foram aplicados planos de assistencialismo de emergência indispensáveis, atendendo à crise social, e até aceites com base numa consciência geral de que há pessoas carentes e que precisam de ser ajudadas. No entanto, agora verificamos que essas medidas de emergência se tornaram políticas de facto, isto é, são novos quadros a aplicar na Segurança Social e na assistência social, que visam alterar os compromissos que envolviam o Estado, organizações não-governamentais, municípios, etc. Tudo isto está agora em mutação, porque, de modo oportunista, a conjuntura e até uma certa evidência social e ética foram aproveitadas para transformar a natureza e a estrutura das políticas da Segurança Social em mero assistencialismo de emergência.

Está em curso um debate na sociedade portuguesa sobre o balanço das políticas de austeridade. O governo afirma que a austeridade foi indispensável para a recuperação

económica do país, no entanto, outros balanços sublinham antes o retrocesso civilizacional como resultado de tais políticas. Qual é o seu balanço destes quatro anos de políticas de austeridade?

Sem dúvida, eu diria que estamos perante a necessidade imperiosa de um balanço sério sobre as políticas de austeridade. Se há algo que os poderes dominantes não têm feito, e não o fazem propositadamente, é o balanço das suas políticas. Não as assumem, fogem. Fazem antes declarações genéricas e por isso não temos, nem ao nível nacional nem europeu, um balanço efetivo que identifique objetivos, o que foi feito, os resultados e compare situações. Houve um ensaio no parlamento europeu que abrangeu algumas áreas num determinado contexto, mas isso passou suavemente. Porém, o governo português não fez nenhum balanço e usa apenas alguns números para manipular conforme lhe convém.

De qualquer modo, passados quatro anos da assinatura do memorando com a troika, considero que o balanço é desastroso. Em primeiro lugar, do ponto de vista dos resultados concretos e considerando o emprego e o desemprego, a dimensão da dívida e o equilíbrio das suas componentes, a população ativa e o quadro geral da distribuição da riqueza, só podemos chegar a conclusões dramáticas. Um país que perdeu mais de 600 mil ativos e viu a sua dívida aumentar apesar de todos sacrifícios, é um país que empobreceu muito, de certeza absoluta. Mas estas são considerações genéricas. Consideremos agora dados mais concretos, como o ponto de vista da estrutura económica. O resultado do que foi feito constitui uma das maiores interrogações quanto ao futuro porque houve, de facto, uma alteração da estrutura económica, com as privatizações em setores estratégicos, o desaparecimento de grupos económicos portugueses, a entrada de capital estrangeiro em áreas fundamentais e uma desprodutivização generalizada. É verdade que podemos observar alguns polos emergentes com novas atividades



ou na revitalização de setores mais tradicionais, mas é preciso saber como se deu este fenómeno. Foi através de uma introdução tecnológica significativa ou tal deveu-se mais a uma existência de mão de obra qualificada, a par da manutenção de salários muito baixos, ou ainda houve fatores externos a operar aqui?

Nesse caso, podemos dizer que o fator baixos salários teve, e ainda tem, um papel central nestes setores da produção industrial com sucesso?

Os baixos salários tiveram e têm um papel até maior do que imaginamos. De qualquer modo, atendendo ao que observo e vou colhendo no debate científico e estratégico (sobretudo o que vou acompanhando nos meios académicos e universidade por onde circulo, desde o CES a universidades privadas, como a universidade Católica, ou públicas, como a universidade do Minho, cujo Conselho Geral é até composto também por um estratega empresarial e uma gestora de um dos maiores grupos têxteis do país, a percepção que tenho leva-me a considerar, em primeiro lugar, que houve um enorme

ganho que veio com a evolução da qualificação dos portugueses que teve, de facto, efeitos consideráveis. Além disso, isto aliou-se a mudanças que vinham de trás. Por exemplo, no setor do calçado, as lutas, as bandeiras negras e as manifestações contra o trabalho infantil, no início dos anos 1990, fizeram mais pela sua modernização, do que todos os planos estratégicos dos sucessivos governos. Tal é reconhecido tanto por destacados empresários como por autarcas em funções na altura.

No entanto, voltando ao que foi feito no tempo concreto da austeridade, estamos ainda longe de perceber quais serão os efeitos desta mudança na estrutura da propriedade de empresas como a EDP ou a PT. Além disso, também não se sabe como poderão aguentar-se estes novos polos ou revitalizações sem uma estratégia nacional articulada entre a boa formação e capacitação dos trabalhadores e as dinâmicas económicas. É uma aberração total verificar que os cursos de engenharia têxtil não têm alunos, ao mesmo tempo que o setor têxtil até está em desenvolvimento. Estas disfunções são reais e re-

sultam da ausência de uma estratégica, e de mudanças feitas ao acaso e na aventura. Esta ideia de que as profissões do futuro são apenas as que usam a internet e se baseiam no uso estrito e na manipulação das novas tecnologias de informação é uma aberração. Quando se discutem as estratégias profissionais para o futuro, costume lembrar que os seres humanos continuarão a ter necessidade de se vestir e calçar, de se alimentar, de viver nestas espécies de colmeias, de se transportar... Por isso, é preciso ter em conta as nossas necessidades para se olhar depois para as nossas capacidades, considerando a relação com

vens, entre os quais muitos dos mais qualificados de sempre? Além disso, houve lugar a uma transferência de rendimentos como a que referi há pouco, há o envelhecimento e o despovoamento do interior, muito ligado às opções tomadas no campo das prestações de serviços à sociedade... Como responder a isto?

Precisamos de analisar isto tudo, sobretudo outras situações de outra ordem. Refiro-me ao recuo da cidadania social para o assistencialismo de emergência, as ruturas e disfunções intergeracionais, que no espaço do Trabalho encontraram um campo de laboratório, ou a lógica con-

Olhando para a nossa estrutura económica, é preciso ver o que resultou desta ofensiva e perguntar o que tínhamos e o que agora temos, no final destes quatro anos de austeridade.

os outros países e, claro, ter em conta que essas novas tecnologias estarão depois presentes, embora não anulem a necessidade das chamadas “velhas” profissões que parecem hoje já não ter futuro. Isso não tem sentido. Se depois passarmos para outros setores de desenvolvimento, surgem outras barbaridades, como o desinvestimento nas ciências sociais e humanas.

Porém, olhando para a nossa estrutura económica, é preciso ver o que resultou desta ofensiva e perguntar o que tínhamos e o que agora temos, no final destes quatro anos de austeridade. Como é que os empresários portugueses poderão hoje responder aos desafios colocados neste sistema capitalista em que vivemos, neste funcionamento da economia? E depois, claro, é preciso considerar os outros problemas que são gravíssimos, como o desemprego gritante e o abaixamento da qualidade do emprego, bem como a emigração... Como é que vamos recompor uma sociedade e o tecido económico que perdeu, segundo os meus cálculos, desde 2007/2008 até agora, entre 400 a 500 mil jo-

traditória da introdução na sociedade de uma dinâmica de mobilidade descendente, realizada através de um nivelamento por baixo. E esta situação é hoje ainda mais preocupante porque, considerando-se o nível complexo de estratificação social, é sempre possível, e mais fácil do que noutros períodos históricos, apontar um grupo de pessoas que ainda “estão pior” ou, faltando outros argumentos, que há outros países onde a situação “é ainda pior” e, assim, a espiral regressiva mantém-se em andamento.

Em matéria de relações e direitos laborais, como a contratação coletiva ou a lei dos despedimentos, podemos dizer que houve uma espécie de vendaval. O movimento dos trabalhadores foi derrotado nesta luta contra a austeridade?

Julgo que a palavra “derrotado” tem uma conotação excessivamente determinista e, por isso, eu diria antes que o movimento de trabalhadores se encontra hoje profundamente fragilizado. Encontrava-se já muito enfraquecido no que diz

respeito à sua implantação no terreno, devido ao forte desequilíbrio nas relações laborais, teve dificuldades de resposta na fase inicial, contradições muito grandes e uma impossibilidade enorme de articulação de luta entre o plano nacional e europeu, ou mundial, sendo que considero este aspeto um dos mais interessantes para refletirmos. No plano nacional, em concreto, devemos ter em conta também a ausência de pelo menos algum entendimento, o suficiente para retirar a UGT do papel que teve no acordo de concertação social que precedeu a assinatura do memorando, um acordo que foi uma peça estratégica para o ataque aos direitos dos trabalhadores que se seguiu, embora, como já referi, tratava-se de um processo que vem de trás. Foi um período muito delicado, o qual ainda vivi enquanto parte do movimento sindical.

Na verdade, entre os anos de 1995 e início de 2003, verificou-se uma dinâmica muito positiva no sentido de implantar e reforçar a organização do movimento sindical na base. A CGTP cresceu significativamente nesse período, porém, depois começou a recuar por razões de ordem laboral, como o equilíbrio de forças entre Capital/Trabalho, e também por razões de ordem política. O país precisava, na altura, de uma dinâmica nova e inovadora na articulação de forças entre o movimento sindical e novos movimentos sociais. Esse teria sido um percurso essencial para pre-

parar o tempo em que os combates iriam precisar de um conjunto grande de alianças. Já tive a oportunidade de escrever sobre estas questões, nomeadamente num capítulo do meu livro *Agir Contra a Corrente - Reflexões de um Sindicalista* [2002]. Portanto, considerando a captação da UGT, por um lado, a dificuldade de resposta de novos movimentos e também uma certa captação através do controlo orgânico, do ponto de vista político, de sindicatos determinantes, tudo isto resultou num caldo que limitou, de facto, a resposta do movimento sindical no seu todo. Se fosse possível voltar atrás no tempo, por mim, a aposta seria, ali pelo final dos anos 1990, no reforço, reforço e reforço da presença na base, contra tudo, e abertura a alianças, sem perder, claro, a centralidade do Trabalho, algo que algum pós-modernismo também provocou erradamente.

Considera, portanto, que deveria ter havido alianças com organizações, digamos, parassindicais ou até não sindicais, como associações de trabalhadores precários ou de desempregados, outros movimentos sociais?

Sim, falo dos movimentos sociais. Nós até ensaiámos, em Portugal, caminhos interessantes, e antes de outros países na Europa. Assim foram dados passos interessantes e o movimento sindical europeu sentiu os problemas que esta-

PAULETE MATOS



1 de maio em Lisboa

vam já na sua emergência. Porém, depois não houve capacidade para manter e desenvolver essa dinâmica. Todavia, repito, julgo que a organização no mundo do Trabalho, isto é, a sua especificidade, as suas características, a centralidade ligada ao espaço concreto do Trabalho e as tensões aí presentes, não pode ser secundarizada, nem é substituível por movimentos exteriores que venham resolver os problemas. A história do movimento operário e sindical tem sido clara quanto a este aspeto. Mas queria deixar uma observação: num determinado momento, a Confederação Europeia de Sindicatos [CES] percebe o caminho que se estava

no segundo fórum, tal como outros o fizeram. No entanto, o movimento sindical manteve-se “encolhido”. A propósito, note-se também que o então diretor-geral da OIT [Organização Internacional do Trabalho], Juan Somavía, também percebeu que havia algo em movimento e também acabou por participar nos fóruns, tendo estado presente logo no segundo.

No entanto, essa dimensão internacional da luta esbateu-se...

Sim, é verdade. Houve um ensaio, mas depois o desequilíbrio de forças impôs-se de modo incontornável e o movimento sindical foi, ou é,

Embora eu estando agora de fora e evite ser um elemento perturbador, julgo que é preciso dizer e assumir que, na fase atual, o movimento sindical está mesmo muito fragilizado e precisa de uma profunda revolução.

a compor e tenta construir alguma dinâmica de massas e são feitas grandes manifestações europeias, sendo que a primeira foi feita aqui, em Portugal, em março de 2000, e contou com a presença do secretário-geral da CES. Isto levou a que fosse depois marcada uma nova grande manifestação europeia, a realizar-se em junho do mesmo ano, aquando da cimeira intergovernamental, no Porto. A partir daqui, seguem-se outros momentos importantes de contestação e com uma resposta de massas e significativa, e até pudemos verificar que houve setores do movimento sindical que deram particular atenção às questões que vinham do Fórum Social de Porto Alegre. Porém, esta dinâmica não se consolidou. Aliás, a CGTP esteve presente nos fóruns de Porto Alegre, primeiro num quadro de observação, embora eu considere que devesse ter estado logo como pleno participante, e depois manteve-se, mas com algumas tensões. De qualquer modo, eu próprio participei logo

contaminado por isso. Além disso, faltou ao polo mais à esquerda um campo de identidade, coesão e convergências que pudesse projetar as dinâmicas que estavam em curso. Mas, julgo, as forças mais à esquerda estão há muito tempo numa posição de derrota e muito demoradas na consciência dessa situação e tardam também novas forças e dinâmicas para recompor este período que vivemos. Porém, o período anterior que referi foi riquíssimo entre tensões e procura de soluções, um tempo em que ainda se tentou fazer algo com sentido. Concretizando, embora eu estando agora de fora e evite ser um elemento perturbador, julgo que é preciso dizer e assumir que, na fase atual, o movimento sindical está mesmo muito fragilizado e precisa de uma profunda revolução.

No cerne desta situação, encontra-se um problema complicado, mas cuja solução é um ponto de partida fundamental para uma

saída: concertar a agenda social com a agenda política. Aliás, nos períodos críticos da história do movimento sindical foi sempre essa questão que se colocou, até porque, dada a centralidade do Trabalho na sociedade, grande parte dos problemas não têm solução apenas pela luta laboral e social. É preciso, portanto, uma conjugação das agendas social e política.

Podemos, então, dizer que há hoje um atraso na agenda política relativamente às exigências do movimento social?

Estou convencido de que isso é que é a grande questão e o que tem vindo a esgotar o movimento sindical e, em geral, o movimento social. Em Portugal, julgo que tal é uma evidência. Por vezes, revolta-me o excesso de taticismo das forças políticas, embora, claro, compreenda e respeite a racionalidade dos seus dirigentes, nem quero aqui criticar com sobrançeria. Porém, a ideia de que a solução já não vem com os taticismos de resistência, isso para mim é claro. Eu sei que é um caminho difícil, dada até a extrema atomização social, mas parece-me que agora é o único caminho.

Um caminho difícil porque não há um movimento social suficientemente forte para poder fazer, do seu lado, uma pressão inequívoca sobre a parte política?

Sim, até porque as identidades estão baralhadas... E isso deve-se a vários fatores. Há hoje uma complexificação imensa da estruturação social e convém não esquecer, por exemplo, a utilização da austeridade para estilhaçar as classes médias, ao mesmo tempo que se criavam mecanismos para a sua submissão. O individualismo impôs-se de modo incrível. Eu considero que a expressão do sociólogo alemão Ulrich Beck tem bastante sentido, essa ideia de um «individualismo institucionalizado». De facto, a sua análise é realizada como um social-liberal, mas as suas observações têm pertinência,

e refiro-me aos seus trabalhos iniciais publicados no final dos anos 90 do século passado. As pessoas são hoje individualizadas socialmente, não para colocar em relevo as qualidades ou as virtudes do Humanismo (como muitas vezes ouvimos no discurso público, vindo de personalidades como Freitas do Amaral, por exemplo), mas sim para as colocar num isolamento que as responsabiliza pelos seus fracassos. Trata-se de colocar as pessoas contra a parede, o reformado sem perspectivas e também o jovem ou a jovem sem qualquer ideia de futuro. Este é um outro aspeto muito importante do balanço destes quatro anos de austeridade: as pessoas estão mais isoladas, mais solitárias, com mais exigências e menos recursos. A pior situação possível.

Como avalia, em termos de resposta, o recém anunciado programa escrito por economistas encomendado, e aparentemente adotado, pelo Partido Socialista? Trata-se de uma resposta adequada aos problemas económicos e sociais que o país enfrenta no presente?

Não, trata-se claramente de um caminho de continuidade da “marca” das políticas de austeridade e tem como pressuposto a subjugação ao que está instituído na União Europeia, nos seus parâmetros fundamentais, e isso não pode ter viabilidade. O que está expresso nesse documento técnico, mas também considerando as recentes declarações de António Costa, parece-me representar uma aceitação muito acrítica do atual quadro institucional europeu. Estou profundamente convicto, bem como muitas outras pessoas de diferentes quadrantes, de que, mantendo-se o rumo imposto pela União Europeia, mantendo-se a arquitetura institucional ditada pelo Tratado Orçamental e outros instrumentos de austeridade, a Europa não tem futuro. O processo vai estilhaçar-se, não sabemos como, nem quando, mas vai acontecer. A não ser que se imponha uma recomposição com dinâmicas de solidariedade e de respeito pelos povos.

Haverá alternativa para os trabalhadores dentro da atual política do Euro?

Julgo que é muito difícil, ainda mais quando temos uma União Europeia instituída numa dicotomia demolidora que desarma as lutas solidárias entre quem trabalha na Europa. Se está como que instituído que uma parte dos países e dos povos europeus são trabalhadores, diligentes e ativos e uma outra parte é a dos países preguiçosos, torna-se impossível construir uma luta solidária e um combate social mais forte ao nível europeu. Este mecanismo da divisão é um dos mais ardilosos dos que foram introduzidos.

Um mecanismo que tem efeitos também na própria unidade internacional do movimento sindical...

Não só tem efeitos, como estes são também aqui demolidores.

Considera, então, que no caso da atual crise do Euro há soluções puramente nacionais ou, por outro lado, há situações que necessitam de uma via apenas internacional? Como se posiciona em relação a este debate?

Claro que há soluções com uma dimensão europeia e outras com uma dimensão mais nacional. Mas, isso é natural, dado que nós entrámos numa comunidade internacional e daí advêm condicionalismos. Porém, aí do povo ou do país que não deite mão à dimensão nacional e não deixe de fazer tudo o que estiver ao seu alcance.

No entanto, a Grécia encontra-se hoje num impasse...

Sim, mas nós não sabemos tudo sobre o que se está a passar na Grécia, nem sabemos ainda como tudo irá terminar. A informação que nos chega sobre a Grécia é uma informação profundamente controlada e filtrada. Todavia, sabemos que há dinâmicas em curso. Por exemplo, há quatro meses era impensável que a Sra. Merkel, enquanto primeira responsável política da Alemanha, viesse a admitir pagar se-

quer uma parte da dívida da II Guerra Mundial para com a Grécia. Se eu ou o Fernando Rosas o escrevêssemos num jornal português há quatro meses, seríamos com certeza confrontados com um chorrilho de catalogações bonitas... Portanto, isso era impensável. Mas tal não terá significado ou não terá repercussões? Se há algo que me choca na sociedade portuguesa é a sobrançeria com que se fala dos gregos e a forma como se expressam alguns sorrisos... Há muito em causa em movimento neste processo e julgo que não vai ser em vão todo este esforço na Grécia. Estou profundamente convicto de que não vai ser em vão, ainda que tal não nos catapulte diretamente para uma solução alternativa já.

Quais são, para si, as bases de uma solução alternativa?

Considero que a renegociação da dívida é indispensável e é uma das bases mais importantes dessa alternativa. Porém, regressemos ao plano nacional, porque não nos adiantará muito a renegociação da dívida se não houver, pelo menos, um plano mínimo e estratégico de desenvolvimento. Esse é o desafio e um governo à esquerda tem aqui um caminho que poderia percorrer. Um governo à esquerda, com posições coerentes e fazendo alianças amplas na sociedade portuguesa, poderia fazer muito. Porque precisamos de um novo compromisso de desenvolvimento e de levar a sociedade à consciência de que por esta via não dá, mas é possível buscarmos caminhos de entendimento entre nós.

É preciso considerar o quadro da nossa situação e perguntar qual é, então, o interesse nacional neste contexto? Claro que o combate à pobreza e às desigualdades surgem logo no primeiro patamar de preocupações e aqui torna-se evidente que é preciso, desde logo, travar este processo de transformação do assistencialismo de emergência em programas políticos. Mas depois precisamos de fazer recomposições em toda a sociedade portuguesa. Se nós perdemos



Manifestação de solidariedade com a Grécia

juventude, se perdemos posições de camadas mais intermédias como pequenos empresários, ou trabalhadores muito qualificados, precisamos de pensar como recompomos alianças entre estes setores sociais e até sobre qual é o nosso conceito de desenvolvimento. Por exemplo, já referimos aqui a gigantesca transferência de rendimentos do Trabalho para o Capital. No entanto, na minha convicção, a esmagadora maioria dos empresários portugueses, que são pequenos empresários, ou não recebeu nada ou recebeu migalhas... Há outros caminhos. Claro que não é fácil separar e arrumar a imbricação entre a economia financeira e especulativa e a economia real, até porque os detentores do poder estão numa e noutra e manipulam as duas esferas para retirar o máximo rendimento possível. No entanto, julgo que há condições para diálogo na sociedade portuguesa, entre setores amplos, e até para se promover uma dinâmica no setor privado e uma defesa do Estado social de direito e democrático. Há muitos caminhos para abrir, mas, para isso precisamos de atores políticos com credibilidade. Essa credibilidade

política, hoje, está perdida... é preciso recuperá-la. Mas não se julgue que haverá soluções trazendo indivíduos “limpos” e sem experiência política. Seja no governo ou na presidência da República, isso é uma tonteira absoluta. Julgo que é imprescindível um conhecimento profundo da sociedade portuguesa e há empresários, académicos ou atores no mundo do trabalho que o têm. A sociedade portuguesa não está despida, até porque não temos hoje menos capacitação, ao nível dos indivíduos, do que tínhamos no período que antecedeu o 25 de Abril. E há uma evidência: quando chegámos à Revolução, surgiu um conjunto de intérpretes capazes para fazer as reformas necessárias e que, para que não fossem cometidos erros, contaram com a ajuda e experiência daqueles que tinham feito a tarimba, tinham estado nas lutas e feito aquisições importantes. Estou convencido de que é possível fazer agora essas alianças muito grandes, mas, como sabemos, as mudanças vêm da margem. E isto não se aplica só à política. Por exemplo, se pensarmos no setor energético, não poderemos contar com os grandes produ-

tores de combustíveis fósseis para uma transformação energética sustentável, ecológica e a descoberta de novos caminhos. Muito provavelmente, serão os pequenos grupos que vêm da margem que poderão tornar essa mudança inevitável. E o que vem da margem não vem para anular, mas sim para trazer ao centro a instabilidade.

Como se não nos bastasse o Tratado Orçamental europeu, prepara-se também um Tratado Transatlântico entre a Europa e os EUA. Como avalia este novo tratado?

Os EUA sabem que o seu peso relativo no mundo está em decadência, em vários planos. Por alguma razão, têm adotado, nos últimos anos, uma ofensiva no plano energético. Hoje em dia diz-se que os EUA estão preparados para se tornarem autossuficientes do ponto de vista energético, mas, atenção, tudo isso num quadro de manutenção das atuais fontes de energia. De qualquer modo, julgo que eles estão a precaver-se quanto à sua decadência e, por isso, o Tratado Transatlântico é como uma consumação, num conjunto de áreas muito sensíveis, de uma estratégia de aprisionamento da Europa de modo a que esta sirva o mesmo modelo de acumulação e sobrevivência do poder norte-

americano. Assim, pretendem alargar os seus mercados, introduzir produtos que de outro modo colidiriam com normas europeias, descharacterizar o próprio modelo social europeu, as suas relações comerciais e laborais, e a sua estruturação económica. Tudo isto são barreiras a eliminar e convém não esquecer que há muitos mais tratados transatlânticos em movimento. Vamos ver como tudo isto seguirá caminho. Vamos ver como se portará a China, a Índia, o Brasil, a Rússia... No entanto, sejamos claros, estes países tornaram-se emergentes, mas através e neste sistema capitalista. Às vezes surgem comentadores e analistas que exigem a estes países medidas que aos outros países superdesenvolvidos nunca foram pedidas. Ainda assim, embora possamos verificar na China um capitalismo violentíssimo, e como refere Amartya Sen, não há nenhum país que tenha feito transformações tão rápidas. Segundo dados da OIT, na China houve 84 mil greves em 2013. Além disso, há já regiões na China onde existe um salário mínimo com alguma dignidade. Bom, não sabemos ao certo o que vai acontecer, pois é uma interrogação o que será e significará a universalização do sistema capitalista. Nunca conhecemos isso na história. De qualquer modo, julgo que o que precisamos é de reinventar o socialismo.



SOFIA ROQUE



Retóricas do Populismo

Ernesto Laclau, 1935-2014

PUBLICADO ORIGINALMENTE EM
RADICAL PHILOSOPHY, N.º 186, JULHO/AGOSTO DE 2014.
POR JOHN KRANIAUSKAS TADUÇÃO DE CARLOS CARUJO

A publicação de *As Fundações Retóricas da Sociedade*, de Ernesto Laclau, poucas semanas depois da sua morte, em abril de 2014, confirma o seu estatuto como um dos mais importantes teóricos políticos contemporâneos da esquerda. Desde os anos 1980, a sua influência tem sido enorme, em particular no Reino Unido e na América Latina: repensar as políticas democráticas de esquerda durante e depois da era Thatcher, no primeiro caso, e dotar de legitimidade teórica a recente maré-rosa neopopulista, no segundo caso. Por ocasião da sua morte, a presidente argentina Cristina Kirchner insistiu que Laclau «tinha três virtudes: pensava, fazia-o com grande inteligência e em conflito aberto com os paradigmas emitidos a partir dos centros do poder mundial». O falecido presiden-

te da Venezuela, Hugo Chávez, alegadamente também consultava *Sobre a Razão Populista* (2005), e talvez tenha até aí descoberto um esboço discreto do seu retrato.

Em comum com *Política e Ideologia na Teoria Marxista* (1977), *Novas Reflexões sobre a Revolução do nosso Tempo* (1990) e *Emancipação(ões)* (1996), *As Fundações Retóricas* é um trabalho conceptual a meio caminho; uma coleção de ensaios que anuncia uma monografia por vir mais “acabada”, do tipo representado por *Hegemonia e Estratégia Democrática: em Direção a uma Política Democrata Radical* (1985), coescrito com Chantal Mouffe, e, mais recentemente, *Sobre a Razão Populista*, no qual Laclau sistematicamente estabelece as suas agora paradigmáticas versões dos concei-

tos de hegemonia e populismo. A maioria destes ensaios tinha sido incluída em antologias já publicadas na Argentina: *Misticismo, retórica e política* (2002) e *Debates e combates: por um novo horizonte da política* (2008); todos eles, exceto um, tinham sido primeiramente publicados em inglês. A exceção, *Antagonismo, Subjetividade e Política* (2012), é o mais recente. Foi publicado originalmente em castelhano, no *Journal de Buenos Aires Debates y Combate*, criado em 2011 e dirigido pelo próprio Laclau. Desde a sua reforma, Laclau despendeu bastante do seu tempo na cidade, comentando e participando na política da região. Este é um dos quatro ensaios do livro escrito depois da publicação de *Sobre a Razão Populista*. Os outros são: *Porque Construir um “Povo” é a Principal Tarefa da Política Radical* (uma resposta às críticas “não-terrenas” de Slavoj Žižek acerca de *Sobre a Razão Populista*; Laclau refere a «marcianização» da política - na qual os seus diferentes Lacans - gramsciano e hegeliano, respetivamente - são combatidos); *Vida Nua ou Indeterminação Social* (um engajamento crítico com o trabalho de Giorgio Agamben, no qual a noção constitutiva mas unilateral de «proscrição soberana» é transformada, por via da ideia de uma proscrição bilateral “mútua”, no «antagonismo radical» constitutivo - Laclau pensa em revolução aqui); e *Articulação e os Limites da Metáfora*, ao qual regressarei com algum detalhe mais abaixo.

Fundações Retóricas parte do processo de produção de *Sobre a Razão Populista*, ao mesmo tempo que se orienta para a produção de algo novo. Efetivamente, este ensaio testa ideias já razoavelmente trabalhadas em *Sobre a Razão Populista* e outras apenas aí sugeridas, como a importância da figuração retórica para a política. Os quatro mais recentes ensaios são agora os contributos finais de um projeto em curso, anunciado na introdução de *Fundações Retóricas*, de produzir uma ontologia política do social retorizada a partir da sua consideração prévia da razão política enquanto populismo,

isto é, fundamentada no antagonismo político e na articulação hegemónica emergente das reivindicações políticas rejeitadas (antagonismo populista) que instituem novas formações sociais, democratizadas (hegemonia), tal como acontece, mais radicalmente, talvez, e de formas diferentes, com os governos recentes de Chávez e Evo Morales, na Venezuela e na Bolívia; aqui concebidos como revoluções democrático-nacionais.

Na medida em que o livro final de Laclau procura “retorizar” esses antagonismos e, ainda mais, as articulações hegemónicas (mais do que, por exemplo, a ideia psico-semiótica de um «significante vazio» já por si desenvolvida), do ponto de vista do seu agora tristemente interrompido projeto filosófico de produzir uma ontologia, estes ensaios - especialmente *Antagonismo e Articulação* - constituem as mais importantes contribuições deste volume.

Em *Antagonismo, Subjetividade e Política*, Laclau regressa aos argumentos que ensaiou previamente nos quais opõe a noção kantiana de «oposição real», de Lucio Colletti, à «contradição dialética» hegeliano-marxista para produzir uma versão de antagonismo, desenvolvida na sua avaliação do populismo, consonante com a versão da articulação estratégica não-dialetizável desenvolvida em *Hegemonia e Estratégia Socialista*. Fá-lo agora, contudo, através de uma breve reflexão sobre a noção heideggeriana de «diferença ontológica» procurando - para o dobrar de volta na sua versão de hegemonia - pensar como o hiato entre Ser e seres pode ser superado como uma fundação antifundacional. Este é uma nova partida para Laclau, mas uma vez que permanece apenas ligeiramente desenvolvido como um traço de uma possível ontologia política (e como Laclau repetidamente desenvolve uma verdadeira capacidade de produzir versões que encaixam bastante acertadamente nos seus próprios esquemas conceptuais em desenvolvimento), no que se segue concentrar-me-ei na política da figuração retórica. Isto tem a vantagem adi-

cional de facilitar uma revisão geral da teoria política hoje existente.

Retórica

A performatividade da linguagem foi central na teoria política de Laclau desde os anos 1970: primeiro como «interpelação» e, mais recentemente, em Sobre a Razão Populista, como aquilo que poderia ser descrito como um princípio performativo de «hegemonização» - o processo afetivo através do qual particulares heterogêneos (reivindicações políticas) são reunidos (a «lógica da equivalência») sobre outro (agora tornado um «significante vazio») e quase-universalizados como vontade coletiva: «não há populismo sem investimento em objetos parciais». A mudança-chave na compreensão deste processo semiótico de significação política da interpelação para a hegemonização performativa não é, contudo, linguística enquanto tal, mas psicanalítica - ou antes, é uma questão das dimensões psicoafetivas da comunicação verbal: «[a]feto não é algo que exista por si só, independentemente da linguagem; constitui-se a si próprio apenas através de catexias diferenciais de uma cadeia significante». A este respeito, Sobre a Razão Populista apresenta a sua avaliação da produção do sujeito político populista como um investimento de entusiasmo numa particularidade afetiva da base para o topo (catexia), em vez de uma «convocação» à existência do topo para a base pela ordem simbólica, tal como existia no trabalho anterior de Laclau sobre o fascismo e populismo, em Política e Ideologia. Neste sentido, sugere uma democratização do processo, escrita na perspectiva de «irmãos» e «mães», ao invés de «pais», os «pequenos outros», ao invés do «grande Outro». O trabalho de Jacques Lacan é, claro, central em ambos os processos de produção subjetiva, sendo que a mudança no seu desenvolvimento, por Laclau, para longe do bem conhecido conceito de «interpelação» produzirá uma identificação entre as lógicas parciais do «object petit a» (aquele pequeno pedaço do Real - ou outro «maternal»

- que faz sentir a sua presença na ordem simbólica), por um lado, e a noção de hegemonia de Gramsci (também fundamentada, segundo Laclau, numa lógica de particularidades), por outro. Nas palavras de Laclau:

«A lógica do object petit a e a lógica hegemónica não são apenas semelhantes: são simplesmente idênticas... O único horizonte totalizador possível é dado por uma parcialidade (a força hegemónica) que assume a representação de uma totalidade mítica [uma reconciliação impossível, utópica, que é evocada pelo agora incorporado "significante vazio" concebido como singularidade em vez de uma universalidade - JK]. Em termos lacanianos: um objeto é elevado à dignidade da Coisa».

Isto quer dizer, traduzido de volta no gramscianismo de Laclau, que um interesse particular se torna geral, ou seja, hegemónico: a sua mecânica ideológica produtiva (e afetiva) é agora formalizada e explicada. Pela sua parte, a própria linguagem como «cadeia significante» não é um meio de comunicação meramente neutral; ao invés dobra e é dobrada pela ideologia na enunciação. Como o lugar no qual a política e os impulsos se encontram na produção afetiva de sujeitos - ainda que constitutivamente instável (sujeito de enunciação/sujeito enunciado) -, a linguagem joga um papel crucial na ontologia retorizada proposta por Laclau. A retórica é tanto pedagogia sobre a arte prática da persuasão como conhecimento das figuras e tropos da linguagem, o seu poder de moldar. Este é o novo objeto de análise de Laclau. Na verdade, a sua evocação, nas Fundações Retóricas, da análise estruturalista de Gérard Genette sobre a narrativa de Marcel Proust sugere uma sobreposição importante do político ao literário na ideia de retórica, à qual Roland Barthes se referia como o «império dos signos». O ponto principal de Laclau é que, do ponto de vista da produção da vontade coletiva, todos eles - po-



PAULETE MATOS

lítica, afeto, retórica - são feitos de e/ou desenvolvidos na mesma matéria: discurso, palavra. Tal como na versão de Lacan da psicanálise, Laclau, seguindo também as pegadas dos estudos linguísticos de Roman Jakobson sobre a afasia, centra as suas reflexões nas figuras retóricas da metonímia - os deslocamentos verbais ao longo de um eixo sintagmático de combinação contígua - e metáfora - os deslocamentos verbais ao longo de um eixo paradigmático de substituição - que estruturam o discurso e as formas nas quais se interrompe e perturba o outro tal como nos distúrbios afásicos. Dobrando esta estrutura para a sua análise, a hegemonia, de acordo com Laclau, é produzida através de uma lógica de equivalência na qual lutas distintas, mas coexistentes - por exemplo, o antirracismo e reivindicações salariais -, são recombinações e identificadas com o mesmo ator político - por exemplo, um sindicato - de forma que «a relação de contiguidade comece a desvanecer até uma relação de analogia, a metonímia comece a desvanecer até uma metáfora e seja substituída». Neste «deslocamento retórico» de um eixo (o

sintagmático) para o outro (o paradigmático), as reivindicações heterogêneas corporativas - antirracismo de um lado, salários melhorados do outro - tornam-se parcialmente desparticularizadas enquanto estejam ambas ligadas crescentemente com o ativismo sindical, o qual, assumindo ambas as exigências, é também, ele próprio, transformado politicamente em algo mais do que apenas uma representação de interesses laborais ou de classe. Um novo «povo» começa assim a emergir, de acordo com Laclau, articulando mais do que reivindicações corporativas (as diferenças contíguas que ele associa com a figura da metonímia), ao fundirem-se (através da substituição metafórica) em exigências hegemônicas. Desta forma o «significante vazio» de tal equivalência - os nomes de «Hugo Chávez» ou «General Péron», por exemplo - tornam-se o locus de uma ligação política afetiva: uma superfície de inscrição afetiva torna-se o sujeito de mudança política. A relação da linguagem (entendida retoricamente) e da política (entendida como hegemônica) torna-se então uma relação de identidade na análise de Laclau, na medida em que cada uma também partilha as lógicas

parciais afetivas do petit objet a: «os mecanismos retóricos», conclui, «constituem a anatomia do mundo social». O desejo chamado política está estruturado como uma linguagem.

Laclau evoca a análise de Genette sobre a metonímia e a metáfora em Proust, de forma a consolidar a sua quase-literária «viragem retórica» em direção a um pós-estruturalismo. Ao invés de constituir uma oposição binária, os seus eixos distintivos são considerados contínuos e copresentes (tal como sugerido pela análise de Jakobsen dos distúrbios afásicos que, contudo, Laclau transforma de volta na norma e, na verdade, em condição de sentido). Desta forma, a versão pós-estruturalista da significação retórica, ainda que ancorada nos tropos fundadores da metonímia e da metáfora, pode ser mais aparentada com as noções de «texto» e «escrita», de Barthes e de Jacques Derrida, do que, por exemplo, com a «elocução» do estruturalismo; posicionando-se, relativamente a esta última, como um exemplo «da sua compreensão filosófica e a elaboração das suas consequências» na forma de algo como uma gramática tropológica de tradução. Esta transmissão retórica da tradução de afetos em política através da linguagem, e da transmissão da política em afetos em retorno, é o que surge como novo em *As Fundações Retóricas*, apesar do seu telos - a hegemonia - permanecer o mesmo do que em *Hegemonia e Estratégia Socialista e Sobre a Razão Populista*. De acordo com Genette, «apenas o cruzamento mútuo de uma rede metonímica e uma cadeia metafórica assegura a coerência, a necessária coesão do texto». Mais:

«Sem metáfora Proust... diz, não há verdadeiras memórias... sem metonímia, não há encadernamento de memórias, não há história, não há novela. Porque é esta metáfora que recupera o Tempo perdido, mas é a metonímia que o reanima, que o põe de volta em movimento... Por isso aqui, apenas aqui - através da metáfora mas dentro da metonímia - é onde a Narrativa (Récita) começa» (pp. 54-55).

Aqui também, com a produção figurativa da narrativa - e o desfazer literário da oposição entre metonímia e metáfora - a retórica política do social específica de Laclau começa igualmente.

É a figura da catacrese, contudo, que fundamenta particularmente a mecânica textual de tradução da viragem retórica de Laclau e o seu desejo de produzir uma ontologia retórica do social que é inerentemente política. A catacrese descreve a ação do «significante vazio», o ponto de convergência e tradução da diferença metonímica em equivalência e a sua projeção metafórica - tal como a narrativa em Proust, de acordo com Genette, mas como hegemonia em Gramsci, de acordo com Laclau. À medida que avança para construir a sua ontologia retórica, contudo, a figura da catacrese é obrigada a carregar um fardo conceptual considerável, porque igualmente fundamenta a significação enquanto tal.

Pedra de toque da invenção teórica de Laclau, a catacrese é o seu tropo mestre: tal como a metáfora, também é uma figura de substituição, uma má nomeação, que apesar de tudo nomeia «um lugar vazio», o inominável limite da significação (tal como o Real em termos psicanalíticos). Neste sentido, o «significante vazio» marca o momento do necessário fechamento da significação (essencial para acontecer o sentido), no qual «a condição sem sentido do sentido» - o que pode ser aqui referido como a lógica da *différance* - está paralisada e representada. Por esta razão, de acordo com Laclau, a catacrese «é inerente ao figurativo como tal», descrevendo a forma através da qual o «significante vazio», metonimicamente, um particular entre particulares diferidos-e-deferidos, está «fendido» no próprio momento em que metaforicamente (mal)representa o todo: «é este duplo papel», acrescenta Laclau, «que está na raiz do deslocamento tropológico» (pp. 64-5). Tendo previamente apresentado as condições populistas do político qua articulação hegemónica e instituição do social em «Sobre a Razão Populista»

ta», agora, que essas condições são dobradas numa avaliação de significação catacrésica, uma «retoricidade» politizada torna-se para Laclau «limítrofe em relação à própria estrutura da objetividade... equivalente à produção social de sentido - ou seja, ao próprio tecido da vida social» (p. 65). A retórica, por outras palavras, torna-se performance afetiva envolvente de tudo (subjativizante) e ação (objetivizante), reconfigurando o social. Laclau não produz, tanto, conceptualmente um idealismo semiótico quanto um materialismo retórico do sujeito assente nas dinâmicas tropológicas da linguagem - ou seja, figurativas: centrado no futuro «agora» da ação política, na medida em que é também uma teoria da vontade coletiva, parece-se a uma espécie de voluntarismo. Isto é principalmente devido à sua escassa atenção à crítica da economia política: à lógica de equivalência (e retórica digitalizada?) do capital, por exemplo, tal como enforma o discurso por via das novas tecnologias da comunicação e representação. Este nem sempre foi o caso.

Populismo

Frequentemente, Laclau constrói as suas análises através de um engajamento crítico com as tradições marxistas, a pedra de toque histórica e teórica do seu trabalho. Para além de se apresentar como um desenvolvimento retórico da teoria da hegemonia de Gramsci, reflexões sobre o trabalho de Lenine, Trotsky ou Sorel como sintomáticas de problemas a resolver são cruciais para o pensamento de Laclau e continuam a impregnar todos os ensaios das Fundações Retóricas, tal como acontecia nos volumes prévios, especialmente Hegemonia e Estratégia Socialista. Todos estes três pensadores são, por outras palavras, pensadores anti-hegemónicos, que, não obstante, sintomatizam a sua necessidade política e teórica.

Retoricamente, de acordo com Laclau, as reflexões de Sorel sobre o mito da «greve geral» enquanto forma revolucionária são sem conteúdo, produzindo um dos mais puros exemplos

de um «significante vazio». Isto porque os conteúdos particulares de uma luta particular ou greve são, para todos os efeitos, irrelevantes para o mito da «greve» em si. «Estamos perante», de acordo com Laclau, «a pura reagregação metafórica que não é interrompida por nenhuma pluralidade metonímica» - não contém, por outras palavras, reivindicações reais; assim: o corte revolucionário não procede através de equivalência, mas através de absoluta identidade», deixando toda a particularidade e cada greve real intocada.

Por outras palavras, a «greve geral» de Sorel é pura metáfora. O leninismo, por contraste, inibe a metaforização com a sua insistência na particularidade metonímica, isto é, nas identidades de classes (burguesia, campesinato, mas, mais importante, proletariado) e as suas supostas tarefas históricas particulares. Mesmo com o reconhecimento claro que uma burguesia fraca na Rússia não poderia levar avante estas tarefas, e que estas teriam de ser tomadas pela classe trabalhadora (tal como teorizado, por exemplo, na avaliação de Trotsky da «revolução permanente»),

«a estratégia leninista foi desenhada para prevenir que a tarefa excepcional se tornasse a forma de construção de uma nova subjetividade. A natureza de classe do proletariado tinha de permanecer imutável».

A insistência leninista na metonímica da classe inibe, assim, a possibilidade de metaforização associada à produção do todo-importante significante vazio para Laclau. Isto porque iria envolver o esvaziamento parcial da identidade proletária - ou seja, a sua desuniversalização - em favor da emergência de uma nova hegemónica - possivelmente até guiada pela classe trabalhadora - versão de um «povo». Apesar do reconhecimento do leninismo da anomalia da história russa relativamente às avaliações convencionais marxistas, «a subversão metonímica

do espaço diferencial da teleologia marxista» - o grau zero administrativo da retoricidade característico do marxismo da Segunda Internacional baseado, segundo Laclau, na explicação de Marx sobre o curso da história através de estádios, no Prefácio de 1859 (essa velha castanha!), - tem de permanecer visível, «até ao ponto de tornar impossível o movimento em direção ao seu telos metafórico»: o socialismo evolucionário. É a sua combinação do desenvolvimento desigual na história, por um lado, com os seus efeitos políticos ao nível da identidade dos sujeitos de transformação social, por outro, que constitui o fulcro das preocupações críticas de Laclau - provavelmente desde os seus começos e certamente no seu fim.

Neste contexto, o conceito de hegemonia e de vontade coletiva de Gramsci providencia a lógica parcial de equivalência que potencialmente transcende os «distúrbios» da metonímia por sobre-metaforização (Sorel) e metáfora por sobre-metonimização (leninismo) em nome («significante vazio») do democrático popular. Mais ainda, é a capacidade de Gramsci de incorporar teórica e politicamente questões do desenvolvimento desigual (revolução passiva, guerra de posições e de manobra, a Questão Meridional - que desfaz o historicismo tradicional do marxismo e a sua teleologia política) na sua conceptualização da política com a qual Laclau se identifica - isto é, a famosa análise de Gramsci da Revolução Bolchevique como uma «revolução contra o capital». Tais questões, associadas com a experiência histórica do imperialismo e dependência, são, na verdade, a chave da continuidade do pensamento de Laclau.

A luta dos trabalhadores

Para compreender o desenvolvimento do pensamento de Laclau historicamente, é importante regressar a Política e Ideologia; outra obra intermédia de trabalho conceptual e, talvez, o seu trabalho mais importante. Porque, ao contrário de Fundações Retóricas, é visivelmente, em retrospectiva, um trabalho de transição. Olha

para a frente, para a generalização do populismo como uma condição de, primeiro, uma conceção hegemónica, e, segundo, uma conceção retorizada da política, tal como olha para a sua viagem para fora do marxismo com a sua companheira Chantal Mouffe. Contudo, olha também para trás, para os escritos iniciais de Laclau enquanto historiador económico e militante político na Argentina durante os anos 1960 (antes da sua mudança para o Reino Unido, para completar os seus estudos, encorajado por Eric Hobsbawm). Este trabalho, ainda por compilar, consiste principalmente em pequenos editoriais publicados nos semanários Lucha Obrera, do mais ou menos trotskista Partido Socialista de la Izquierda Nacional (PSIN), que ele editava, junto com alguns ensaios curtos publicados no jornal teórico do PSIN, Izquierda Nacional, e um ou dois artigos publicados em jornais mais académicos. Revelam a preocupação inicial de Laclau pela conceptualização da história, a questão da periodização da perspectiva do desenvolvimento desigual, do ponto de vista da história como uma disciplina académica e das condições do pensamento político e estratégico adequado. Em Consciência Histórica e Esquerdismo Pequeno-Burguês, por exemplo, um curto artigo escrito para o Izquierda Nacional, fulmina a pequena-burguesia devido à sua falta de sentido do tempo, tanto histórico quanto político - um tópico epistemológico que iria desenvolver em Política como Ideologia com uma preocupação althusseriana pela «ciência» e a especificação correta de conceitos regionais das instâncias do social «política» e «económica», o seguimento, por outras palavras, da luta de classes ao nível da teoria. «Tal como o 1.º Maio é o dia internacional da classe trabalhadora, o 17 de outubro é a data que define o proletariado argentino.» Assim escreve Laclau num editorial da Lucha Obrera, datado de 15 de outubro de 1963. Na altura em que o escreve, estava a tentar provar vários pontos importantes ao mesmo tempo. Ele lembra os seus leitores, por exemplo, que o peronismo tinha sido banido enquanto movimento

político desde o derrube do governo democrático do General Perón em 1955, deslegitimizando todos os governos nos anos que se seguiram. Nos anos 1960, Laclau era um - notoriamente carismático - líder estudantil na Universidade de Buenos Aires, tal como um militante do PSIN. O PSIN partilhava com uma emergente Nova Esquerda, focada na política nacional no dealbar da Revolução Cubana, um interesse na

nizado na ainda desenvolvimentista perspectiva do PSIN, trazendo o socialismo para o horizonte político da Argentina. Do ponto de vista do PSIN, toda a política revolucionária era assim necessariamente enformada pela experiência do populismo e, na verdade, a sua plataforma política e «tarefas imediatas» consistiam numa extensão antinacionalista e socialista (especificamente a exigência de um «governo popular

O peronismo alimenta assim a política marxista - uma ordem que, com o tempo, Laclau reverterá, mantendo um compromisso com o marxismo, mas principalmente enquanto um recurso para negar teoricamente e para alimentar a generalização do populismo à política enquanto tal.

configuração particular da Argentina enquanto nação capitalista agrária sem burguesia (ou seja, tal como configurada por uma revolução passiva «burguesa»), ou, pelo menos, com ausência de uma burguesia modernizadora (ou seja, desinteressada relativamente ao desenvolvimento das forças de produção). Por outras palavras, a Argentina - e o resto da América Latina neste particular - era definida por um conjunto similar de «anomalias», tal como a Rússia tinha sido. Contudo, o movimento peronista, emergindo de um processo de industrialização dependente (de substituição de importações) a partir dos anos 1930, produziu uma mudança real nesta situação. Este foi outro dos assuntos para os quais os editoriais de Laclau no Lucha Obrera procuraram captar a atenção dos seus leitores: com o peronismo, uma classe trabalhadora industrial organizada torna a sua presença notada na esfera política, urbanizando-a, democratizando-a e assim transformando-a completamente (Eva Perón era fundamental a este respeito - mobilizando o afeto plebeu, por exemplo -, apesar de Laclau muito raramente a mencionar). Com o surgimento histórico de um proletariado industrial, por outras palavras, o não-síncrono historicamente parece ter-se sincro-

dos trabalhadores» em toda a América Latina) do próprio populismo peronista: independência económica, soberania política e justiça social. O peronismo alimenta assim a política marxista - uma ordem que, com o tempo, Laclau reverterá, mantendo um compromisso com o marxismo, mas principalmente enquanto um recurso para negar teoricamente e para alimentar a generalização do populismo à política enquanto tal. Esta é a experiência histórica do populismo, e a sua relação com o marxismo, a partir da qual Laclau começa e que desenvolve em Política e Ideologia: começando com a preocupação da forma ideológica e da sobredeterminação estrutural no âmbito dos contextos de crise (na pegada de Althusser), produz uma torção na teoria da revolução permanente - incorporando a revolução democrática ou «interpelação democrática popular» (relações de dominação Estado-e-pessoas) na luta de classes (relações de produção burguesia-e-proletariado) para construir uma teoria de dupla articulação. Uma tentativa de ultrapassar o reducionismo de classe, mantendo as relações de produção enquanto determinação social que sugeria um avanço teórico importante. Lido a partir da perspectiva do muito alardeado «Pós-Marxismo» de Hege-

monia e Estratégia Socialista, contudo, o ensaio clássico *Em Direção a uma Teoria do Populismo*, com o qual Política e Ideologia se conclui, providencia o espaço teórico para os seus subsequentes redesevolvimentos teóricos através de uma reconfiguração «discursivista» do conceito gramsciano de «hegemonia», no qual as «relações de dominação» - e as exigências democráticas (política e ideologia) - definitivamente descentram e deslocam as «relações de produção e a luta de classes» (estrutura económica).

Em Direção a uma Teoria do Populismo foi influente, primariamente como o ponto de partida para a avaliação de Stuart Hall do thatcherismo como uma forma de «populismo autoritário». Na verdade, a abordagem althusseriana do populismo de Laclau apresentava-o como uma contribuição à teoria da ideologia, concebida regionalmente como uma instância relativamente autónoma do social. Isto leva-nos ao que é deixado para trás em *Política e Ideologia*, tal como está sintomatizado na sua estrutura composicional: se o seu capítulo de conclusão *Em Direção a uma Teoria do Populismo* olha em frente para a formalização das ideias enquanto condição do político e, agora, instituição retórica do social, o seu primeiro capítulo olha para trás, para o interesse de Laclau na história - e periodização - das estruturas económicas, como é evidente no título do primeiro capítulo do volume: «Feudalismo e Capitalismo na América Latina». Este é uma crítica da análise de Andre Gunder Frank da história do capitalismo na região, redefinido como sistema de circulação, em vez de modo de produção com a sua forma definidora de apropriação da mais-valia. Para Frank, a América Latina tinha, desde a sua inclusão colonial numa ordem mundial mercantil, sido sempre capitalista e nunca feudal enquanto tal. Este é o lugar conceptual do seu desacordo. Contudo, Laclau concorda com a crítica de Frank das análises pós-Terceira Internacional da América Latina ancoradas numa «tese dualista» e cuja conclusão política era o apoio

comunista às burguesias modernizadoras para «completarem as suas tarefas históricas». Pela sua parte, Laclau olha, ao invés, para uma mais complexa análise de modos de produção co-existentes subordinados a um «sistema económico» capitalista abrangente produzindo o tipo de «anomalias» históricas descritas acima quer na Rússia quer na Argentina. É esta insistência na análise das especificidades de experiências distintas do capital que desvanece nos ensaios finais de Laclau em *Política e Ideologia*, incluindo *Em Direção a uma Teoria do Populismo*.

Este constitui um decréscimo do económico que se pode defender que também enforma a análise subsequente de Hall do thatcherismo. «Feudalismo e Capitalismo» tem um ensaio irmão escrito por Laclau, publicado em 1969: «Modos de Produção, Sistemas Económicos e População Excedente: Uma Aproximação Histórica aos Casos Argentino e Chileno». Este ensaio uma crítica a temas teóricos semelhantes e contém a maior das partes das críticas a Gunder Frank feitas em «Feudalismo e Capitalismo». A diferença reside nas suas análises detalhadas e avaliação teórica do «excedente de população», um termo que Laclau contrapõe aos desenvolvimentos instrumentalistas da ideia de Marx de «exército de reserva de trabalho», um tópico cuja importância foi reiterada recentemente por Fredric Jameson no seu «Representando o Capital». O ponto é que Laclau produz o seu conceito através de um engajamento crítico com as «anomalias» históricas produzidas pela articulação de diferentes modos de produção dentro de um sistema capitalista abrangente. Este outro ensaio, contudo, não está incluído em *Política e Ideologia*. Isto pode ser porque já tinha então (1977) começado, definitivamente, a pertencer ao passado intelectual de Laclau. Ironicamente, este decréscimo da história económica no trabalho de Laclau tende a apagar as próprias condições históricas da sua preocupação crítica permanente por, e focada em, formas supostamente «anómalas», tais como o populismo.



Lisboa, Cordoaria Nacional/Torreão Nascente, até 2 de Agosto 2015

GÉNESIS | SEBASTIÃO SALGADO

Fotografias de um presente originário

SOFIA ROQUE

Pode uma fotografia de um lugar gelado e longínquo na Antártida imprimir em nós um sentimento de familiaridade? Pode uma fotografia do povo Himba, na Namíbia, ou de uma população indígena do norte da Sibéria fazer surgir em nós uma ideia de comum? Pode a arte despertar um desejo de (auto)preservação? Pode a experiência da emoção estética iniciar uma consciência ambiental? A beleza salvará o mundo?¹

Até 2 de agosto, a Cordoaria Nacional será a casa de uma exposição singular e inesquecível: *Génesis*². Julgo que é impossível ver, e olhar demoradamente, as fotografias de Sebastião Salgado e sair em indiferença, sem marcas na memória, no imaginário, no sentir ou no pensar. Dedicada aos últimos redutos naturais e humanos de um planeta ameaçado, esta exposição é composta por mais de duas centenas de

fotografias, resultantes das viagens realizadas pelo reputado fotógrafo brasileiro, entre 2004 e 2012, por 32 regiões remotas e, por vezes, inóspitas.

Em grande formato e no registo preto&branco, o impacto estético destas fotografias é ampliado de um modo apenas superado pela poderosa sugestão de sentido fornecida por cada objeto fotografado. Sebastião Salgado permite-nos visitar territórios inusitados nos círculos polares e em florestas tropicais, em extensas savanas e nos tórridos desertos, em montanhas geladas e ilhas desertas. Se há lugares onde apenas as mais resistentes formas de vida encontram um habitat, outros recantos tornaram-se o lar de animais ou de povos ancestrais cuja sobrevivência depende fundamentalmente do isolamento em que se mantêm. Como refere a curadora da exposição, Lélia Wanick Salgado,

1 - Fiódor Dostoiévski, em *O Idiota* (1869).

2 - Ver mais em <http://expogenesis.pt/>.

Gênesis é «uma jornada em busca do planeta como ele existiu, desde a sua formação e na sua evolução, antes que a vida moderna se acelerasse e nos afastasse do núcleo essencial». Aqueles fotografias comprovam então que «o nosso planeta ainda abriga vastas e remotas regiões onde a natureza reina em imaculada e silenciosa majestade».

Além disso, *aquilo* que nos é mostrado/desocultado pelas fotografias de Sebastião Salgado pertence a uma ordem de um mundo que nos inclui. É preciso não cair no fascínio do exotismo que facilmente desenha fronteiras entre um *nós* e esse *outro*, que tanto é uma paisagem inóspita como um povo culturalmente diferente. Afinal, as grandes metrópoles também são paisagem deste mun-

Gênesis é «uma jornada em busca do planeta como ele existiu, desde a sua formação e na sua evolução, antes que a vida moderna se acelerasse e nos afastasse do núcleo essencial»

Embora cada fotografia se constitua como meio e fim coincidente na sua materialidade estética, o propósito da exposição é explicitamente político e claramente anunciado como «uma convocatória para a batalha». Sebastião Salgado partilha conosco uma beleza oculta, defendida e protegida, como um privilégio generosamente concedido, mas fá-lo «em tributo» a um planeta frágil «que temos de proteger». E é isso que nos quer dizer: esse espantoso mundo, que nos inclui como humanos, está em perigo. E é preciso assumir responsabilidades.

Porém, as fotografias que compõem a exposição formam um conjunto que sugere uma ideia de *gênesis* intrincada numa experiência de um tempo trocado, isto é, de um presente antigo e paradoxalmente originário. O que podemos conhecer e contemplar são imagens de um planeta mais próximo das origens e, por isso, aparentemente mais distante no tempo e no espaço que reconhecemos como casa-mundo. Mas aquelas paisagens e povos foram no passado como hoje ainda são. Para o reconhecimento de um mundo e humanidade comuns, condição necessária para uma consequente consciência de (auto) preservação, é preciso lembrar que aquelas fotografias nos mostram lugares, animais e pessoas de um hoje que também é o nosso – as fotografias mais antigas foram tiradas em 2004.

do e foram construídas por seres que partilham a mesma humanidade dos povos fotografados. No distanciamento, esconde-se uma aproximação. Tudo faz parte da história do mundo: os arranha-céus e as montanhas bicudas, as tribos isoladas e as que não vivem sem internet, o que é conhecido e o desconhecido, a máquina fotográfica e a natureza intocada captada pela objetiva.

Assim, *Gênesis* permite-nos também a experiência de uma certa ambiguidade material e temporal que pode constituir-se como um *ainda* – um sinal de esperança para nós e para o planeta. A ação humana comporta em si a marca da sua irreversibilidade, mas também da sua imprevisibilidade, diz-nos Hannah Arendt. São características trágicas que significam, no entanto, uma possibilidade sempre renovada de começar (algo) de novo e de promessa, isto é, poder e responsabilidade.

Um pulsar ético e ecológico individual é preciso despertar em cada um de nós, sim. Porém, o belo convoca-nos na sua universalidade, desperta um sentido comum, permite-nos conjugarmos como um coletivo. Nesse sentido, o belo gesto, como o que podemos apreciar naquelas fotografias, é também político e, neste caso, deve levar-nos, como comunidade do mundo, à construção de uma alternativa radical para mudar o paradigma económico, ambiental, social e cultural. Isso ou a barbárie.



The Act of Killing (2012) | Joshua Oppenheimer

Os donos da história

JÚLIA GARRAIO

No banho de sangue que, em 1965-66, se seguiu ao golpe de Estado do General Suharto, foram assassinadas entre um a dois milhões de pessoas sob o pretexto da “eliminação do comunismo”. Este momento fundador da moderna Indonésia, que abriu caminho à tão celebrada entrada do país na economia mundial, é o pano de fundo para *The Act of Killing*.

Será eticamente aceitável abordar crimes contra a humanidade através das palavras dos carrascos como Oppenheimer faz neste documentário? Um crítico afirmou que era como se estivessemos perante uma obra que retratasse o Holocausto exclusivamente com entrevistas a membros das SS. O realizador contestou que os nazis não governaram a Alemanha depois de 1945, argumento cuja pertinência se torna evidente se atendermos ao contexto de realização do projeto e aos seus objetivos. Como é exposto no *site* do filme (<http://theactofkilling.com/>), as origens de *The Act of Killing* remontam ao documentário *The Globalization Tapes* (2003), um projeto com um sindicato de Sumatra sobre os efeitos da globalização e as suas raízes na exploração colonial. Durante as filmagens, Oppenheimer pôde observar como as vítimas e os familiares das pessoas assassinadas em

1965-66 eram obrigadas a conviver com os carrascos e sobretudo como, em público, estes se vangloriavam dos seus atos. Apercebendo-se do fascínio de alguns destes homens pelo cinema americano (e do papel que este cinema desempenhara na sua psique, com algumas técnicas de matar a terem sido inspiradas por filmes de Hollywood), o realizador desafia alguns deles a recriarem o passado, a serem eles próprios os realizadores e os atores da história das suas vidas. O documentário resulta de uma montagem complexa, que reúne materiais de diversos tipos recolhidos ao longo de vários anos de filmagens: entrevistas aos assassinos, algumas delas feitas nos locais das matanças; representações teatrais em que estes recriam momentos dos massacres, desempenhando eles próprios o papel das vítimas; composições musicais e/ou oníricas com recurso a estéticas do musical e do filme de *gangsters*; momentos de reflexão dos carrascos perante as encenações em curso e as filmagens realizadas. O resultado é um documentário extremamente perturbador, que questiona incessantemente o que é representar a matança e transmitir a memória do terror e, sobretudo, a relação entre cinema e exercício da violência. Seria, por isso, erróneo definir *The*

Act of Killing como um documentário sobre os acontecimentos de 1965-66.

Trata-se de um trabalho sobre a Indonésia contemporânea, em que o realizador leva ao extremo a expressão “a história é feita pelos vencedores”, em que o espaço cinematográfico é oferecido aos carrascos, replicando-se, assim, no ecrã o poder absoluto de que estes gozam no contexto social em que se inserem.

Nada exemplificará melhor a sua vitória como a sequência em que obrigam gente de um antigo “bairro comunista” a participar na encenação de massacres ali ocorridos e a rir do desespero das vítimas. Ou então o momento musical em que o assassino e as suas vítimas cantam *Born free*, numa reconciliação final destinada a apaziguar os remorsos do único carrasco atormentado através da validação da sua versão de si próprio como combatente da liberdade. O que sobressai do conjunto é um sentimento de impunidade que permite desvendar um sistema político-económico corrupto a par do retrato de uma multiplicidade de assassinos (desde o denunciante que pretende nada ter sabido das matanças até aos carrascos perspicazes e sem remorsos, passando por uma série de broncos oportunistas). A tensão entre a crueldade dos atos praticados e a “humanidade” dos executores (homens tão comuns, frequentemente ridículos, quase sempre com ar inofensivo) parece confirmar o pensamento de Arendt sobre a “banalidade do mal”. As vítimas, por seu lado, presas nas representações dos carrascos, emergem apenas pontualmente e sempre no registo do medo, que reforça o poder instalado: no choro aterrorizado dos filhos dos assassinos que desempenham o papel de vítimas; no riso nervoso do filho de uma vítima ao contar aos carrascos para quem trabalha as circunstâncias da morte do pai; no pavor estampado no rosto nos pequenos comerciantes chineses, que continuam a ser extorquidos.

É assim na radicalidade da afirmação do poder dos carrascos que residem as fissuras que irão criar a dissonância, minar a discurso público e permitir a implosão do domínio absoluto dos vencedores da história. Um militar envolvido no massacre Kampung Kolam confessa-se chocado perante a recriação desse acontecimento por parecerem tão sanguinários. Porém, acaba por pedir ao realizador que guarde as imagens como alerta para o que poderá acontecer. É este o papel performativo da voz do carrasco que Oppenheimer suspeitara na sua observação social: a narração incessante das matanças no espaço público não se devia apenas a um sentimento de impunidade, era sobretudo um instrumento de controlo, enquanto ameaça a quem ousasse desafiar o poder imposto. O que o documentário desvenda é assim um sistema de injustiça e exploração que se sustenta na ameaça da repetição da violência fundadora. O mérito do documentário é precisamente ostentar todo este dispositivo de controlo socioeconómico e, ao exibi-lo, retirar aos vencedores o monopólio do discurso. Como alertou um carrasco, a representação das matanças acarretaria uma revisão da história, já que mostraria que, ao contrário do que a história oficial diz, não foram os comunistas que foram cruéis, «fomos nós». E esta reviravolta não diz respeito apenas aos executores dos massacres de 1965-66 e, consequentemente, ao papel dos governos ocidentais que, na Guerra Fria, não se cansaram de apoiar regimes criminosos pelo planeta fora. Esta reviravolta leva-nos de volta ao projeto *The Globalization Tapes*.

Assim, o que em *The Act of Killing* começara por ser uma radiografia a uma sociedade fundada através de atos de violência extrema torna-se numa contundente denúncia da ordem neoliberal globalizada, uma denúncia que expõe o elo entre a memória da violência passada e a desigualdade socioeconómica do presente.

DESOBEDOC



Desobedoc | Festival de Cinema no Porto | de 25 a 27 de abril 2015

Desobedoc

ADA PEREIRA DA SILVA

A entrada é livre e o espírito insubmisso. Esta é a "assinatura" do texto que anunciou o Desobedoc do ano passado e também deste ano.

Porto. Sede de história do cinema português, cidade dos históricos Paz dos Reis, Invicta Filme, Manoel de Oliveira. Onde o cineclubismo se constituiu como forma de resistência à ditadura. Cidade culturalmente enquistada durante doze anos de gestão Rui Rio, que eliminava tudo o que mexesse "fora da linha" (a sua), tudo o que não fosse obediente. Na edição zero do Desobedoc, que se pensou como única, a primavera cultural prometida pela nova liderança da cidade não se sentia ainda. Este ano sim, já há programação regular de cinema alternativo na cidade com direito a agenda própria. Mas nada com o espírito do Desobedoc.

Cinema Trindade. No miolo da cidade. Quando abriu, em 1916, o Salão Jardim Trindade era uma sala com mais de mil lugares e um terraço para sessões ao ar livre. Com a revolução

de 1974, apressou-se a mostrar o cinema até aí proibido. Excursões, até de Espanha. Nos anos 1980, o refluxo de público, primeiro com a televisão, depois com os multiplex de cinema-pipoca, fez repensar. Obras. O espaço ganha outras funções e para cinema fica dividido em duas salas, uma com 180 lugares, outra com 170. Persiste mas não resiste. Em 2000 fecha portas. Com duas máquinas de projeção de película de 35mm dentro.

25 de Abril. Revolução. Insubmissão. Insurgência. Desobediência. Liberdade. Fez no ano passado 40 anos. Por isso se fez a primeira edição da mostra Desobedoc. E agora 25 de Abril no Porto também quer dizer Desobedoc.

Cinema insubmisso, desobediente. No conteúdo ou na forma. Mas mais que tudo pelas pessoas. Dentro e fora das salas Zeca Afonso e Salgueiro Maia. Antes e durante o Desobedoc.

Gente insurgente. Gente com dente. Quem fez e quem entrando, estando, também fez o Desobedoc.

“É livre!” foi a resposta da Zeza Guedes à pergunta: O que faz do Desobedoc uma mostra diferente? Mas livre porque a entrada é livre, não há bilhetes? Não, porque não há um programador, um “curador”, todas podemos apresentar propostas, não há privilégio para este ou aquele realizador, esta ou aquela produtora ou distribuidora; mas também pelo lado do público... que pode ficar e estar e conversar. Livre. É uma experiência cineclubística, vai além na cinefilia. Sim, a maior evolução do Desobedoc 2014 para o Desobedoc 2015 foi mesmo o espaço para estar, ficar e conversar. 20 sessões, todas com breve apresentação/enquadramento. 27 filmes no total, entre documentários, ficção, curtas, animação. 1224 visualizações, sendo que muito poucas pessoas foram apenas a uma sessão. Na maioria, terão assistido a pelo menos três sessões. Terão sido pelo menos 350 as pessoas que estiveram no Desobedoc. E a sua permanência no Trindade estendeu-se bem além da duração das sessões.

O Sérgio e a Zeza conseguiram mesas e cadeiros emprestados numa loja de usados ali da rua. O Xavier fez sopa todos os três dias e havia as sandes-refeição e os bolos da Sílvia. E pusemos as paredes a falar. Havia mensagens e apelos de insubmissão em 50 pedaços de cartão canelado em que o PAM escreveu frases da Regina Guimarães e também umas tantas sugeridas por vários e várias de nós, e que foram mudando de sítio, que saíram porta fora para casa de quem quis. E houve festa durante a madrugada. Assim se fez espaço de estar, comprometido, mas livre. Foram umas cinquenta pessoas, aderentes e não aderentes do Bloco de Esquerda, que do Desobedoc fizeram causa com o seu trabalho militante. E não foram apenas as que vimos lá em serviço no bar, como assistentes de sala, a apresentar as sessões e mesmo as menos visíveis porque estavam “fechadas” na régie. Muitos e muitas traduziram filmes para português e verificaram a legendagem – houve até um filme que foi traduzido a quatro mãos, porque o tempo era pouco -, viram previamente os filmes, de fio a pavio,

testando a qualidade dos ficheiros, escreveram folhas de sala, distribuíram jornais e panfletos do Desobedoc, montaram projetores dentro das salas e no exterior, foram às compras. Salas alcantifadas, fechadas há tanto tempo... a Tatiana arranhou um aspirador industrial emprestado e lá esteve uma tarde inteira com o Nuno a eliminar o pó. Fazia falta um programa de boa leitura, que tornasse visíveis as sobreposições nas duas salas... a Maria Manuel, sempre a atualizar a informação no *site* e no facebook do Desobedoc, fez, tratou de imprimir e de colocar no Trindade. Empenho, generosidade, equipa. Juntem-se também tantos e tantas realizadores/as que cederam gratuitamente os seus filmes, e alguns que até estiveram presentes, participaram.

O Desobedoc é iniciativa de um partido. Para a comunicação social isso torna-o um objeto estranho. Não tem lugar na cultura porque é partidário. Não tem lugar na política porque é cultural. Estranho? Porquê? Não é um partido, antes de mais, um conjunto de pessoas com causas e objetivos comuns, que coletivamente tenta concretizar? Alguns já se esqueceram disto. Alguns nunca tiveram na sua matriz a primazia das pessoas que refletem, que partilham, que agem, como única possibilidade de mudança real. Aqui substitui-se o discurso político-partidário – quase inevitavelmente depurado e unívoco, tendencialmente fechado – pelos discursos artísticos, múltiplos, abertos, misturando a memória com o mostrar cru e/ou posicionado do presente. Vi pessoas a sair emudecidas das sessões, ou a falar sem parar, ou com uma urgência de comer e beber no bar. A emoção é o motor da ação. Ousadia? Visto de fora talvez. Daqui de dentro é natural. Que outro partido elegeria para seu rosto público uma atriz?

«Já fazia outro Desobedoc» escreveu o Sérgio no facebook, três semanas depois da desmontagem.

É uma inevitabilidade. E é destas inevitabilidades que gosto.



Orgulho (2014) | Matthew Warchus

A necessária, mas difícil, articulação entre as lutas sociais

FABRICE SCHURMANS

Como foi notado na altura da estreia, a comédia inglesa *Orgulho* inspira-se em factos verídicos, nomeadamente na luta solidária de um grupo gay e lésbico de Londres a favor de mineiros galeses envolvidos numa longa e dolorosa greve contra a política do governo Thatcher.

Estamos em 1984, num momento de viragem da história social da Grã Bretanha: imediatamente a seguir à Guerra das Malvinas, em plena repressão do movimento independentista da Irlanda do Norte, o governo Thatcher decide prosseguir e intensificar a política de encerramento de minas iniciada pelos trabalhistas na década de 1960. Como nota Mark, uma das personagens principais do filme, durante uma marcha de protesto pelos direitos da população gay e lésbica, os mineiros partilham com estes grupos o ostracismo não só do governo mas igualmente dos tabloides, da polícia e de uma grande parte da sociedade. Assim, em nome de um coletivo gay e lésbico (*Lesbians and Gays Support the Miners* – LGSM), o carismático Mark decide empreender uma angariação de fundos em benefício dos grevistas.

Warchus evita a armadilha da representação idealizada dos primórdios da luta em questão. Quando Mark apresenta aos amigos e às amigas o seu projeto de ajuda, alguns e algumas recusam-no frontalmente, por causa da intolerância mais ou menos generalizada dos mineiros relativamente à homossexualidade. Desde o início, é a fragilidade da confluência de lutas a ser realçada. É certo que existe no grupo vontade de desenvolver solidariamente as lutas pela emancipação social, mas essas mesmas lutas, por tentarem a aproximação entre setores tão diferentes, permanecem sob ameaça de fracasso devido às representações contraditórias presentes no seio de cada grupo.

Entenda-se que, em *Orgulho*, não se trata de opor termo a termo os gays e lésbicas aos mineiros – o que seria uma maneira de homogeneizar cada grupo –, mas de mostrar o papel desempenhado pelas diversas representações de cada lado. A luta solidária é rejeitada por alguns e algumas, tanto em Londres como na aldeia galesa, por não perceberem de que é feito o outro. No entanto – e é aqui que reside o *tour de force* do guião –, o filme recoloca cons-

tantemente no centro das suas preocupações a indispensável articulação das lutas entre si. Como observa Mark a Dai, um representante dos mineiros e a primeira personagem oriunda da aldeia galesa a mostrar total abertura para com a iniciativa dos *Lesbians and Gays Support the Miners*, não faz sentido lutar por uma só causa sem tentar incluir as outras. Como a personagem afirma, as lutas de trabalhadores/as, mulheres, homossexuais, deveriam estar interligadas quando se trata de defender direitos ou de adquirir novos. Nesta sequência tão densa, Dai vira-se finalmente para Mark para lhe explicar o significado da sua bandeira, que representa um aperto de mãos, símbolo e significação seminal da luta operária. Notar-se-á a recorrência e a importância deste gesto ao longo do filme: aproximar-se do outro, de quem se compreende pouco ou mal, estender-lhe a mão e, através deste gesto, aceitar a diferença, respeitá-la e, acima de tudo, aceitar o primeiro ato da solidariedade na luta. É de notar ainda o que é significativo no Reino Unido do início dos anos 1980. Mark sublinha que, sendo oriundo da Irlanda do Norte, conhece bem o preço da ausência de diálogo entre polos opostos, o que é, mais uma vez, uma forma de remeter a ficção para o contexto social de referência.

Tudo no filme se joga em gestos fortes, em discursos que se fazem perante um público *a priori* hostil que se tenta conquistar. Duas sequências entram em diálogo, aliás, de maneira quase simétrica na sua encenação. Trata-se, em primeiro lugar, da sequência em que Dai, instigado por Mark, vai a um bar gay de maneira a agradecer aos clientes que contribuíram com doações em dinheiro para a luta dos mineiros. Mais tarde, Mark responderá positivamente ao convite de Dai para tomar a palavra na aldeia galesa em greve perante a comunidade reunida na sala de festas. Estes dois momentos-chave, nos quais cada um dá, com dificuldade, mas seguros da sua necessidade, um passo em direção ao outro, testemunham, como defendem Dai e Mark, que se trata de muito mais do que dinheiro angaria-

do: trata-se de um sentimento nascente, de uma amizade e, ousa-se a palavra, de um pacto ético com base no reconhecimento do outro na sua diferença. A solidariedade não é aqui um dado, mas algo adquirido, resultado de uma luta sempre retomada e sem fim, frágil, desembocando muitas vezes no fracasso, como é parcialmente o caso retratado em *Orgulho*. Portanto, não será surpreendente, neste contexto, que haja várias sequências organizadas espacialmente em bares, à volta de mesas cobertas com copos de cervejas: este é o lugar onde os primeiros contactos são feitos, onde se quebram desentendimentos e tabus, onde se forjam novas solidariedades.

Como testemunho, o filme de Warchus desempenha por si uma função importante: representar, através da ficção, é certo, mas de maneira bastante fiel, uma experiência social tremenda, mas infelizmente pouco conhecida, cujas consequências foram importantes, nomeadamente para o reconhecimento pelo Partido Trabalhista dos direitos das pessoas homossexuais. O realizador também nos incentiva a refletir sobre a natureza da luta política e social hoje, a entender que a emancipação de um grupo em luta nunca é completa, pois depende estreitamente da emancipação de outros grupos em luta na mesma altura e da necessária interseção entre eles.

Durante a sequência inicial, Mark vê uma reportagem na televisão que retrata a dureza da greve em curso. Um sindicalista intervém para afirmar que na relação de poder desigual que opõe os mineiros ao governo de Thatcher a única coisa que este nunca lhes poderá retirar é o orgulho adquirido pela e na luta. De maneira semelhante a *Dois dias, uma noite* (Luc e Jean-Pierre Dardenne, 2014) – filme que representa igualmente a dificuldade de construir lutas sociais solidárias –, *Orgulho* salienta que a luta, fruto de uma tomada de consciência, liberta o grupo e o indivíduo de alguns laços de sujeição, reforça a solidariedade e os seus efeitos, devolvendo a ambos o sentimento de orgulho que o polo dominante teima em sufocar.



Casa vaga Encenação e interpretação: Gonçalo Amorim, Pedro Gil, Raquel Castro
Texto: Rui Pena Coelho | Teatro Rivoli, Porto, março de 2015

Pegar em Armas

AMARÍLIS FELIZES

Casa vaga é um espetáculo de Gonçalo Amorim, Pedro Gil, Raquel Castro (encenação e interpretação) e Rui Pena Coelho (texto) que esteve em cena no teatro Rivoli, no Porto, entre 26 e 29 de março do corrente ano.

Apesar de hoje não faltarem casas vagas com muitas histórias por contar, ou talvez por isso mesmo, o Teatro Experimental do Porto (TEP) viajou no tempo e no espaço e centrou a ação desta peça no faroeste no início do século XIX. Três emigrantes portugueses, pistoleiros sem um tostão, cavalgam pelo velho oeste norte-americano à procura de melhores condições de vida enquanto citam os socialistas utópicos. Primeiro estranha-se mas vai-se entranhando. A estranheza não está apenas no imaginativo enredo, mas também no facto de ser raro assistir-se a um espetáculo que faça mais do que ironizar sobre as ideias de revolução ou que fale de utopia sem ceticismo ou escárnio. *Casa vaga* consegue esta proeza através do modo como

vai trazendo à discussão o seu mote: «Matar e/ou ser morto?», colocando a violência e a sua legitimidade como questões centrais desta história.

Tudo começa com um tiroteio que lembra os filmes de Sérgio Leone em jeito de caricatura - muitos tiros, acrobacias entre mesas e cadeiras e até long-shots e close-ups teatrais. Não há dúvida que estamos no faroeste: há *cowboys*, pistolas, tiros, empregados escondidos atrás do balcão e até o chão de madeira do *saloon*. O corpo dos atores dá forma ao tom divertido que o espetáculo assume através de nuances arquetípicas num regresso às brincadeiras de infância. Os dois músicos em palco criam um ambiente que nos conduz na aventura e que tem a capacidade mágica de acrescentar ação no lugar da narração. Além das alusões ao faroeste, as referências a The Clash e Pixies têm um cunho fortemente geracional que convoca a plateia. O encontro dos três heróis desta peça dá-se

Os atores/personagens olham-nos como se partilhássemos as suas conspirações, como se fossemos os ocupas que se multiplicam e vão roubando ao terreno o seu vazio.

quando Shortlove Gonzalez e Peter Kill agradecem a Rachel Wild Castro por os ter safado do tiroteio, ainda sem saberem que a perita pistoleira era uma compatriota. Esta descoberta dá lugar àquele encontro de misteriosas afinidades que todos já sentimos ao encontrar um português no estrangeiro, mas os clichés ficam por aqui. A estes emigrantes faltam os brandos costumes e é com o mesmo gesto com que antes sacaram as pistolas que agora sacam dos bolsos os livros que estão a ler: Fourier, Saint-Simon, Owen e Proudhon. Falam de desigualdade e socialismo e alimentam conspirações.

«A Utopia é a verdade de amanhã. Vamos a isso. Duas semanas de caminho». Partem à aventura por uma América que, sendo já “o quintal do capital”, poderia ser também terreno fértil para a invenção de outras vidas, o lugar onde ainda se podem mudar as coisas.

A primeira paragem é numa comunidade libertária que se revela naïf e com demasiadas regras. Como os nossos forasteiros são mais ambiciosos, logo voltam à estrada e vão até um moínho abandonado com terreno a perder de vista. É aqui que constroem a *Casa vaga* e nos narram, com júbilo, todo o processo: constroem um forno, o curral e o celeiro, plantam e fazem colheitas em comunidade.

Nesta altura, a cena abre-se à plateia e os atores/personagens olham-nos como se partilhássemos as suas conspirações, como se fossemos os ocupas que se multiplicam e vão roubando ao terreno o seu vazio. Mais roubos desfazem outros roubos: no confronto com as condições materiais necessárias ao processo, relatam assaltos a bancos e latifúndios – é que estamos a falar de socialismo, e como nos reafirma o próprio Proudhon: *La propriété c'est le vol* – A propriedade é o roubo.

Por falar em propriedade, eis que surge o dono disto tudo, Big Daddy Brian, que lhes dá três dias para abandonarem o seu terreno. Os ocupas resistem e ele incendeia tudo.

Sobre os destroços da *Casa vaga* é montado o plano de vingança. Shortlove Gonzalez, Peter Kill e Rachel Wild Castro apontam as suas armas à cabeça de Big Daddy Brian, mas hesitam em disparar ao saber que ele, afinal, também é português e que nasceu pobre como eles.

A hesitação vai desaparecendo à medida que Big Daddy Brian relata extensivamente as vicissitudes da vida de um *self-made-man* como ele. Ouvem-se de novo os tiros e as mãos dos heróis terminam ensanguentadas.

Não é certamente a primeira vez que se monta um paralelismo entre as regras do capitalismo e as do faroeste, mas sem dúvida que não é todos os dias que se faz com este talento e por gente que não anda aqui a brincar aos *cowboys*. O espetáculo foi construído à luz das ideias que advoga, numa mistura de papéis em que as personagens têm os nomes dos atores, os atores são os encenadores e, por sua vez, os dramaturgos. A qualidade das interpretações, o humor e a crítica certamente não seriam os mesmos se não se tratasse de uma criação coletiva.

Sai-se deste espetáculo com um bom pressentimento e sobram ainda uma série de perguntas por inventar: será que foram estes três pistoleiros portugueses que depois de matar o primeiro capitalista foram para Londres em 1864 fundar a Primeira Internacional, ou a Comuna de Paris em 1871? E hoje, será que continuavam a ver o futuro como um cruzamento de possibilidades? Imaginariam algo mais que um *hostel* ou uma loja de *souvenirs* para turistas como possibilidade para as casas vagas da cidade?

electro:thèque A música dos filhos da tecnologia

HELENA ROMÃO

O que entendemos por música?

A primeira resposta que tive que decorar para os exames orais da iniciação musical dizia: «a música é a arte de exprimir sentimentos ou impressões por meio de sons» (Artur Fão: *Teoria Musical*, vol. 1). Muitos anos mais tarde iria para Paris atrás de Walter Benjamin e de *A Obra de Arte na Era de Sua Reprodutibilidade Técnica*, na senda da música electroacústica.

O impressionante avanço tecnológico do século XX, desde a generalização da eletricidade à possibilidade de gravação e reprodução sonora, trouxe sons inéditos e novas possibilidades de os combinar e organizar. O compositor organiza os sons de que necessita para exprimir de-

terminada ideia que quer transmitir, sejam eles provenientes de um violino, uma voz cantada, um suspiro, um comboio, um computador ou uma combinação de todos os anteriores. A imaginação é o limite.

O que proponho neste número da Vírus é uma visita ao site electro:thèque (<https://electrotheque.com/>), uma iniciativa da editora canadiana electrocd, onde encontramos uma grande coleção de música electroacústica e mista disponibilizada em streaming através de uma subscrição paga. Aproveito as páginas de apresentação gratuitas para sugerir um percurso por este género musical.

Todos os nomes de obras e compositores são clicáveis, o que faz abrir uma página com uma nota de programa ou biografia. Sendo canadiano, todo o site é bilingue - inglês e francês.

Nestas páginas encontramos um álbum em destaque, que vai mudando, e uma secção de obras “essenciais” da história da música eletroacústica. Todos os nomes de obras e compositores são clicáveis, o que faz abrir uma página com uma nota de programa ou biografia. Sendo canadiano, todo o *site* é bilingue - inglês e francês. A eletroacústica nasceu dos dois lados da Europa dividida, em plenos anos 1940. Em França, Pierre Schaeffer (1910-1995, França), compositor e radialista e Pierre Henry (n. 1927, França), compositor, ambos educados na tradição da música “erudita” europeia, questionavam a definição de “sons musicais”. Porque se consideravam os sons instrumentais como musicais e os restantes não? Apesar da rebeldia de alguns compositores, como Edgard Varèse (1883-1965, França), a teoria ainda era ensinada dessa forma. Ora, Schaeffer e Henry tinham todas as aparelhagens de um estúdio de rádio à sua disposição, os meios para gravar sons, ouvi-los, cortar e colar pequenos pedaços de fita magnética (com tesouras, fita-cola e as janelas bem fechadas!).

Em Colónia, Herbert Eimert (1897-1972, Alemanha) e o seu assistente Karlheinz Stockhausen (1928-2007, Alemanha) fundavam um estúdio de música eletrónica na estação de rádio pública. O que investigavam eram formas de produzir sons completamente novos, por computador, através da programação.

Rapidamente os dois mundos se cruzaram e a composição passou a incluir e misturar ambas as formas de produção.

Em concerto, oportunidade raríssima em Portugal, esta música seria apresentada (quase

sem luz, numa sala cheia de altifalantes à frente, atrás, em cima e em baixo, uma mesa de mistura a meio. O espaço é aqui um parâmetro tão importante quanto a altura dos sons, o ritmo ou a intensidade.

Em casa, a minha sugestão para ouvir música eletroacústica é de olhos fechados, com um bom par de altifalantes, de preferência afastados.

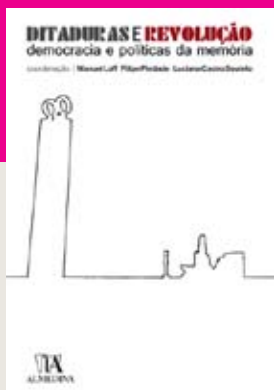
No momento em que escrevo, meados de maio, o CD em destaque na *electro:thèque* é *Jeu d'ombres*, de Åke Parmerud (n. 1953, Suécia). São seis peças, algumas com mistura de eletroacústica e instrumentos acústicos: a chamada música mista. Vamos a uma obra de cada género.

Em *Strings & Shadows* para banda magnética e harpa, a harpista tem à sua frente uma partitura com referências de tempos e toca enquanto se ouve a parte eletroacústica.

Repulse é uma obra apenas eletroacústica.

Na página dos “essenciais”, sugiro um percurso através de *Pentes*, de Denis Smalley (n. 1946, Nova Zelândia) e *Tao 1: Eau*, de Annette Vandenberghe (n. 1946, Bélgica). Ambos são também intérpretes de música eletroacústica. Numa sala com dezenas (às vezes centenas) de altifalantes, a distribuição das várias camadas sonoras pelo espaço é um desafio e uma forma de interpretar a música que vem gravada em estéreo ou multifaixas.

Uma passagem por *Points de Fuite*, de Francis Dhomont (n. 1926, França), *Cricket Voice*, de Hildegard Westerkamp (n. 1946, Alemanha) e *Rumeurs (Place de Ransbeck)*, de Robert Normandeau (n. 1955, Canadá) permite uma perspetiva alargada da obra de compositores de diferentes gerações e formações.



Manuel Loff, Filipe Piedade e Luciana Castro Soutelo

Ditaduras e Revolução. Democracia e Políticas da Memória | Almedina, 2015

Memórias políticas do Séc. XX

MIGUEL CARDINA

Este livro coordenado por Manuel Loff, Filipe Piedade e Luciana Castro Soutelo lança um olhar sobre a construção das memórias políticas relativas ao século XX, um tempo que conjugou como nenhum outro a definição de esperanças emancipatórias com o desencadear de fenómenos de opressão, guerra e violência de largo espectro.

A obra apresenta-se dividida em quatro partes, cada uma delas dedicada a um contexto histórico-geográfico específico. A primeira parte reúne textos sobre a memória da ditadura e da revolução em Portugal, a segunda parte é dedicada à memória da Guerra Civil Espanhola e do franquismo, a terceira parte problematiza a ditadura civil-militar que vigorou no Brasil entre 1964 e 1985 e a quarta parte toma como eixo os processos de recordação do século XX no espaço europeu. Se essa é a organização formal do livro, uma divisão alternativa seria possível fazer entre o primeiro texto, da autoria de Manuel Loff, e os restantes capítulos da obra. Pela sua extensão (120 páginas) e pelo objeto considerado (uma história da memória da ditadura do Estado Novo e da revolução do 25 de Abril de 1974 nos últimos quarenta anos), aquele texto é o mais ambicioso da obra e o que

resume o essencial dos resultados alcançados no âmbito do projeto referido.

Diria que são cinco as grandes hipóteses que o texto nos convida a pensar. A primeira ideia é a de que o Estado português se foi assumindo, ao longo dos últimos 40 anos, como um ativo construtor de evocações e silenciamentos sobre a ditadura. Para comprová-lo, o texto analisa um vasto leque de condecorações, leis, comemorações, atribuição de pensões, políticas de arquivo, teses dominantes no ensino da História e constituição de instituições dedicadas à memória (ou ausência dessas instituições).

A segunda conclusão é a de que a memória da ditadura e a memória da revolução caminham a par e que, portanto, os processos de interpretação de uma têm como pressuposto leituras sobre o que foi a outra. Isto acontece porque a revolução produziu um certo tipo de desfecho da ditadura - e do Império colonial - que obriga a questionamentos sobre a natureza da experiência ditatorial e do colonialismo. Mas a questionar também a natureza da revolução e do seu legado. Com efeito, a revolução pôs em causa os poderes instituídos e levou à conquista de direitos que, contidos e normalizados a partir de novembro de 1975, tiveram ainda força para surgir inscritos na Constituição aprova-

Se a democracia se construiu na rejeição explícita da ditadura, a verdade é que se foram produzindo, nomeadamente a partir do fim do período revolucionário, modos de recordá-la configuradores de uma “memória ambivalente” », que desenha uma relação incómoda com o legado antifascista, o período revolucionário e a experiência colonial.

da em abril de 1976. Esse caráter disruptivo, na verdade, tem vindo a ser subalternizado ou entendido como um parêntesis “excessivo” anterior à instauração da verdadeira democracia. A este respeito, o texto de Fernando Rosas faz um valioso ensaio interpretativo sobre a revolução portuguesa, explicando como «a democracia política não existe em Portugal *apesar* da revolução, mas sim *porque* houve a revolução» (p. 203).

A terceira ideia é a de que esta memória da ditadura e da revolução tem sido particularmente sensível aos ciclos políticos. Os períodos – meados da década de 1980 e 1990; 2002-2005; 2011... – em que o governo foi exercido pelos partidos da direita política são períodos em que emergem com maior vigor leituras da ditadura e da revolução mais claramente “revisionistas”. O uso deste conceito é, aliás, uma das marcas da obra. Operacionalizado nos textos de Manuel Loff, Luciana Soutelo e Carme Molinero, ele pretende fazer eco de um processo desenvolvido no quadro da Guerra Fria e triunfante na década de 1990, caracterizado por um olhar demonizador dos processos de transformação política à esquerda, e que teria tido expressão em Portugal a partir de meados da década de 1980, durante a vigência dos governos de Aníbal Cavaco Silva.

O texto conduz-nos assim a uma quarta hipótese. Se a democracia se construiu na rejeição explícita da ditadura, a verdade é que se foram produzindo, nomeadamente a partir do fim do período revolucionário, modos de recordá-la

configuradores de uma “memória ambivalente”», que desenha uma relação incómoda com o legado antifascista, o período revolucionário e a experiência colonial. Assim, um quinto aspeto que esta história da memória da ditadura e da revolução nos convoca a considerar é o modo como a guerra, o colonialismo e a descolonização foram – e permanecem, na verdade – «a principal contradição na memória coletiva portuguesa da ditadura, normalmente em correlação direta com a perceção dos anos revolucionários de 1974-76» (pp. 54-55).

Com efeito, a independência das ex-colónias portuguesas em África tem surgido na memória pública dominante como resultado de um evento entendido como quase inexplicável – a guerra colonial, ocorrida entre 1961 e 1974 –, justamente porque permanecem vivos os traços de um imaginário lusotropical que supunha uma África portuguesa diferente, miscigenada, onde as bolsas de racismo e violência estavam relativamente circunscritas, e cuja “perda” teria, ela sim, conduzido a uma tragédia social, a dos quase 500 mil “retornados”. Filipe Piedade, no capítulo sobre a memória da guerra colonial nas Forças Armadas, mostra bem, através da análise de algumas publicações militares, como a guerra – e a revolta que originou o 25 de Abril – continua ainda hoje a ser um tema polémico no seio das Forças Armadas.

O capítulo de Manuel Loff oferece-nos assim um sólido contributo para entender como a memória da ditadura no Portugal democrático se foi inscrevendo problemáticamente no espa-

ço público: como se foi moldando, que agentes sociais e políticos a moldaram, que tensões e silenciamentos revela. Baseado numa noção ampla de “políticas de memória” – em que o Estado é um ator determinante mas não único –, este texto pode também ser lido como uma reflexão sobre o percurso de construção da democracia em Portugal. Na verdade, e se alguma produção académica sobre o país, oriunda sobretudo do campo da ciência política, tende a observar este tema a partir da natureza e evolução das instituições, opta-se aqui por um olhar substancialmente distinto, que nos mostra como a democracia, sendo filha do antifascismo e da revolução, mantém com esse passado uma “relação complicada”. Saber as razões que o explicam é questionar como as classes dominantes atravessaram a revolução – tema do capítulo de Bruno Monteiro, sobre a memória da bur-

espaço público, mediático e historiográfico. Sobre memórias subalternas e secundarizadas falam os capítulos de Paula Godinho, Cristina Nogueira e Ana Sofia Ferreira. Paula Godinho aborda a militância de extrema-esquerda, centrando-se no Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP), organização maoista sobre a qual persistem ainda vários lugares-comuns e um olhar sobre os seus militantes que tende a tomar a parte pelo todo. Cristina Nogueira, por sua vez, resgata a memória de jornais ligados à vivência clandestina do Partido Comunista Português (PCP), escritos por e para mulheres, e visando a formação político-cultural e o fortalecimento dos laços de solidariedade partidária. Ana Sofia Ferreira aborda a questão da luta armada, num texto que elenca a atividade da Liga de Unidade e Acção Revolucionária (LUAR), da Acção Revolucionária

Na verdade, e se alguma produção académica sobre o país, oriunda sobretudo do campo da ciência política, tende a observar este tema a partir da natureza e evolução das instituições, opta-se aqui por um olhar substancialmente distinto, que nos mostra como a democracia, sendo filha do antifascismo e da revolução, mantém com esse passado uma “relação complicada”.

guesia portuense da conjuntura revolucionária. Mas é também questionar que articulações sociopolíticas foram construindo discursos hegemónicos sobre o assunto ao longo das últimas décadas, que processos de construção do consenso foram ativados e de que forma os ciclos políticos serviram para impulsionar certas leituras – e certas rasuras – do passado ditatorial e revolucionário.

Alguns capítulos deste livro ganham a esta luz um relevo particular, na medida em que desvelam acontecimentos que, pela sua natureza, originaram memórias de limitada presença no

Armada (ARA) e das Brigadas Revolucionárias (BR), num capítulo que tem o mérito de estender a análise às Forças Populares – 25 de Abril (FP-25), organização que a autora considera, com propriedade, um «não-dito da história da luta armada em Portugal» (p. 245).

Uma das dimensões mais estimulantes do livro está no convite à reflexão comparativa, possível através do contraste dado com os capítulos sobre Espanha (de Julián Casanova, Carme Molinero e Pere Ysàs), e sobre o Brasil (de Carla Luciana Silva e Lucileide Costa Cardoso). Semelhantes no silenciamento de algumas di-

mensões das experiências ditatoriais, algumas diferenças com o caso português tornam-se evidentes, produto desde logo da circunstância do Estado Novo ter soçobrado com uma revolução - ao invés do que ocorreu em Espanha e no Brasil, onde se operaram processos de transição menos perturbadores da pirâmide social - mas também do peso específico de determinados fenómenos históricos precisos, como a Guerra Civil Espanhola. Os capítulos de Enzo Traverso e Xosé Nuñez Seixas, focados já na dimensão europeia, trazem-nos o debate sobre a noção de “vítimas” e sobre o modo como essa figura ganhou preponderância na história do século XX europeu. O livro encerra com um texto de Luisa Passerini que nos convida a pensar a noção de Europa para lá do eurocentrismo e da subalternização das periferias. Lendo-o, é impossível não sentir ressoar nessas páginas o que hoje vemos acontecer nos países do sul da

Europa, submetidos à chantagem de um centro europeu tomado ideologicamente pelo discurso austeritário, ou o que vemos acontecer com quem tragicamente procura atravessar para o lado de cá das fronteiras da União Europeia.

Percorrendo diferentes temas e perspetivas, todos estes textos nos mostram como a memória é um feixe de interpretações sempre permeáveis às dinâmicas de poder que se expressam num dado presente. Através da memória se moldam identidades coletivas, se definem perceções sobre o evoluir dos processos políticos e se legitimam opções ideológicas. Precisamente por isso, o trabalho da crítica consiste em problematizar o modo como estes diferentes mecanismos funcionam, como se constroem, a quem servem e que tipo de representações do passado instituem. É isso que este livro faz.





Paulo Scott
Habitante Irreal
Alfaguara, 2011

Para onde vai o sonho quando a esperança acaba?

ANA BÁRBARA PEDROSA

Paulo Scott é um caso raro no panorama literário brasileiro. Nascido em 1966, publicou o seu primeiro livro, *Histórias curtas para domesticar as paixões dos anjos e atenuar os sofrimentos dos monstros*, em 2001. Quatro anos mais tarde, publicou o romance *Voláteis*, tendo recebido o prémio Autor Revelação do Ano de 2005. Em 2010, recebeu a Bolsa Petrobrás de Criação Literária para poder dedicar-se à conclusão do romance *Habitante Irreal*, que chegou a público no final de 2011 e que viria a vencer o Prémio Machado de Assis da Fundação Biblioteca Nacional 2012, tendo ainda sido finalista dos prémios Jabuti e São Paulo de Literatura. Em 2014, o livro *Mesmo sem dinheiro comprei um esqueite novo* (poesia) valeu-lhe o Prémio da Associação Paulista de Críticos de Arte – APCA 2014.

Vou aqui referir-me à grande narrativa que veio a público em 2011. *Habitante Irreal* é fruto de sete anos de trabalho de pesquisa e seis de redação. O livro publicado é a quarta versão da obra, e foi esta que catapultou o autor para as prateleiras, também a nível internacional. Recorde-se que, em 2014, a Tinta-da-China publicou a obra em Portugal.

O segundo romance de Scott é forte e tem uma prosa bem cuidada, que flui naturalmente, escoreita. A forma como o autor escolheu

apresentá-la não pode passar despercebida: mostrando-nos relações de poder várias (colonização, sexo, corrupção), o autor foca-se na questão indígena – em povos marginalizados, portanto - e nos acontecimentos do Brasil após o regime militar. Assim, focando-se no período 1989-2009, o autor faz uma reflexão sobre a sua geração, em especial sobre o desânimo que se seguiu à euforia que a queda do regime militar, em 1985, provocou.

O romance, desenvolvido na terceira pessoa, começa em 1989, com a história de Paulo, um estudante de direito desiludido com os rumos do PT:

«(...) prometera a si mesmo não permitir que seu despreparo teórico e sua quase absoluta ingenuidade em relação à política se tornasse mediocridade. Já não consegue deixar de ver a maioria das lideranças como confrades duma, maquiavélica e muito bem-engendrada, turminha de aproveitadores levando adiante seu projeto pra adquirir poder e, consequentemente, algum dinheiro da forma mais rápida possível.»¹

Ao voltar de um congresso político, Paulo encontra e conhece Maína, uma índia que «nem

1 - Scott, P. (2011), p. 12.

Esta é uma narrativa que contamina quem lê dos conflitos que descreve, e fá-lo porque resulta de uma ficção que se imiscui na realidade e a explora, misturando-se o real com o ficcional.

fala português direito»², a quem dá boleia e acaba por engravidar. Posteriormente, não sabendo da gravidez, Paulo acaba por viajar para Londres, vivendo como imigrante ilegal. A descrença e a desilusão de Paulo com a política, principalmente com os rumos tomados pelo PT, após anos de militância ativa, anos em que foi «da idealização completa a um cinismo sem igual e, por fim, à melancolia escapista dos últimos meses»³, são facilmente compreendidos por quem estiver familiarizado com os acontecimentos políticos ocorridos no Brasil após a ditadura militar (1964-1985), uma vez que o autor mostra de que forma o sonho da redemocratização vergou perante as práticas políticas do PT. Assim, o romance mostra-nos um militante que perde a crença num sistema, ou num partido, poucos anos após a queda da ditadura militar, que, claro, foi um baluarte de esperança para as práticas da democracia. A traição que lhes foi feita, assim como a corrupção, culminou numa sensação de desânimo e de impotência que a narrativa conseguiu transformar em vazio.

Ao mesmo tempo, este é um romance que, através de um realismo detalhista, com detalhes que pessoalizam e uma prosa escorreita que coloca quem lê *dentro* da narrativa, oferece uma visão panorâmica da violência, da disparidade, do risco diário das tribos indígenas no Brasil, em particular no sul do país. Claro que o retrato social está longe de ser imune: é óbvio que há uma formulação política na forma como Scott se refere ao traço cultural. Uma das ideias-chave deste romance, e que é apresentada

logo nos primeiros capítulos, é a forma como o conceito de colonização é transformado: aqui, a sociedade majoritária parece ter essa relação com as minorias, uma vez que as espolia de direitos políticos e sociais. A partir desta relação, Scott pôde debruçar-se sobre «a quantidade absurda de famílias vivendo à beira das autoestradas por causa de conflitos dentro das aldeias, por falta de terra, por falta de espaço»⁴, explorando a resistência indígena no Rio Grande do Sul.

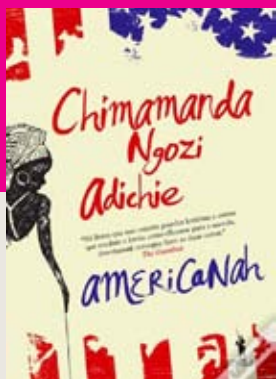
O romance tem ainda uma técnica narrativa irrepreensível, e talvez até *palpitante*: durante páginas e páginas, Paulo desaparece da narrativa, tendo o leitor à frente simplesmente as consequências dos seus atos - Maína tem o filho e este acaba por ser adotado por um casal. O rapaz acaba por crescer à margem do mundo, gago, sem grande interação. Ao mesmo tempo, também Paulo, então imigrante em Londres, se sente desenraizado.

Esta é uma narrativa que contamina quem lê dos conflitos que descreve, e fá-lo porque resulta de uma ficção que se imiscui na realidade e a explora, misturando-se o real com o ficcional. É um romance com chão em que a literatura vence através de uma técnica hábil - uma técnica, aliás, aprimorada durante seis anos. Assim, Paulo Scott cravou na literatura brasileira um grande livro: não sendo datado nem localizado, antes tratando temas universais apesar de um contexto concreto, o autor fez um texto ficcional que, não só partindo de uma realidade social conhecida, a dramatiza, dando-lhe uma nova dimensão-

2 - Scott, P. (2011), p. 23

3 - Ibidem p. 11

4 - Ibidem p. 24



Chimamanda Ngozi Adichie
Americanah
Publicações D. Quixote, 2013

Uma inspiração

CATARINA MARTINS

Chimamanda Ngozi Adichie é uma das vozes mais destacadas da literatura africana jovem e contemporânea, que conseguiu sair com retumbante sucesso do nicho do mercado e da crítica reservada à literatura do continente negro. Nas suas obras, Adichie desenvolve conteúdos de crítica social e de pendor político de uma forma subtil, provocadora e esteticamente envolvente.

Graças a uma mestria excepcional na estruturação da intriga, na construção das personagens, na captação de ambientes e modos de estar, no uso da linguagem e idioletos, com sensibilidade, ternura, humor e ironia, a escritora alcançou um sucesso notável a nível mundial, tendo sido publicada em trinta e uma línguas para além do inglês.

Muito embora Adichie, que prefere afirmar-se como “africana” e constrói a sua identidade num constante movimento entre a Nigéria e os EUA, rejeite o polémico conceito de “afropolitanismo”, *Americanah* aparece como a narrativa que melhor condensa uma africanidade confrontada com o pós-moderno e a globalização, através da dispersão diaspórica, ou com as realidades pós-coloniais em convulsões várias, como as atravessadas pela Nigéria atual. Na literatura de jovens africanos e afrodescenden-

tes, e na escrita de Adichie em particular, esta nova “africanidade” surge como o romper da “história única” construída pela própria literatura africana nos períodos de afirmação anticolonial e nacionalista. Apresenta realidades contemporâneas de meios urbanos, em África ou fora dela, da perspectiva das classes médias e letradas ou dos pontos de vista excêntricos dos migrantes. Encena ambientes sociais atravessados pelas mais variadas influências culturais e sociais e por dinâmicas em que o endógeno interage fortemente com o que vem do exterior (estas referências chegam a perder o sentido), sem que isso constitua um problema – muito pelo contrário – para a construção de uma identidade que se assume como africana. *Americanah* é a narrativa da africanidade pós-colonial, mas também a da universalidade pós-moderna, ou das subjetividades em constantes deslocamentos, diálogos, transformações até ao encontro derradeiro que corresponde a uma posição identitária em que cada um/a encontra estabilidade. Não admira que a protagonista de *Americanah* seja uma mulher migrante, jovem, inteligente, culta e aberta ao mundo, a qual atravessa as mais diversas fronteiras culturais, raciais e sociais, e assume as mais variadas identidades cruzadas, numa procura que acaba por ser um regresso a um ponto de partida, também ele transformado – aquele que a história de amor,

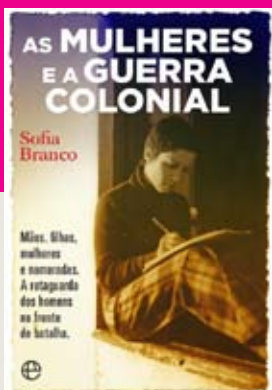
Enquanto mulher africana negra, Ifemelu é discriminada pelos brancos, excluída para situações de miséria e desespero, explorada enquanto mulher racialmente inferior e estrangeira, mas também tratada com condescendência caridosa, ou até “exotizada” e idolatrada.

situada na Nigéria, representa. O olhar arguto de Adichie e a perspicácia com que capta os detalhes de comportamentos, de linguagem, de cenários e adereços constroem, de modo exímio, os grupos identitários que Ifemelu perpassa e as respetivas idiossincrasias.

Americanah – designação nigeriana para os emigrantes regressados dos EUA, com alusão ao seu sotaque estrangeirado – é a história de Ifemelu e do namorado Obinze nos meios estudantis de classe média na Nigéria dos anos 1980, durante a instabilidade dos golpes de Estado. É a história da emigração que conduz Ifemelu aos diferentes círculos sociais da diáspora, nos EUA, e Obinze aos da Grã-Bretanha, para mais tarde se reunirem, em Lagos, na complexidade contemporânea das influências cruzadas das elites nigerianas: as que lamentam a ausência de restaurantes vegan e usam batatas fritas congeladas importadas, ou que se movem, de diversas maneiras, nas dinâmicas económicas e políticas do Estado pós-colonial, entre os buracos nas ruas e a falta de eletricidade, a pobreza que os rodeia e os comportamentos sociais de luxo adquiridos no exterior, a parasitagem das estruturas políticas locais ou dos organismos internacionais, os negócios mais ou menos marginais. Nesta travessia, Ifemelu e Obinze representam a preservação dos sonhos da geração que emigrara não por falta de sustento, mas por falta de perspectivas de futuro, vendendo-se rejeitada pelo Ocidente em que bebera o seu idealismo.

Muita da publicidade ao romance foi feita em torno da questão da raça. Se, na Nigéria, esta categoria identitária não teria importância, Ifemelu descobre os seus diversos matizes no

complexo tecido sociorracial americano. Na verdade, ser “negro” ou “branco” significa muitas coisas, na interseção com a classe social, a origem nacional, o sexo, a orientação sexual ou política, a formação intelectual. São estas *nuances* que Ifemelu descreve no seu blogue sobre raça, através de situações do quotidiano finamente descritas, que compõem um retrato satírico dos EUA. Enquanto mulher africana negra, Ifemelu é discriminada pelos brancos, excluída para situações de miséria e desespero, explorada enquanto mulher racialmente inferior e estrangeira, mas também tratada com condescendência caridosa, ou até exotizada, e idolatrada pela “autenticidade” da africanidade que ostenta no penteado que escolhe. Os cabelos, rapados ou em estilo afro, tornam-se signo identitário, capaz de abrir ou fechar portas à negra que se atém ou desafia os limites. Também através deles, Ifemelu percebe o que a distingue dos afro-americanos, que se arrogam um direito secular ao solo americano que o imigrante recente não possui, mesmo que, como a protagonista, seja anglófona, possua formação superior, exerça o seu poder de sedução e viva a sua liberdade sexual, ou se empenhe ativamente na eleição de Obama. Quando volta à Nigéria natal, Ifemelu prefere as tranças tradicionais que uma imigrante senegalesa, francófona e ignorante, eterna aspirante ao *green card*, lentamente tece no seu cabeleireiro de subúrbio. A protagonista deixa cair o sotaque americano. Porém, será sempre outra a Ifemelu que regressa. *Americanah* ou *Africanah* – uma mulher, tão africana como universal, em sociedades tão locais como globais, tão individual como humana. Inspiradora, como Adichie.



Sofia Branco

As Mulheres e a Guerra Colonial. Mães, filhas, mulheres e namoradas. A retaguarda dos homens na frente de batalha.

A Esfera dos Livros, 2015

Sem polifonia, a história fica truncada

ANDREA PENICHE

Marília, costureira desde os 12 anos, trabalha na rua Serpa Pinto, no Porto. A aflição esmaga-lhe o peito: o irmão António, 20 anos, está prestes a partir para a Guerra. Marília não chega a tempo à estação de S. Bento para se despedir de António. Se o irmão regressar vivo de África, promete, vai a Fátima a pé agradecer a Nossa Senhora. Depois de 26 meses em Angola, António regressa. Marília toma a estrada, rumo a Fátima, em maio de 1964.

Maria Cristina, enfermeira paraquedista. Completa o curso em Tancos e parte para Angola em 1965. As enfermeiras andam de um lado para o outro e Maria Cristina trabalha em todos os cenários: Angola, Guiné, Moçambique. De política percebia pouco, até porque estava ali para cumprir uma missão. Em fevereiro de 1972 preparava-se para regressar a Lisboa, mas foi chamada para ajudar numa evacuação em Nangololo. No regresso, o avião é atingido e uma bala perfura a cabeça de Maria Cristina. Escapa à morte por um triz.

Maria Natércia, professora de matemática, enamora-se do tenente Fernando José, que a pede em casamento no dia das mentiras. Em 1971, Fernando embarca para a Guiné e Maria

Natércia fica sozinha em Santarém. Certo dia, chega a notícia que Fernando tinha morrido numa emboscada. Era falso alarme, ficara apenas ferido. Em 1972 parte de férias para a Guiné, mas a maior parte dos dias passa-os sozinha em Santarém, entre o trabalho e os aerogramas. Quando Fernando regressa, em outubro de 1973, «repara como Natércia envelhecera» (p. 259). Fernando José aprendera como a Guerra era injusta e em 1974 desempenha um papel fundamental na Revolução. Fernando José é o Capitão Salgueiro Maia.

Maria Fernanda, que aos 18 anos saíra para a rua para festejar o fim da II Guerra Mundial, parte com o pai para Moçambique e casa-se aos 21 anos. Em 1971, vê partir Zé Manel, o filho mais velho, para a Guerra. Zé Manel sente-se angustiado por participar numa guerra em que não acredita, por ser obrigado a escolher um lado. Zé Manel morre em 1972, tinha 22 anos. Maria Fernanda «chora todas as lágrimas dos olhos. A morte de um filho dói na carne» (p. 294).

Durante dois anos, tal Maria Lamas, Sofia Branco percorreu o país em busca de histórias de mulheres que viveram a Guerra Colonial, das que a combateram às que se agarraram ao transcendente em busca do conforto que per-

mitisse atenuar a dor, das que integraram a resistência às escrevinhadoras de aerogramas para os soldados. A autora, ao resgatar a voz destas mulheres, traz para a luz do dia aquilo que geralmente fica na penumbra: as mulheres como sujeitos históricos e políticos.

históricos e políticos e, ao dar-lhes voz, Sofia Branco tem esse enorme mérito, o de desvelar a história toda e não apenas parte da história. Por exemplo, pela voz de Maria José Ribeiro ficámos a saber o que até agora era desconhecido: a primeira contestação à guerra colonial

O livro é um retrato das mulheres do nosso país e da agonia do Estado Novo. Não esgota a realidade, é certo, mas a realidade é, ela própria, inesgotável.

O livro dá voz a 49 mulheres, as que ficaram e as que partiram. Elas eram mães, irmãs, namoradas e filhas e a Guerra, sem pedir licença, entrou nas suas vidas. Umhas tinham mais recursos, intelectuais e económicos, para compreenderem e enfrentarem este período da história, outras menos. «A guerra faz contas aos mortos, mas não às mulheres que ficaram sem homens, às mães que perdem os filhos, às irmãs que veem os irmãos partir sem volta. Em muitas famílias, a guerra rouba pessoas, revira tudo e não deixa nada como dantes» (p. 290). Estas mulheres foram a retaguarda dos homens que partiram, tomaram em mãos os destinos das suas famílias, arriscaram, contestaram, rezaram, adiaram o amor, tornaram-se madrinhas de guerra de rapazes que não conheciam, escreveram milhares de aerogramas, que ajudaram a aliviar a saudade, anteciparam o luto, receberam os caixões que traziam os «seus» mortos, trataram daqueles que voltaram vivos e tiveram de aprender a amar homens diferentes daqueles que partiram. Na verdade, todo o país foi à Guerra e nada voltou a ser como dantes. Das mulheres excepcionais, como Maria Helena Vidal, operacional da LUAR (Liga de Unidade e Ação Revolucionária) que ajudou a desviar um avião da TAP ocultando na sua barriga de grávida as armas, até Marília, que foi a Fátima a pé, todas elas viram as suas vidas revolvidas com a Guerra Colonial. São, pois, sujeitos

aconteceu no Porto, numa manifestação que assinalava o Dia Internacional das Mulheres (8 de março, 1962), onde foi descerrada uma faixa que dizia: *Abaixo a Guerra Colonial!* Ficámos também a saber que na vigília da Capela do Rato, onde se reuniam opositoristas católicos, a mensagem foi lida por Conceição Moita.

Elas mobilizaram-se, não ficaram em casa, tais Penélopes. Umhas foram à procura do sustento, empregando-se, outras passaram à clandestinidade ou deram o «salto». Umhas ganharam consciência política, outras resignaram-se e entregaram nas mãos de Deus e do regime a resolução do problema. Mas nada voltou a ser como dantes.

O livro divide-se em 13 capítulos, tantos quantos os anos da guerra (1961-1974). Cada capítulo tem o nome de uma música, daquelas que temos nos ouvidos, que contextualizam os relatos.

O livro é um retrato das mulheres do nosso país e da agonia do Estado Novo. Não esgota a realidade, é certo, mas a realidade é, ela própria, inesgotável. Faltam as mulheres dos movimentos de libertação, mas isso mesmo reconhece Sofia Branco, que, ainda assim, nos apresenta Margarida Paredes, uma guerrilheira do MPLA. Escrever esta parte da história é um desafio tremendo, mas, com toda a certeza, a autora estará à altura de mais este desafio.



Cecília Honório
Mulheres contra a Ditadura
Bertrand, 2014

Resgatadas da Sombra

ANA CLOTILDE CORREIA

“Há mulheres que ficaram na sombra e mereciam não ficar”. A afirmação de Margarida Tengarrinha refere-se às mulheres na clandestinidade e a Maria Machado, em particular, mas enuncia também uma síntese possível do propósito de Cecília Honório ao escrever *Mulheres contra a ditadura* (Bertrand Editora). O livro converte o lamento em iluminação histórica das raparigas do Movimento de Unidade Democrática (MUD) Juvenil.

O MUD Juvenil deu-lhes “luz própria” mas uma sombra tem insistido em toldar-lhes a notoriedade, em contraste com os nomes dos rapazes, “justamente inscritos” nos livros. Eles são Mário Soares, Francisco Salgado Zenha, Octávio Pato, José Dias Coelho, Pedro Ramos de Almeida, Ângelo Veloso, Carlos Aboim Inglês, António Borges Coelho, Carlos Costa, José Manuel Tengarrinha, Carlos Brito e muitos outros. Cecília Honório pretende a “desocultação” histórica das mulheres da organização e assume a “urgência da memória e da homenagem”, evidenciando, neste caso, a vantagem de coincidir a historiadora com a ativista.

Cecília Honório cruza a palavra das e dos protagonistas com a narrativa do opressor, plasmada nos processos da PIDE, para contar as histórias das raparigas da organização unitária

nascida em 1946 e extinta por acórdão do Tribunal Criminal Plenário do Porto em 1957. Foi uma vida longa, se medida por parâmetros de ditadura, em contraste com a ilegalização do MUD adulto logo em 1947. O MUDJ foi uma estrutura dirigida aos problemas dos jovens e das jovens, indissociável do otimismo do pós-guerra. Margarida Tengarrinha, que anos mais tarde passaria à clandestinidade, seria responsável pela paginação e ilustração do *Avante!*, e seria deputada do PCP após o 25 de Abril, descreve a Cecília Honório que a celebração do fim da Guerra foi a sua “primeira manifestação”. Para ir, fugiu do liceu, no dia a seguir a fazer 17 anos, naquele 8 de maio de 1945. “Em Lisboa foi uma festa como nunca se viu outra em tempos de fascismo, as ruas cheias de gritos, palavras de ordem e canções, numa alegria esfuziante até porque a vitória dos Aliados foi um duro golpe no fascismo português”.

Os povos ibéricos ficariam, contudo, entregues à sua solidão periférica. Os fascismos perdurariam. Mas naquele dia, naqueles dias, viveu-se uma alegria que forjaria a ação do MUDJ. A luta pela paz seria uma das bandeiras tanto do MUDJ como de organizações de mulheres, que a ditadura atingiu com golpes fatais: o Conselho Nacional de Mulheres Portuguesas e o

Conselho e a Associação Feminina para a Paz. Em ambas, Maria Lamas foi determinante. Cecília Honório atribuiu-lhe, como a Virgínia Moura, Isabel Aboim Inglez, e outras, o papel de ‘madrinha’ das mais jovens, das raparigas do MUDJ. E no MUDJ estavam eles e elas. A sociabilidade mista é a uma das suas marcas, com a “política

chistas”, atira. Casada com um comunista, alarga o espectro das críticas: “Eles querem sempre que nós lhes lavemos os tachos e façamos a cama. As mulheres do partido eram mulheres para todo o serviço. Eram raras as mulheres que faziam trabalho de rua. Eram todas donas de casa”.

Os homens, “mesmo revolucionários, eram machistas”, atira. Casada com um comunista, alarga o espectro das críticas: “Eles querem sempre que nós lhes lavemos os tachos e façamos a cama. As mulheres do partido eram mulheres para todo o serviço. Eram raras as mulheres que faziam trabalho de rua. Eram todas donas de casa”.

pelo meio”, feita em espaços lúdicos e culturais, como os piqueniques e os bailes. Entoava-se o cancionero de Lopes Graça em convívios que tiravam as raparigas de casa, desocultando-se também o corpo, na exaltação da cintura feminina que foi o triunfo da silhueta Dior, mas também na atividade desportiva, na reivindicação por educação física.

A política vinha pelo meio mas estava no centro, e com preocupações para com as mulheres. Uma reunião alargada em 1946 incluiu no programa de ação do MUDJ que se “intensifique o trabalho junto das raparigas”. Estabelece-se a quota de uma rapariga na liderança de todas as camadas de direção (nacional, distrital, concelhia, de setor). E se estas raparigas foram a primeira elite feminina na luta contra a ditadura, muitas apontam a desilusão pela domesticidade com que acabaram por ficar confinadas e atiram ao machismo revolucionário. O testemunho mais veemente talvez seja o de Cecília Ferreira Alves (Ramos de Almeida por casamento), recrutada por José Dias Coelho, em Belas-Artes, e indicada por Margarida Tengarrinha para participar nos encontros internacionais de 1953, em Copenhaga e Bucareste.

Os homens, “mesmo revolucionários, eram ma-

Num registo diferente, Margarida Tengarrinha recorda a irritação das raparigas mais conscientes perante uma cantiga que os rapazes do MUDJ costumavam cantar, dirigida aos “olhos das mulheres”. “Nesta hora do resgate, vossos olhos, companheiras, transformaram-se em bandeiras que levamos para o combate”. Eles achavam “que era muito elogioso”, mas para algumas delas não era, lembra Margarida Tengarrinha. “O nosso protesto era que estávamos ao lado deles, não como bandeiras, mas sim como companheiras na mesma luta”, diz.

Mais para umas do que para outras, a luta aproxima-se e recua perante a promessa de igualdade, como num jogo de sombras. Cecília Honório falou com dezenas das mulheres que o jogaram. Dele saíram “académicas e profissionais de renome”, cinco candidatas à Assembleia Constituinte, duas deputadas, Margarida Tengarrinha e Maria de Jesus Barroso, mulheres que chegaram à vereação do poder local com o 25 de Abril, e “nomes maiores nos quadros intelectuais da democracia, como Sacuntala de Miranda e Miriam Halpern”. Que sobre elas se faça luz.



“Vamos fazer estágios até sermos velhinhos?” : os efeitos da austeridade na política de emprego.

ADRIANO CAMPOS

Começamos pela Sofia e pelos os episódios recentes da sua vida. Aos 26 anos, depois de realizar um estágio curricular de nove meses num centro de acolhimento para menores, obrigatório para terminar a licenciatura em psicologia, enfrentou um ano de desemprego. Durante esse período trabalhou, quando teve oportunidade, como rececionista num hostel, paga a falsos recibos verdes, e como animadora turística nos bares da baixa do Porto, recebendo em numérico, sem recibo ou qualquer tipo de proteção. Em vez de pipocas, como ditava a receita de Miguel Gonçalves, tentou vender refrescos e bolos numa feira local, alcançando por resultado um

fracasso épico: os trocos amealhados não chegavam para as despesas. Concentrou-se, à falta de melhor, no último ano do seu mestrado, pago com a ajuda dos pais.

Perante nova oportunidade de emprego na sua área, aceitou um confuso convite para trabalhar numa clínica psiquiátrica. Ao fim de uma semana, disseram-lhe que seria, não uma profissional como as outras, mas uma estagiária, contratada através da medida de estágios emprego do IEFP, da qual já tinha ouvido falar, com uma remuneração de 691 euros, superior, apesar de tudo, ao que ganhava nas noites mal dormidas da *movida* portuense. Sofia ganharia

o seu primeiro salário depois de quatro meses de trabalho gratuito. O período de aprovação do estágio por parte do IEFP esticou-se em adiamentos consecutivos, tempo durante o qual a Sofia continuou a cumprir as suas funções na clínica, que lhe pagou apenas as viagens diárias para o emprego.

O estágio durou um ano, com as responsabilidades de um trabalho como qualquer outro e onde diz ter aprendido pouco e ensinado um tanto mais. Despediu-se dos colegas no último dia, sabendo que terá de deslocar-se à junta de freguesia de quinze em quinze dias, dando prova da sua existência, como imposição para receber o

o impacto dos estágios na qualidade do emprego criado na era da austeridade.

1. Os estágios e as políticas de emprego na era da austeridade

Numa economia devastada pela perda de 400 mil postos de trabalho, a criação de emprego e as narrativas em torno das chamadas “políticas ativas” transformam-se num dos centros da política, disputado pela maioria e por quem se apresenta como alternativa. Nessa matéria, podemos afirmar que há uma continuidade e uma diferença em relação ao passado dos governos do Partido Socialista. A continuidade da era da

Há uma continuidade e uma diferença em relação ao passado dos governos do Partido Socialista. A continuidade da era da austeridade, inaugurada há cinco anos com a assinatura do PEC I, cujos efeitos macroeconómicos são largamente conhecidos, manifesta-se naquilo que podemos classificar como uma política de ocupação dos desempregados.

subsídio de desemprego. Tivesse começado três meses mais tarde e o seu estágio teria durado apenas nove meses, de acordo com as novas regras aprovadas pelo governo, negando-lhe acesso a esse apoio. Sofia, que entretanto soube que a clínica já contratou outro estagiário para as mesmas funções que exercia, sendo o seu salário pago em 65% pelos dinheiros públicos a cargo do IEFP, concentra-se agora em terminar a tese de mestrado, sabendo que para exercer a profissão segundo as exigências da Ordem dos Psicólogos terá de realizar um novo estágio de doze meses.

É com a certeza que o exemplo da Sofia é igual ao de tantos outros trabalhadores precários, transformados em estagiários profissionais, que devemos lançar as perguntas necessárias sobre

austeridade, inaugurada há cinco anos com a assinatura do PEC I, cujos efeitos macroeconómicos são largamente conhecidos, manifesta-se naquilo que podemos classificar como uma política de ocupação dos desempregados.

No ano de 2014, dos 766 mil desempregados abrangidos pelos programas do IEFP, 423 mil (73%) estavam inseridos na vertente de “formação e reabilitação profissional”¹. Os cursos para desempregados do IEFP, de frequência obrigatória para aqueles que queiram garantir a bolsa de formação – cujo valor médio é de 143 euros –, constituem a principal medida desta política. O facto de o Governo ter eliminado, em 2013, a atribuição desta bolsa aos desempregados que já recebem o subsídio de desemprego é revelador do carácter gestionário da medida. Em con-

1 - IEFP, Relatório de execução física e financeira (dezembro 2014).

trapartida, os programas de “emprego” abarcaram, maioritariamente, os Estágios Profissionais (70 mil) e os Contratos de Emprego e Inserção (75 mil). Esta aposta na ocupação dos desempregados, como dissemos, é um legado e um acordo de regime, mais do que uma rutura com o passado.

A entrega do Ministério da Segurança Social ao CDS-PP, partido que se ergueu pelo princípio de oposição aos apoios sociais, deixou marcas profundas no tratamento dos desempregados por parte do Estado. O que nos leva

à diferença em relação aos governos passados, sustentada por duas tendências distintas. A primeira dá-nos conta da desvalorização na aposta inerente ao conceito de “formação continuada” dos trabalhadores, que se consubstanciou no conhecido trucidamento político do programa Novas Oportunidades, e que foi acompanhada pela valorização hiperbólica da narrativa do empreendedorismo e do autoemprego¹. A apresentação das empresas como repositório hegemónico dos conhecimentos experimentais e a crítica explícita às áreas de humanidades e ciências sociais como veículos fracos para a geração de valor ditaram, em larga medida, a ótica submissa sob a qual foi desenhado o modelo de estágios, como adiante confirmaremos. O acentuar da punição dos desempregados, seja pelos cortes de grande monta nos apoios sociais (os primeiros decididos em conjunto com o PS), seja pela vexação pública associada aos Contrato de Emprego e Inserção, constituem a



segunda tendência e marca ideológica do governo das direitas.

2. Os estágios criam emprego?

Perante este cenário, a pergunta impõe-se: os estágios são uma medida eficaz para enfrentar a crise do emprego em Portugal? De acordo com os dados do Banco de Portugal (Boletim de Inverno, 2014), os estágios profissionais representaram um terço do emprego criado durante o ano de 2014, camuflando assim os números reais de desemprego. Segundo os dados do IEFP

(Relatórios de execução física e financeira), apenas no ano de 2014, 70 mil trabalhadores foram abrangidos pelos chamados Estágios Profissionais, na sua grande maioria sob a modalidade dos Estágios Emprego. Entre 2001 e 2011, a média anual foi de apenas 25 mil estagiários. Esta expansão inédita dos estágios numa economia que recuou, nos níveis de emprego, ao ano de 1996 tem suscitado um debate no qual o Governo trata de apresentar os números do que considera ser uma medida modelo. Passos Coelho foi ao Parlamento, em dezembro de 2014, asseverar que a taxa de empregabilidade dos ex-estagiários rondaria os 70%, valor alcançado pelo cruzamento entre os dados das Finanças e da Segurança Social um ano após o término do estágio por parte destes trabalhadores. O efeito deste tipo de empregabilidade é pertinente, mas ilusório: perante a degradação geral dos salários e a destruição do emprego, os estágios surgem como uma mais-valia do de-

1 - O PSD chegou mesmo a reivindicar para o seu programa eleitoral a ousada análise de JA Timmons: «O PSD já interiorizou que “o empreendedorismo é uma revolução silenciosa, que será para o século XXI mais importante do que a revolução industrial foi para o século XX”» (p. 128).

sempregado, mas comparar a taxa de empregabilidade entre estagiários e restantes trabalhadores só é possível num plano inclinado, o da destruição geral do emprego – uns valem mais do que outros, mas, em conjunto, todos têm menos emprego.

sempregados é reveladora da incapacidade da criação de emprego da economia portuguesa e das limitações de uma medida ativa baseada no subsídio público a empresas privadas. Esta utilização dos estágios como forma de rotação dos trabalhadores no mesmo posto de traba-

Perante a degradação geral dos salários e a destruição do emprego, os estágios surgem como uma mais-valia do desempregado, mas comparar a taxa de empregabilidade entre estagiários e restantes trabalhadores só é possível num plano inclinado, o da destruição geral do emprego - uns valem mais do que outros, mas, em conjunto, todos têm menos emprego.

Não será por acaso que o ministério de Pedro Mota Soares não utiliza aquele que é o indicador mais acurado e revelador do impacto dos estágios na economia portuguesa, o que nos indica quantos dos estagiários foram contratados pelas próprias empresas onde trabalharam. O gráfico abaixo mostra-nos essa evolução: a empregabilidade dos estágios, medida pelo número de trabalhadores que são contratados pela empresa onde realizaram o estágio, diminuiu em 2014 cerca de dez pontos percentuais, em comparação ao período homólogo de 2013, situando-se nos 35%.

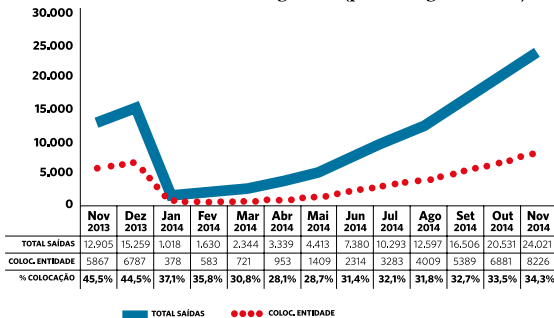
lho afirma-se, inclusive, pelo manuseamento institucional da medida por parte das grandes empresas, como é o exemplo da Sonae, que ao distribuir os mais de 100 estagiários que recebe por ano pelas suas várias sucursais consegue driblar a regra de contratação imposta pelo IEFP (contratação de um em cada três estagiários).

3. Os estágios fazem sentido?

A etimologia da palavra “estágio” remete para uma estreita comunicação entre os termos latinos “Staticu”, que significa “obrigação de residência” e “stagnantis”, qualidade daquele que está estagnado. Esta raiz, de certo modo premonitória, da palavra remete-nos para a divisão operada entre os estagiários e os restantes trabalhadores, a partir da criação de um período de aprendizagem associado a um estatuto de inferioridade profissional, que obedece a duas estratégias antigas presentes na divisão do trabalho sob a égide das relações capitalistas.

A primeira tem origem na imposição do modelo taylorista que, mais do que maximizar a produção, reduzindo dos custos a partir da adoção de novas ferramentas e métodos de trabalho, resultou na retirada do saber técnico da esfera de controlo dos trabalhadores. Tal como des-

Total Saídas Estagiários (percentagem coloc.)



Fonte: IEFP

Esta tendência crescente de dois em cada três estagiários retornarem à condição de de-

creve Benjamin Coriat (1976)², a existência de uma relação de forças, estabelecida entre os detentores do capital e os que dispõem do “saber-fazer”, mede-se através do grau de resistência por parte dos últimos em acatar as formas de produção, que se torna mais alto quando controlam e herdaram a acumulação do saber prático. O taylorismo e os modos de produção que se lhe seguiram fragmentaram esse saber, colocando-o na alçada dos que dirigem o processo, privatizando ,através de gerações, o acumular dos conhecimentos socialmente disponíveis. A apresentação das empresas como repositório hegemónico dos conhecimentos experimentais, de que falamos acima, e a sua contaminação ideológica do modelo de estágios, obedece, em larga medida, a esta estratégia de divisão.

tros”. Os estágios e outras vias para a entrada no mercado de trabalho são, assim, anunciadas com a promessa de uma ascensão social rápida e, muitas das vezes, acompanhadas por uma crítica velada aos “velhos trabalhadores” que ocupam os postos de trabalho dos mais jovens. A luta dos trabalhadores e dos estudantes franceses contra a proposta de Contrato Primeiro Emprego (CPE), em 2006, em muito semelhante a um estatuto de estagiário, é, até hoje, um marco do enfrentamento a essa estratégia, pois como diz Daniel Bensaïd³, «a questão do CPE ilustra e cristaliza a precarização generalizada do emprego em diferentes formas e a diferentes níveis. É por esta razão que a mobilização comum jovens/assalariados não é proveniente, desta feita, de uma “solidariedade” exterior dos

No cenário crónico de atraso no capitalismo português, os estágios surgiram pela mão de António Guterres, em 1997, inseridos na segunda grande vaga de flexibilização das relações laborais em Portugal, iniciada após a absorção do pacote laboral dos governos de Cavaco Silva.

A segunda estratégia, mais recente, repousa no proparlar ideológico da chamada luta de gerações, que germinou da ofensiva neoliberal como produto da alegada e benevolente extinção da luta de classes. A naturalização da precariedade laboral dos que entram na força (ou mercado?) de trabalho, o vulgar “começar por baixo”, e o rebaixamento profissional dos jovens trabalhadores, mais do que uma via para o aumento da taxa de exploração, comporta um movimento de domesticação e infantilização dos trabalhadores, diferentes que são dos “ou-

segundos para com os primeiros, mas de uma causa comum».

No cenário crónico de atraso no capitalismo português, os estágios surgiram pela mão de António Guterres, em 1997, inseridos na segunda grande vaga de flexibilização das relações laborais em Portugal, iniciada após a absorção do pacote laboral dos governos de Cavaco Silva. Quase vinte anos passados, a afirmação dos estágios como via prioritária para a criação de emprego comporta algumas características dessa dupla divisão mencionada. O fac-

2 - CORIAT, Benjamin (1976), *Science, Technique et Capital*, Paris: Éditions du Seuil.

3 - BENSÁID, Daniel (2006), “Sobre a luta estudantil contra o Contrato Primeiro Emprego”, in danielbensaid.org.

to de o Governo definir o estágio como uma função que não pode corresponder à ocupação e características de um posto de trabalho remete os estagiários para uma relação hiperindividualizada em face dos seus patrões, excluídos de qualquer acordo de contratação coletiva ou mesmo, muitas das vezes, da possibilidade de sindicalização. O discurso do empreendedorismo autorresponsabilizador e a concorrência imposta aos trabalhadores em matéria de experiência e formação profissional resulta, até mesmo, em

casos frequentes de trabalho gratuito, uma vez que a aprovação do estágio por parte do IEFP chega a demorar quatro meses, tempo este durante o qual os estagiários não podem trabalhar oficialmente para as entidades contratantes, o que acaba por acontecer.

Por outro lado, o consentimento dessa condição subalterna estende-se hoje bem para lá do arquétipo do “primeiro emprego”. Em 2014, cerca de metade destes trabalhadores aceitou a realização do estágio por terem perdido o emprego, enquanto os restantes são trabalhadores à procura do primeiro emprego. Com a criação do programa Reativar, para trabalhadores com mais de 30 anos, serão ainda mais os trabalhadores que, mesmo depois de anos de trabalho, ficarão remetidos a uma condição de infantilização perante os outros trabalhadores.

Esta divisão tem, é certo, outras causas que não devem ser escamoteadas. O facto de as ordens profissionais exigirem a realização de um estágio faz com que muitos escritórios de advogados e gabinetes de arquitetura, por exemplo, tenham à sua disposição, todos os anos,



milhares de profissionais que podem contratar sem custos. Outras ordens, como a recém-criada Ordem dos Psicólogos, impõem um estágio de 12 meses que, apesar de ser contemplado pela lei (logo, que tem de ser remunerado), empurra os recém licenciados para situações de trabalho não pago – muitos veem-se obrigados a declarar-se como trabalhadores independentes para driblar a lei e serem aceites pela empresa.

Isto acontece porque a chantagem é forte. Sem estágio não há acesso ao

exercício pleno da profissão. E essa força vem do limbo de poder alimentado pelas ordens e pelo Estado na obrigação da realização do estágio; as Ordens defendem a sua legitimidade na imposição do estágio como salvaguarda da qualidade no exercício da profissão, mas não têm a capacidade de supervisionar os mesmos; já o Estado faz vista grossa ao abuso generalizado. Durante um ano estes estagiários são excluídos do sistema publicamente regulado dos cursos superiores, pois, contrariamente aos estágios curriculares, não podem sequer aceder às bolsas de ação social e estão entregues à estrutura corporativista das ordens profissionais que alegam que se os estágios fossem pagos muitos licenciados não teriam acesso aos mesmos. Este é um argumento ideológico e manco. Ideológico, pois assenta numa crítica surda ao sistema de ensino publicamente regulado – os cursos massificaram a profissão e não asseguram a qualidade do ensino, portanto, a Ordem tem a legitimidade de intervir. Manco, pois tenta maquilhar a barreira e filtragem efetiva que o estágio representa no acesso à

profissão e encobrir a lógica da exploração: sem estes estagiários muitos escritórios e empresas teriam de contratar e pagar mais trabalhadores para fazer o trabalho.

4. É possível organizar os estagiários?

A urgência na organização destes trabalhadores deve ser um imperativo de uma esquerda que respeita a sua ligação à classe que vive do trabalho e uma responsabilidade dos movimentos sindicais e associativos. Recusar a perspectiva subalterna que aqui criticamos é um primeiro passo que exige soluções consequentes: organizar os estagiários é dar-lhes, em primeiro lugar, a possibilidade do reconhecimento da sua condição como trabalhadores que são, com direitos iguais. Isso passa por uma luta de trincheiras nomeadamente no combate à ideologia do empreendedorismo e da culpabilização dos desempregados, que só pode ser ganha com o conjunto dos outros trabalhadores, assim como pela proposta de medidas consequentes: a larga maioria dos estagiários que desempenham de facto as funções inerentes a um posto de trabalho deve ver reconhecida essa condição, devem ter um contrato de trabalho.

Essa crítica e essa estratégia não nos demitem de responder às necessidades dos atuais estagiários, levantando questões que levem aos enfrentamentos necessários. A campanha *SOS*

Estagiário: parar o abuso, avançar nos direitos, impulsionada pelo Precários Inflexíveis dá corpo a esse movimento: (i) perante o desmantelamento da contratação na função pública, exigir o fim dos Programas de Estágios na Administração Central (PEPAC) e Local (PEPAL), que empregam mais de 3 mil estagiários aos quais são impostas tarefas anteriormente desempenhadas por funcionários entretanto despedidos; (ii) exigir o aumento das sanções às empresas que recorrem aos estágios de forma ilegal, o que passa por um reforço da Autoridade para as Condições do Trabalho; (iii) extensão em três meses, com carácter obrigatório, dos estágios celebrados após a alteração das regras por parte do IEFP, de forma a estes trabalhadores poderem aceder ao subsídio de desemprego; (iv) alteração do critério de empregabilidade do IEFP, que apenas impede as empresas que não contrataram um em cada três de trabalhadores de recorrer novamente à medida, impondo a devolução dos valores recebidos por cada estagiário em caso de não cumprimento.

Dos versos da Ana Bacalhau, que cantavam o hino de uma geração amargurada pela precariedade, ficava o lamento de já ser uma sorte poder estagiar. Ainda vai sendo tempo de a Sofia e os outros estagiários deste país darem a volta a isto.



BREDDHOPE / FLICKR



Depois dos ataques ao Charlie Hebdo e ao supermercado judaico: pensar o novo, repensar o velho

PIERRE ROUSSET. TRADUÇÃO DE ADRIANO CAMPOS

Começemos com uma observação inquietante. Os chefes de Estado perceberam a importância dos acontecimentos de janeiro. Representantes de “democracias”, assim como de ditaduras, todos vieram a Paris dar os braços e mostrar a solidariedade ao mais alto nível. Um gesto espetacular!

Em contrapartida, uma parte significativa da esquerda radical viu nisto mais do mesmo. Algumas organizações publicaram declarações de solidariedade (e devem ser reconhecidas!) e artigos que procuravam compreender os acontecimentos. Mas muitas outras entretiveram-se com pequenas polémicas, por mais justificáveis que pudessem ser (contra a união nacional, por

exemplo), ou tiveram como primeira preocupação demarcar-se das vítimas («Je ne suis pas Charlie» - gerando um terrível mal-entendido em relação à mensagem sobre o significado de «Je suis Charlie»), ou, bem pior, assumindo como urgente a tarefa de assassinar moralmente aqueles que tinham acabado de ser assassinados fisicamente.

Logo após os acontecimento, juntamente com François Sabado, escrevemos um artigo “a quente”, no qual tentávamos, precisamente, compreender a singularidade do acontecimento e as suas implicações reativamente às nossas tarefas¹. Sem dúvida que muito mais precisa de ser dito, mas gostaria que o texto que se segue

1 - SABADO, François e ROUSSET, Pierre (2015). «Charlie Hebdo – Et maintenant ? L'événement, sa portée, ses enjeux». Disponível em: <http://www.europe-solidaire.org/spip.php?article94100>



FEDE FAIGES / FLICKR

(que trata, em larga medida, do estado das esquerdas radicais) fosse lido como uma extensão do primeiro, de forma a evitar repetições inúteis.

A singularidade do acontecimento

Vou referir-me, em particular, a uma entrevista de Gilbert Achcar² com o qual partilho mais do que um elemento de análise, mas que, ao mesmo tempo, contém alguns nós cegos. O primeiro diz respeito à singularidade do acontecimento. Gilbert procura, com efeito, banalizá-lo ao máximo: «A reação [aos atentados] foi aquela que ninguém poderia ter previsto. Foram, pois, reações muito parecidas com as das sociedades assustadas e aterrorizadas (Estados Unidos após o 11 de Setembro e França) e, certamente, os crimes foram de facto horríveis. Nos dois casos referidos, a classe dominante tirou partido do estado de choque [...]. E não há nada de muito original nisto. O que, pelo contrário, é original, é a forma como o debate evoluiu».³

Gilbert tem razão quando diz que é muito exagerado colocar no mesmo plano o ataque contra o Charlie Hebdo e a destruição das torres gêmeas do World Trade Center de Nova Iorque, a 11 de setembro de 2001 – e, no entanto, milhões de pessoas tomaram espontaneamente as ruas, apesar de não o terem feito em respos-

ta aos não menos terríveis ataques anteriores, como o do assassinato de crianças em frente de uma escola judaica, em Toulouse.

No que diz respeito ao “contexto nacional”, a reação aos crimes de janeiro não é banal e merece que nela nos detenhamos. Há, evidentemente, algo de imprevisível e ilusório neste acontecimento singular – que gota de água fez o copo transbordar? Avançarei, contudo, com respostas hipotéticas. A aparência de uma ação organizada por um comando militar treinado e não por um “lobo solitário”, o que sugere uma ação planeada, organizada por um ou vários movimentos (impressão confirmada mais tarde); a natureza da mensagem “sangrenta”: um aviso à imprensa (o que os jornalistas claramente compreenderam e sentiram). Depois, com o ataque ao supermercado judaico, a percepção (também confirmada mais tarde) da existência de múltiplos alvos. E, em pano de fundo, a crise no Iraque e na Síria, o crescimento do Estado islâmico (mesmo que o ataque ao Charlie Hebdo tenha sido ordenado pela Al-Qaida do Iémen): o sentimento difuso de que entramos numa nova etapa de perigosidade. Sobre este ponto, a analogia com o 11 de Setembro faz, provavelmente, sentido – mas somente se tivermos em conta o que se passou nos últimos 15 anos (em particular, as esperanças e as desi-

2 - Gilbert Achcar é um ativista, académico e escritor libanês, professor na School of Oriental and African Studies, em Londres.

3 - ACHCAR, Gilbert (2015). «Paris attacks on Charlie Hebdo and a kosher supermarket: What caused the killings?». Disponível em: <http://www.europe-solidaire.org/spip.php?article34254>

lusões das mobilizações no mundo árabe). É essencial ter esse contexto em conta, pois ele reforça e importância da segunda singularidade, aquela com a qual eu e o Sabado abrimos o nosso artigo: a afirmação, nas manifestações de massa, de uma solidariedade não excludente, a rejeição massiva do racismo e das amálgamas entre terrorismo e islão. Dadas as circunstâncias, é isto banal? Não me parece. De forma muito significativa, num inquérito realizado 10 dias após o massacre, o instituto de sondagens Ipsos registou uma queda significativa nas “tensões sobre o islão”.

«Há que distinguir bem os níveis e as evoluções. Em termos de nível, há ainda 47% de franceses que estimam, pensando na forma como a religião muçulmana é praticada em França, que “esta religião não é compatível com os valores da sociedade francesa”. É, pois, um nível elevado. Mas, em termos de evolução, ele é dez pontos inferior - e não superior - àquilo que medimos há um ano. É aqui que verificamos que não houve um crescimento da desconfiança».

Há uma terceira singularidade a sublinhar: a solidariedade expressa por várias organizações de migrantes em França (especialmente do norte de África) e de muitos países da região Árabe ou do Médio Oriente, apesar da má reputação do Charlie Hebdo. No nosso artigo anterior, debruçámo-nos, sobretudo, sobre o sentimento de alienação vivido pela juventude precarizada, pois isso é particularmente importante no que respeita às nossas responsabilidades. Hoje insisto sobre o primeiro elemento - a solidariedade - de uma realidade contrastada, pois, por um lado, ela é reveladora das questões sentidas por aqueles e aquelas que estão sob a ameaça fundamentalista, mas, por outro lado, ela é sistematicamente ocultada por aqueles que querem fazer do processo Charlie, ou, mais genericamente, «dos franceses», um desporto de combate (muito popular no mundo anglo-saxónico).

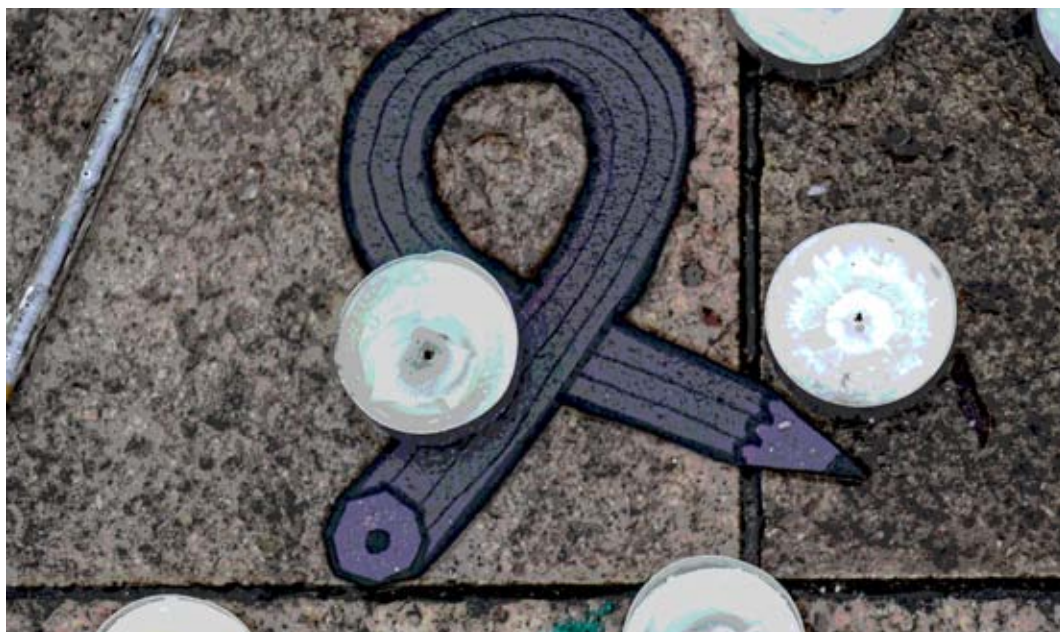
Se um governo aproveita este tipo de acontecimentos para pôr em marcha um conjunto de medidas draconianas e disfarçar o seu imperialismo com os direitos humanos, é efetivamente banal (e funciona: as políticas securitárias são populares). No entanto, um tal desembarque em massa, no calor do momento, de chefes de

Os acontecimentos de janeiro suscitaram dois movimentos contraditórios entre a população. Um crescimento claro, mas minoritário, de atos racistas e islamofóbicos; um aumento maioritário do sentimento de fraternidade

Digamos que os acontecimentos de janeiro suscitaram dois movimentos contraditórios entre a população. Um crescimento claro, mas *minoritário*, de atos racistas e islamofóbicos; um aumento *maioritário* do sentimento de fraternidade⁴.

Estado ou dos seus representantes não o é. Se eles vieram foi devido ao contexto internacional e às suas novas características; não vieram para defender as liberdades ou dar uma ajuda a François Hollande. Esta é a quarta singularidade dos acontecimentos de janeiro. Ela confirma a necessidade de uma reflexão coletiva sobre a

⁴ - Nota da tradução: uma outra sondagem revelou que a opinião dos franceses, em relação aos muçulmanos, é a mais favorável de entre todos os países europeus, com 72% de opiniões favoráveis contra 64% no Reino Unido. Cf. em: <http://artgoldhammer.blogspot.fr/2015/02/facts-about-muslim-population-in-europe.html>. Claro que todas estas sondagens têm de ser examinadas mais atentamente, mas uma explicação para a aparente diferença existente entre sondagens está relacionada com as questões que são apresentadas. Num caso a pergunta é sobre o islão (religião) e noutro sobre muçulmanos (as pessoas).



JEAN BAPTISTE ROUX / FLICKR

evolução da situação mundial e as suas implicações⁵.

Existe, obviamente, muito em comum entre o que aconteceu em França e em outros países sob o trauma de um ataque devastador. Então, por que razão é importante sublinhar a singularidade? Para fazer justiça ao acontecimento e perceber a sua complexidade. Porque isso nos ajuda a tratar o novo e não apenas a repetir aquilo que há anos dizemos. Porque isso nos ajuda a colocar a questão das nossas tarefas, evitando os simplismos e os julgamentos a quente.

Irei, portanto, focar a minha reflexão sobre o que me parece novo, complicado, e sobre o qual não tenho, muitas vezes, respostas definitivas.

O fundamentalismo religioso “cá” e “lá”

A esquerda radical ocidental está, em larga medida, mal preparada para lutar contra o fundamentalismo religioso, por diversas razões.

Algumas fações da esquerda radical ocidental

apresentaram, durante muito tempo, a escala do fundamentalismo no mundo muçulmano de forma muito positiva, como uma expressão (mais ou menos deformada) de anti-imperialismo, mesmo tratando-se (como em outras religiões) de correntes reacionárias e contrarrevolucionárias.

De forma geral, um número significativo de correntes adotou o hábito detestável de defender apenas as vítimas do seu “inimigo principal” (o seu governo, o seu imperialismo), sem se preocupar com as vítimas dos “inimigos dos seus inimigos” – neste caso, o fundamentalismo islâmico –, em nome de “prioridades” exclusivas ou, pior, considerando que defendê-las era equivalente a um ato de cumplicidade com o imperialismo. Note-se que o mesmo raciocínio se pode aplicar às vítimas de uma ditadura classificada como anti-imperialista, como a regime de Assad.

Além disso, as conclusões erradas foram, muitas vezes, tiradas a partir de uma constatação

⁵ -Le monde aujourd'hui: <http://www.europe-solidaire.org/spip.php?rubrique1452> e The world today: <http://www.europe-solidaire.org/spip.php?rubrique1451>

correta: a situação das populações identificadas como muçulmanas não é a mesma “aqui em casa” e nos países de maioria muçulmana. Temos, certamente, de combater o racismo e a islamofobia de Estado, a racialização das discriminações sociais, etc. “dentro de casa”. Contudo, não existe uma muralha da China a separar o “lá” do “cá”. Mesmo como “minorias”, os atores que atuam fora da esfera do Estado podem oprimir outras minorias dentro da “sua” própria “comunidade” – oprimir as mulheres, por exemplo.

compósitos. Mas, se tivéssemos este enraizamento social, a questão das relações com as franjas precarizadas dos imigrantes e seus descendentes estaria parcialmente resolvida. O papel do islão político no poder (Egito) e dos “radicais” islamitas contra as revoluções populares no mundo árabe clarificaram o debate sobre a natureza progressista ou não progressista das correntes político-religiosas. Quanto à muralha da China entre o “cá” e o “lá”, ela revela-se hoje bastante porosa. Era previsível (e, às vezes, esperado). Os factos são agora claros: salafis-

Precisamos de lutar simultaneamente em várias frentes: contra as políticas da desigualdade e discriminatórias, contra a islamofobia e os racismos, contra as extremas-direitas e os fundamentalismos religiosos que em França se tornaram, ou são cada vez mais, atores políticos perigosos

Finalmente, na grande maioria dos casos, a esquerda ocidental não está implantada nas camadas mais precárias da população, apesar de muitas iniciativas de solidariedade serem por si organizadas (inclusive em França), como as dos sem-papeis, dos sem-abrigo, etc. Como assinala Gilbert Achcar, é uma situação preocupante, mesmo que não seja especificamente francesa. «Aquilo a que habitualmente chamamos “esquerda radical” (...) tem uma fraca prestação no que diz respeito às relações com os meios de origem imigrante. É uma falha importante – se bem que possamos, certamente, encontrar situações semelhantes na maioria dos países imperialistas.» Isto limita consideravelmente a capacidade de intervir (e mesmo de conhecer), já que os meios precarizados ocupam um lugar cada vez mais central num grande número dos nossos países de pertença.

Não identifico “meios precarizados” com pessoas de “origem imigrante” (durante quantas gerações somos de “origem”...?). Ambos são

mo, wahhbismos e outros fundamentalismos (incluindo o evangelista entre os cristãos) têm agora raízes na Europa. Não devemos encarar a questão simplisticamente. Estes movimentos são inimigos dos progressistas, mas também dos muçulmanos “não conformes” (ou seja, a maioria). É preciso combatê-los com e pelos muçulmanos, assim como para defender um projeto de sociedade solidária. Precisamos de lutar simultaneamente em várias frentes: contra as políticas da desigualdade e discriminatórias, contra a islamofobia e os racismos, contra as extremas-direitas e os fundamentalismos religiosos que em França se tornaram, ou são cada vez mais, atores políticos perigosos (incluindo as suas variantes cristãs). Não estamos preparados para esta luta complexa. Conhecemos uma parte das causas, mas apenas uma parte. Para avançar, não devemos ficar pelas aparências (por mais válidas que sejam), mas concentrarmo-nos naquilo de que habitualmente falamos pouco, nas coisas inesperadas, surpreenden-

tes. Dou dois exemplos: Não nos cansamos de repetir que as guerras imperialistas (invasão norte-americana do Iraque em 2003) criaram o terreno fértil sobre o qual o Estado islâmico prosperou. Isto é verdade e é preciso lembrá-lo para que ninguém acredite que a guerra imperialista era a solução. Mas também existem causas que se prendem com a política das classes dominantes no mundo muçulmano. O último dossiê do *L'Anticapitaliste*, jornal do NPA, aborda esta questão, ainda que muito timidamente⁶. Por fim, os movimentos fundamentalistas não estão apenas a reagir ao que fazem as potências imperialistas. Eles tornaram-se atores de corpo inteiro, com os seus próprios projetos, as suas próprias histórias, os seus próprios enraizamentos. Não é pelo facto de cometerem atos bárbaros que a questão do fascismo religioso se

nos coloca. Quando, por exemplo, Farooq Tariq qualifica alguns destes movimentos como novo fascismo social, fá-lo a partir de uma análise da evolução das suas raízes sociais no Paquistão⁷. A análise é contestável? Ela deve, pelo menos, ser levada a sério, já que vem de uma país dilacerado por conflitos sectários. O pano de fundo dos fundamentalismos está a evoluir rapidamente e as análises do passado, mesmo que pertinentes, devem ser atualizadas. O Estado islâmico, por exemplo, é um desenvolvimento recente, em plena mutação? Nenhum dos países em causa se assemelham à Europa entre as duas guerras. No entanto, estes movimentos desenvolvem funções semelhantes (contra as revoluções árabes, por exemplo) à dos fascismos europeus (contra o movimento operário). Alguns deles, no Paquistão, por exemplo, conquistaram uma verdadeira



CARTOON DE JAMES

6 - MARTIAL Paul, SALINGUE Julien, LEMAITRE Yvan e RYON (du) Bertold (2015). «Du Moyen-Orient à l'Afrique: le djihadisme, enfant monstrueux des politiques impérialistes et libérales». Disponível em: <http://www.europe-solidaire.org/spip.php?article34242>

7 - TARIQ, Farooq (2014). «Pakistan: "It was an attack on Muslim children by Muslim fanatics" – Religious fanatics groups or the fascists in the making». Disponível em: <http://www.europe-solidaire.org/spip.php?article33874>; After Peshawar (Pakistan) and Paris (France) attacks: Challenge and response (2015). Disponível em: <http://www.europe-solidaire.org/spip.php?article34192>.

base de apoio no seio das classes médias reacionárias escolarizadas⁸ e, por meio das escolas corânicas, também nas camadas “plebeias”. Porque não podemos falar, neste caso, de movimentos político-religiosos fundamentalistas de tipo fascista? Não vou propor formulações clichê, mas sinto necessidade de uma atualização da análise dos fundamentalismos (no plural). Segundo exemplo. Afirmamos (corretamente) que não é a religião que está na origem da radicalização dos jovens franceses que partem para a Síria, mas o desespero social, a experiência quotidiana da discriminação, a injustiça e o célebre “dois pesos, duas medidas”. A religião não

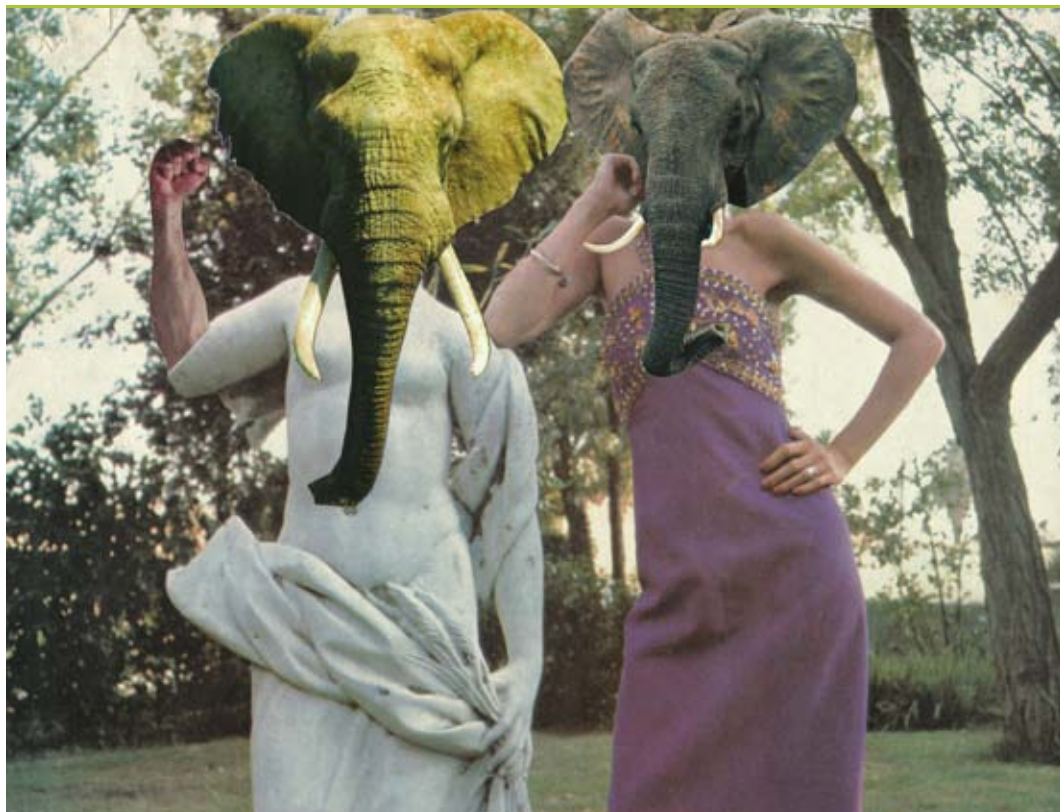
te de cidades pacatas; a presença de jovens altamente qualificados, que facilmente podem encontrar um emprego, mas que colocam as suas qualificações (hackers!) ao serviço do Estado islâmico, já para não falar naqueles que se deixam enganar pelos apelos à ação humanitária na Síria. Por que razão os métodos clássicos das seitas de todos os tipos (retirar o indivíduo do seu ambiente...) funcionam de forma tão eficaz neste caso? Creio que teríamos interesse em estudar mais aprofundadamente estas questões, de modo a expandir e a enriquecer as nossas análises. A maior parte dos nossos escritos, em França, visa contrariar as pretensões hipócritas

Não é a religião que está na origem da radicalização dos jovens franceses que partem para a Síria, mas o desespero social, a experiência quotidiana da discriminação, a injustiça e o célebre “dois pesos, duas medidas”

é senão um “vetor”, e não um “fator”, nas palavras de Julien Salingue. Mas, uma vez que o “vetor” conduziu ao envolvimento sectário numa corrente fundamentalista, este último torna-se “fator”, portador de uma visão de sociedade (incluindo o poder sobre as mulheres e a desumanização dos “outros”), camuflando atos de barbárie – independentemente das razões pessoais – numa justificação religiosa. Para atacar a raiz do problema, temos que nos ater à questão social, mas isso não esgota nem a questão política (as novas extremas-direitas) nem a forma como a religião é apropriada. Além disso, há os dados que não entram no nosso quadro de análise tradicional, independentemente da sua validade: a parte significativa de franceses convertidos que ingressam nos movimentos fundamentalistas; o envolvimento dos adolescentes oriundos de famílias e meios estáveis, vindos inclusivamente

dos nossos governos, as mentiras da ideologia dominante. Tudo coisas necessárias. No entanto, ao fazê-lo, arriscamo-nos a repetir o que já sabemos e a ficarmo-nos por aí. Condenamos, sem ambiguidade, os assassinatos, mas, muitas vezes, sem tirarmos conclusões explícitas em termos de tarefas. E, ainda assim, temos, por um lado, de criar laços mais fortes entre as correntes progressistas que enfrentam os fundamentalismos (e regimes ditatoriais), desde a Síria ao Paquistão, e resistir, na Europa, à subida acentuada das novas extremas-direitas político-religiosas. É algo que temos de incluir no nosso programa e nos nossos métodos, com os muçulmanos e em sua defesa. De outro modo, não conseguiremos contrapor alternativas convincentes à agenda securitária e cederemos terreno aos nossos adversários: o Estado e a extrema-direita “ocidental”.

8 - Entre outras coisas, a crise financeira de 1997-1998 afetou severamente a classe média em vários países, criando uma onda de pânico social que radicalizou as classes médias urbanas à direita, indo até a uma rejeição explícita da democracia e do direito ao voto (na Tailândia, por exemplo).



Mil Gêneros.

JOÃO MANUEL OLIVEIRA

O preâmbulo ao gênero é a sua figura fundo, os feminismos. Não há um sem o outro, um não se percebe sem o outro, sobretudo a partir da entrada fulgurante do gênero na teoria e práxis feminista a partir dos anos 70 do século XX. Antes, o gênero dizia respeito à identidade psicológica derivada de um fantasioso sexo biológico, que iludia as suas genderizadas condições de produção. No jogo de máscaras que o gênero propõe, o sexo foi sempre gênero, porque a sua significação socialmente vazia depende da norma de gênero. O sexo é pois uma máscara, tal como a natureza, construções sociais que ope-

ram como se fossem do domínio da ontologia, de uma coisa que se é, quando derivam de um tal consenso social que passam a adquirir realidade e força explicativa própria.

Um dos debates maiores na teoria feminista, teoria que é sempre práxis e não apenas a fantasia anti-intelectual de umas meras discussões filosóficas - como é, por vezes, vilipendiada por certos setores de uma pseudoesquerda com pergaminhos das lutas únicas que são as lutas de classes - tem precisamente a ver com a análise do seu sujeito e do seu modo de ação. Quem são estas mulheres? Os feminismos na

sua diversidade e vitalidade poderiam ser como Teresa de Lauretis os descreveu, negativos na teoria e positivos na ação. A crítica desferida pelos feminismos interseccionais fizeram a denúncia do feminismo branco, de classe média e heterossexual. Um “feminismo” ou, melhor dizendo, uma “igualdade de género” bélica, assente na defesa de interesses de classe e de nação, com a adesão às regras de uma “democracia” de baixa intensidade, representativista e de matriz liberal, que se preciso for declara guerras em nome da igualdade dos direitos das mulheres, como chegaram a fazer com a guerra ao Afeganistão, matando, no entanto, mais mulheres do

dade, mas como um conjunto de normas sociais que visam garantir quer a heterossexualidade hegemónica, quer as normas de reconhecimento social da subjetividade de género, abrindo o género a uma grande amplitude, que passa a incluir pessoas de género não binário, orientações sexuais e possibilidades queer. Queer no sentido de pessoas que estão ativamente a questionar as normas de género. Esta leitura não ignora a dimensão crítica às políticas, biopolíticas e neropolíticas de género que os Estados promovem, as Gisbertas que morrem às mãos destes Estados que deixam as normas prevalecer sobre a democracia. Nomeadamente quando policiam

A construção de políticas para a igualdade de género começa agora a evitar as armadilhas das single issue policies e passam a tentar responder a situações de maior complexidade, dados os desafios internacionais que se colocam às sociedades contemporâneas.

que as que foram defendidas. Estas apropriações pseudo-feministas fizeram com que os feminismos das margens, os feminismos onde estão mulheres, homens e outrxs pessoas fora do binarismo, não necessariamente brancas, pessoas trans, queers e não heterossexuais, de origens não anglo-saxónicas, com um passado marcado pelo colonialismo ou por uma posição periférica na ordem imperialista mundial, denunciasses esta conivência, esta cumplicidade com o racismo e a islamofobia. E abrissem o espectro do feminismo à diversidade de mil géneros.

Por outro lado, os estudos de género, precisamente acompanhando esta crítica, vão fazer uma releitura do conceito de género que vai deixar de se referir ao binarismo, assente na ideia de diferença sexual, como fez Judith Butler. Assim, o género vai passar a ser pensado a partir de outras coordenadas, para lá da estrita identi-

as fronteiras de género por forma a mantê-las completamente impermeáveis e estanques, como garrote binário de impedimento à diversidade e multiplicidade dos géneros.

Feminismo já não é só questão de homens e de mulheres, é-o também, mas passa a incluir um espectro muito mais amplo, pela sua hifenização (a marca do hifen, signo de coligação¹) com outros movimentos e outras preocupações sociais e políticas, como o movimento antirracista, queer e de descolonização, ou a própria esquerda global, na sua luta contra o empobrecimento austeritário do mundo e do espírito. Nos últimos anos, o desenvolvimento de correntes feministas, como o transfeminismo, o feminismo queer, o feminismo pós-colonial, o feminismo interseccional, mostram a adaptabilidade dos feminismos a construírem práxis e teoria que responda às questões que politicamente preocu-

1-OLIVEIRA, J. M. (2014). «Hyphenations: the other lives of feminist and queer concepts». Lambda Nordica, 2014, 38-59.



pam a esquerda e que não se resumem às velhas maneiras de colocar as políticas de igualdade, como são as questões da austeridade. Aliás, a construção de políticas para a igualdade de género começa agora a evitar as armadilhas das *single issue policies* e passam a tentar responder a situações de maior complexidade, dados os desafios internacionais que se colocam às sociedades contemporâneas. Por outro lado, a construção das políticas para a igualdade passa ter em conta diferentes sexualidades e formas de relacionalidade, familiar ou não.

Como consequência, o conceito de género, tal como o feminismo, foi abrindo o seu horizonte de possibilidade conceptuais e analíticas, pas-

sando a analisar de forma interseccional os saberes-poderes que constituíram o género em interação com outras formas de diferenciação social, através de processos históricos, sociológicos e políticos. Ao mesmo tempo, com estas novas utilizações coexistem modos mais clássicos de encarar o género, dado que temos que pensar que vários feminismos e diferentes epistemologias coexistem no tempo e no espaço. As respostas políticas dos feminismos são à sua imagem: múltiplas, diversas e em aliança contra o empobrecimento coletivo e do espírito. Não uma resposta única, mil, como mil são os géneros ao derrubarem o binarismo.



Ensino Superior: problema central do nosso tempo. Notas sobre Cultura e Educação

HUGO MONTEIRO

O espaço de debate sobre o presente e o futuro do ensino superior, como sobre uma política de investigação científica, enquadra-se num contexto político-cultural que fortemente o condiciona, nas leis de mercado e no plano concorrencial em que teimam em enredá-lo. Trata-se de uma disputa discursiva em que o ensino superior – em todos os seus agentes – é chamado a assumir o seu lugar num combate necessário, mesmo estando contaminado pelo próprio enquadramento a combater.

Falaremos deste mesmo combate, sublinhando a dimensão cultural que tende a assumir. O pano de fundo cultural desta disputa constituirá o desafio principal a pensar.

1. Culturas: representação, resistência e perpetuação

1) Decorria o ano de 2011. Às portas de uma manifestação de dimensão e abrangência raras em Portugal, o grupo de música popular portuguesa Deolinda cantava, em primeira pessoa e num espetáculo ao vivo, uma espécie de retrato geracional, em que o esforço da qualificação académica desemboca no desemprego, no subemprego, na precariedade ou na emigração. A letra da canção é reveladora, no descrever de uma «geração sem remuneração» e impiedosa no diagnóstico de «um mundo tão parvo, onde para ser escravo é preciso estudar». À medida que se ia reconhecendo no poema e



V.H.HAMMER/FUCKR

na expressividade da *performance*, o público ia interrompendo as estrofes cantadas com palmas e ovações de encorajamento. Em direto e de imediato, as pessoas couberam no discurso, no posicionamento mordaz face a um cenário de exclusão dos/as mais qualificados/as ante um país que os/as dispensava. Por identificação ou aproximação, naquela letra e naquele timbre reconhecia-se uma parcela de população cuja qualificação académica elevada não evita a realidade do desemprego, do subemprego, da precariedade, tantas vezes disfarçada em “estágios”, em “programas de formação”, em encapotadas rasuras dos seus direitos e expectativas enquanto trabalhadores/as qualificados/as.

Muito provavelmente, esta e outras manifestações culturais, além de pertencerem a uma espécie de descrição fenomenológica de uma crise que se vive e que se exprime, documentam de forma privilegiada o modo como os discursos se organizam e se modulam, num contexto muito dependente do modo como cada dimensão de opressão é imposto. E é aqui que esta atuação dos Deolinda se torna particularmente expressiva – não apenas pelo registo ao vivo, assumindo o efémero, nem sequer pelo modo como este momento é reproduzido pelas redes sociais, intensificando o impacto de uma per-

formance. A receção do momento, na altura em que ele se dissemina (quando se torna viral, como agora expressivamente se diz), reveste-se de particular interesse, pelo modo como o discurso mediático, escolhendo noticiar esta altura do espetáculo, lhe introduz um viés interpretativo que não pode passar em claro aos/às mais atentos/as.

2) Portugal conhecia o intensificar de uma política de austeridade que agravaria, de modo quase sísmico, uma situação de crise e de incapacidade política pelo menos com a idade do século. A cartilha neoliberal dava coordenadas a um processo de empobrecimento, desregulação económica e flagelo social de agressividade inaudita, que se revelaria eficaz no agravar das desigualdades e no ataque consecutivo às conquistas de Abril. A juventude debatia-se entre o desânimo de um país sem futuro e a penúria de um presente vazio. Estava bem presente e bem viva uma disputa, expressa culturalmente no direito à formulação de um sujeito político oprimido e arredado da decisão do seu próprio futuro, e, do outro lado, de um proto-empresário definido desde logo a partir de um cenário de mercado, que o determina fatalmente como elemento da sua pirâmide. Este cenário atravessa, com a intensidade que a arte permite, a

música cantada por Ana Bacalhau perante uma plateia entusiasta.

Lesta em noticiar a *performance* dos Deolinda, entretanto cada vez mais partilhada nas redes sociais, a imprensa faz por passar uma interpretação da letra e da postura artística como uma espécie de alarme para a inutilidade do rumo de uma educação superior. Estudar seria inútil, vão, uma espécie de perda de tempo ante um mercado laboral que não exige, que dispensa, que até repele uma via educacional superior. Subitamente, o ensino superior público, cuja massificação se entendia como uma conquista democrática e um avanço civilizacional, passa a ser uma espécie de luxo supérfluo. Ou nem luxo. Um sorvedouro de dinheiros públicos, de efeito funesto para o Estado e, desde logo, para quem por ele passa. Não apenas se negava todo um pressuposto democrático, mas também toda a mensagem que se dizia interpretar, conseguindo disseminar-se por milhões de pessoas um significado que se invertia no próprio instante da sua partilha. Viés interpretativo, mais interessante, ainda se desprovido de intencionalidade política, por ilustrar precisamente o conflito de interpretações que todo o cenário

ção estrangulada, do outro, a retórica da inevitabilidade como álibi e biombo político de uma maquinação em que a despolitização, que também se processa culturalmente, é dispositivo de preponderância de um modelo social erigido em pirâmide mercantil. Os campos definiam-se e digladiavam-se.

Em questão estava, entre outras coisas, toda uma cultura que atravessa o ensino superior, enquanto instância ativa de justiça e de democracia, e, por outro lado, a redefinição dessa cultura no estreitamento conceitual que a possa tornar vendável. A cultura é, uma vez mais, *problema central do nosso tempo*.

3) O título deste artigo alude a uma célebre conferência, proferida pelo intelectual e professor Bento de Jesus Caraça no ano longínquo de 1933: «A cultura integral do indivíduo – problema central do nosso tempo». Esta alusão não apenas reafirma, hoje, algo a que poderíamos chamar *cultura integral* (não disciplinar e não necessariamente escolarizada) como *problema central* de um tempo cujo cenário político dominante se reveste de um profundo desinvestimento cultural, como retoma o papel da academia e do ensino superior como agente de

Os Lesta em noticiar a performance dos Deolinda, a imprensa faz por passar uma interpretação da letra e da postura artística como uma espécie de alarme para a inutilidade do rumo de uma educação superior.

de crise traz consigo. A pluralidade contrastiva das representações da crise – das artes à cultura e ao entretenimento; da rua ao ciberespaço e às instituições... – é o coração da disputa discursiva, essencial na descrição da própria crise. Essencial, também, na sua resolução política¹. De um lado, a revolta e o acinte de uma popula-

uma conceção alternativa e valorizada de cultura. A hipótese, auxiliada pelo papel emancipatório da cultura nos escritos de Bento de Jesus Caraça, reforça-se na dimensão educacional que esta conceção cultural deve assumir. Não sendo sujeito, ou produtora de sujeitos de uma determinada cultura integral e crítica, a educa-

1 - Escreve Boaventura de Sousa Santos: «O modo como se define uma crise e se identificam os fatores que a causam tem um papel decisivo na escolha das medidas que a superem e na distribuição dos custos sociais que estas possam causar. A luta pela definição da crise é, assim, um ato eminentemente político (...). Portugal. Ensaio contra a autoflagelação (2011). Coimbra: Almedina, p. 11. re sondagens está relacionada com as questões que são apresentadas. Num caso a pergunta é sobre o islão (religião) e noutro sobre muçulmanos (as pessoas).

ção (superior) está sujeita à imposição de uma cultura monolítica, unidimensional e acrítica.

Já no tempo e na leitura de Bento de Jesus Caraça, a cultura pode ser entendida como benefício de quem a detém, monopólio de alguns e ferramenta de perpetuação de privilégios. O termo a que recorre para designar os detentores do monopólio cultural é, curiosamente, retomado além-fronteiras no léxico crítico de uma nova esquerda: “a casta”². “Casta” é o termo empregue pelo intelectual português para nomear «um grupo que se diferencia da massa geral da humanidade, por qualquer título, es-

ta de uma formulação que a declara como luxo supérfluo, a cultura é motor de perfeitibilidade e reduto da dignidade humana – nela se desenha uma tomada de consciência geradora de resistência à anulação e ao aviltamento, bem como a formação do coletivo, instância de solidariedade e de relação ao outro. Formula-se, já neste tempo, uma definição de cultura plural e internacionalista, ao constituir-se como “base de uma fraternidade real dos povos” que só pode ser transfronteiriça.

4) Torna-se clara a apropriação, da parte de Bento de Jesus Caraça, da filosofia da história

Quando a cultura se define nos limites de uma fronteira exclusiva, ela torna-se instrumento de manutenção dessa fronteira, engendrando em si mesma a chave do seu próprio fechamento numa casta

tabelecendo um monopólio de qualquer coisa». Quando a cultura se define nos limites de uma fronteira exclusiva, ela torna-se instrumento de manutenção dessa fronteira, engendrando em si mesma a chave do seu próprio fechamento numa casta. A cultura é um monopólio usurpado, com habilidade e intenção, ao serviço das castas, que a organizam e regulam numa ordem social determinada, tornando-se fundamental para a sua perpetuação. Daí que, no caminho da transformação, se torne essencial não desistir da cultura, de uma cultura retomada em toda a sua amplitude «acabando com o seu monopólio numa classe e restituindo-lhe toda a pureza dos seus fins»³, forma e fundo de uma sociedade que não desiste de si mesma. Liberta de uma conceção mumificada, rígida, essencialista, sol-

marxista, traduzida na lente problemática da tensão, de intensidades e amplitudes distintas ao longo da história, entre o individual e o coletivo, com o saldo a tender ainda para o domínio cultural da casta preponderante. Nas suas palavras, de mordaz alcance crítico:

«Sobre a terra paira, como uma consequência necessária da luta entre o individual e o coletivo, uma ideia vagabundeante e de encarnações polimorficas – aqui um deus feroz do deserto, além, uma corte de deusas amáveis de uma península ridente, mais adiante, sobre uma estrutura social absurda, um deus absurdo – infinita bondade e infinito amor criando e regendo um mundo onde existe a malquerença e a injustiça».⁴

2 - Leia-se, por exemplo, o exercício de síntese feito pela eurodeputada Teresa Rodriguez acerca das traves discursivas do Podemos, na devolução da política que esta formação pretende levar a cabo no Estado Espanhol, destacando: «a luta é entre “a casta” e “as pessoas”; o eixo não é esquerda-direita, mas entre os de cima e os de baixos». *Viras*, nº 6 (novembro 2014), p. 9.

3 - Idem, *Ibidem*, p. 72

4 - CARAÇA, Bento de Jesus (2002). “A cultura integral do indivíduo – problema central do nosso tempo”. *Ibidem*, p. 10

Garantidas as necessárias diferenças, sublinhemos que a orientação discursiva de Bento de Jesus Caraça visa uma concretização institucional transversalmente educativa – e aqui a sua crítica mantém uma atualidade surpreendente. *Sobre a terra pátria*, hoje, uma cultura de predomínio mercantil de léxico único, com os arautos do empreendedorismo como face mais visível de um ferrete ideológico inoculado em escolas, instituições educativas e culturais, universidades e politécnicos. Contraditoriamente, as instâncias

fundamentais de pluralismo, democraticidade e democratização pela cultura e pelo conhecimento são as mais permeáveis à liturgia ritualista do mercado e das suas leis. Dociliza-se o poder transformador dos espaços de saber e de cultura, na *unificação política* surdamente urdida no exterior das instituições, mas logo reconstituída no seu interior, sendo exemplo acabado o que se designa, com legitimidade crescente, “mercado académico”

5) E aqui reside a questão: uma certa preponderância cultural, um certo predomínio transversal que, de súbito, irrompe e coloniza o espaço público com poder de monopólio. Instituído, este poder cultural é ao mesmo tempo instituinte. Ele tudo permite e tudo regula, pisando até velhas formas de senso comum, velhos este-reótipos ou cristalizações culturais, que pouco significado teriam mas que pareciam tão inamovíveis como o gigante Adamastor. O “país de poetas”, o “país da poesia”, o “lugar do fado” e da “saudade” acorda de repente como o país do empreendedorismo, das *holdings* e da mão de obra barata, assumindo estes enquistamentos



como se de uma cultura se tratasse. Muda-se e apela-se à mudança em prol deste novo *eldorado*, com empáfia moral e muita desfaçatez.

No início da atual legislatura governativa assistia-se, com estranha naturalidade, ao apelo inédito do ministro de Estado e das Finanças, repelindo, com pausada solenidade, jovens portugueses/as de um percurso de formação na área das Ciências Sociais e/ou Humanas. Desusado interesse vocacional por parte de um estadista, mas também curiosa contradição mercantil:

se a oferta do ensino superior nestas áreas científicas é, essencialmente, pública, é a própria voz pública que, autofagicamente, desencoraja os serviços que patrocina – antimercado em nome do mercado!

Viver uma crise implica experienciar reconhecimento ou estranheza no modo como ela se representa. A pluralidade contrastiva das representações da crise – das artes à cultura e ao entretenimento; da rua ao ciberespaço e às instituições... – é o coração da disputa discursiva que define um contexto de crise política. O “mercado” só se torna dominante a partir do momento em que se instituir como cultura dominante. É imperativo, para o seu interesse parasitário, que conquiste o ensino superior.

11. Ensino superior sob cerco

1) A anedota atribui-se a Marcel Jouhandeau. Determinado descrente célebre do Maio de 68, em Paris, apreciando com desdém a sublevação e as barricadas terá afirmado, não sem reacionarismo: “Acabarão todos notários!” Na sua acidez, o remoque dissocia com clareza os



lados em dissenso: de um lado, a energia insurgente da afirmação criativa e do contrapoder; do outro, o cinzento *notarial* burocrata, ou a modorra da repetição. Sempre que há disputa cultural – sempre que este dissenso revela o seu alcance político –, não apenas se questiona a sua definição mas também o seu espaço. O campo a disputar – neste caso, o *campus* académico – é importante, porque nele se legitima, seminalmente, o reforço da perpetuação ou o apelo da transformação. Quando cultura e saberes atenuam vocação criativa em nome de modelos burocráticos, numericamente avaliáveis ou compagináveis numa folha de cálculo, o notário triunfante sorri do alto da cátedra.

Vemos, então, que a ofensiva neoliberal não é accidental, por ser fundamental. Ela reclama um aparelho ideológico e socorre-se, aqui, de uma ótima plataforma para alcançar vitória e duradoura preponderância num senso comum em disputa. Hoje, por múltiplas formas, da praxe aos critérios de produção científica, a tomada ideológica do *campus* está em marcha.

2) Aliado a um conjunto de abalos de legitimação já diagnosticados⁵, temos hoje um contexto de retração do ensino superior e da investigação, essencialmente operado através de cortes de financiamento e de estrangulamento finan-

ceiro, permanente ambiente de tensão entre o executivo e os órgãos representativos do ensino Superior (CRUP e CCISP) e exposição ao risco de perda de autonomia e de independência, fundamentais para a liberdade de investigação e de ensino. O apelo à busca de formas alternativas de financiamento do ensino superior arisca a colocar o imediatismo do lucro à frente do interesse público, escalonando produtos de conhecimento por índices de rentabilidade e favorecendo gestões educativas de modelo empresarial, em detrimento de outros modelos de condução institucional. Contraria-se, de forma abrupta, a tendência que permitiu o crescimento exponencial do número de diplomados/as em Portugal, o aumento significativo de doutorados/as, de investigadores/as e de produtos de investigação, ainda que esta tendência não tenha, no progresso dos seus 20 anos, dado lugar a emprego científico estável⁶.

A precariedade do trabalho científico, hoje, agrava-se no desinvestimento e no ceticismo governativo face à educação superior, confirmando a necessidade de auscultar o seu crescente predomínio na reconfiguração do mundo do trabalho em geral – e na Academia em particular –, como processo visivelmente transversal ao todo da classe trabalhadora⁷. Parte do

5 - Leia-se, por exemplo, o texto clássico e posteriormente reeditado de Boaventura de Sousa Santos (1994; 2013), "Da ideia da universidade à universidade de ideias". *Pela mão de Alice: o Social e o Político na Pós-modernidade*. Porto: Afrontamento.

6 - Cf. SANTOS, Manuel Pereira (2014). "Investigação: a bolsa ou a vida". *Le Monde Diplomatique* (edição portuguesa), n.º 95, setembro de 2014, p. 16

7 - Cf. SOEIRO, José (2014). Recensão crítica a Standing, Guy (2011). *The Precariat. The New Dangerous Class*, Londres: Bloomsbury. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 103, p. 210.

álibi para este processo de precarização, no caso específico do ensino superior, passa pela imputação de culpas às instituições formadoras pelo agravamento do desemprego, associando-se, falaciosamente, percursos e orientações académicas com formas conservadoras de trabalho, todos os dias precíeis e, elas próprias, todos os dias estrategicamente desvalorizadas e embaratecidas. Evidencia-se o recuo das funções do Estado no que toca à educação superior e a toda a sua atividade, vítima de uma cada vez maior desatenção, desinvestimento e negligente desinteresse.

De modo quase contraditório regista-se o alastrar viral de um já cunhado “evaluative state”⁸, reflexo ideológico da dominante conversão dos centros políticos de decisão em centros de cálculo e de gestão de grandezas. A diagnosticada contradição reside na exigência crescente de produtividade científica – desde que traduzível, claro está, em critérios de medida e de cálculo – lançada no exato instante em que as condições financeiras e laborais a dificultam ou impossibilitam. Acresce que tais exigências se afiguram particularmente gravosas no domínio das Ciências Sociais e/ou Humanas, não apenas por

epistemológicos que estes, como todos os discursos científicos, vêm advogando ter ultrapassado. O jogo de forças patenteia-se, ao mesmo tempo que o retrocesso se verifica.

3) Em artigo publicado no ano de 2009, escrevi o seguinte:

«Os contornos ético-políticos que sustentam o ensino superior público são necessariamente evolutivos e, como tal, *sujeitos a* dinâmicas de mudança, o que não inibe a responsabilidade de se constituírem como *sujeitos de* dinâmicas de mudança. É importante equilibrar esta dupla face de passibilidade/transformação, justamente para que se contrarie uma certa preponderância da sujeição, visível nos últimos tempos».⁹

O artigo citado, anterior ao panorama desolador atualmente vivido por universidades e politécnicos, centros e laboratórios de investigação e milhares de investigadores/as e bolseiros/as arrastados para situações de trabalho e de subsistência de enorme dificuldade, foi escrito numa circunstância de imprevisibilidade e de adivinhada sujeição. Tal circunstância está atualmente agravada por condições de crise (mas

Evidencia-se o recuo das funções do Estado no que toca à educação superior e a toda a sua atividade, vítima de uma cada vez maior desatenção, desinvestimento e negligente desinteresse.

se revelarem perpetuamente desfavorecidas nas regras de competição e de concorrência instituídas como também porque todos estes fatores de mensurabilidade se vão construindo em torno de hegemonias culturais e linguísticas que estas mesmas ciências frequentemente denunciavam e recusam, associadas a conservadorismos

também prioridades de governação, tomadas em planos nacionais e internacionais) que remeteram as instituições de ensino superior para um delicado limiar de subsistência.

A agenda nacional e internacional do ensino superior muda substancialmente com as reformas de Bolonha, com a criação da Área Europeia do

8 - NEAVE, Guy (2012). *The Evaluative State, Institutional Autonomy and Re-Engineering Higher Education in Western Europe. The prince and his pleasure*. Londres: Palgrave, Macmillan.

9 - MONTEIRO, Hugo (2009). “O ensino superior na era da sua reprodutibilidade técnica: subsídios para uma análise seguidos de duas interpelações éticas”. *Educação, Sociedade & Culturas*, 28, p. 27.

Ensino Superior, com indicadores de competitividade de escala europeia, mas mantendo-se internamente confrontada com burocratização, legislação profusa e centralizada e imperativos quase impossíveis de contenção orçamental. Tal cenário dificulta o trabalho no terreno, apesar de dificilmente macular a paixão da docência e da investigação, na “profissão de fé” que é também a profissão de todo e de qualquer professor/a, ou investigador/a, ou estudante¹⁰. Este é um dos focos de resistência possível.

das hegemonias, essa depuração quantificadora, ao serviço do capital económico-financeiro – qualquer posicionamento epistemológico ou metodológico deve beneficiar de uma postura crítica e democrática que, sem doutrinações mas nem por isso despolitizada, garante a vigência de uma postura democratizadora e necessariamente plural.

Daí a convivência necessária com uma dimensão insurrecional, que recupera uma cultura cidadã sem a qual a democracia é mera abstra-

Na rua, no campus, no chão concreto de uma liberdade académica sem restrições, esta dimensão insurrecional reconcebe a educação e a cultura fora de um posicionamento tecnocrata e tecnocrático (...)

III. Desconstrução. Resistências (culturais) da/na educação

1) Na terminologia de Étienne Balibar, duas dimensões se articulam no ímpeto que nos leva à ação e pensamento políticos: a dimensão institucional; a dimensão insurrecional¹¹.

Uma dimensão institucional, a que não será estranha, no que aqui nos importa, a ação que leve ao erigir de instituições educativas de conteúdo e cultura críticas, permitindo o surgimento de sujeitos politizados e civicamente ativos. Trata-se de garantir, na senda de Foucault, que nenhuma *verdade é* «politicamente indiferente ou inútil»¹², pelo que a ideia passadista da neutralidade científica ou do controlo numérico como critério estanque de produção de verdade sempre se debate com a questão acerca de quem é servido e beneficiado nessa candidez neutral. Essa neutralidade mediática, sempre ao dispor

ção metafísica. Na rua, no *campus*, no chão concreto de uma liberdade académica sem restrições, esta dimensão insurrecional reconcebe a educação e a cultura (a educação como cultura) fora de um posicionamento tecnocrata e tecnocrático ao reassumir um papel na formação de uma postura cidadã que, para o ser, é necessariamente ativa, questionadora e insurgente. O que, na transversalidade da palavra “cultura”, passa por assegurar uma criatividade que excede e que influi em instituições sem quietismo, plurilingues, sem fronteiras estado-nacionais, disciplinares ou identitárias.

Contra-instituições, portanto.

2) Num acento apostado em pensar, desde logo, toda a instituição e todo o instituído¹³, a *desconstrução*, tal como a concebeu o filósofo francês Jacques Derrida, é uma ampla e teimosa aposta na educação, no ensino superior

10 - «Ce sera moins une thèse (...) qu'un engagement déclaratif, un appel en forme de profession de foi: foi en l'université et, en elle, foi en les Humanités de demain». DERRIDA, Jacques (2001). *L'Université sans condition*. Paris: Galilée, p. 11.

11 - BALIBAR, Étienne (2013). “Ce qu'il reste de la politique”. *Lignes*, 41, maio, p. 11; Idem (2015). “Europe, Nations: le manque du peuple et la crise de légitimité”. *Transform! Revue européenne pour une pensée alternative et un dialogue politique (Europe unie, Europe divisée)*, pp. 21-35.

12 - FOUCAULT, Michel (2001). “Une mort inacceptable”. *Dits et écrits, II (1976-1988)*. Paris: Gallimard, p. 12.

13 - DERRIDA, Jacques (2005). “Le modèle philosophique d'une contre-institution”. *SIECLE. Colloque de Cerisy*. Paris: Institut Mémoires, p. 256.

e na construção, ao mesmo tempo perpetuadora e inventiva, de todas as formas de saber e do modo como se relacionam. A desconstrução não tem qualquer conotação negativa ou niilista, como não é uma mera segmentação ou decomposição conceptual, não é um método, uma metodologia ou uma estratégia, mas sim um registo de leitura aberta à dinâmica imprevisível e do que *é e acontece*. Sem se limitar sequer a ser uma “análise crítica”, mas numa luta sem quartel para com os dogmatismos de todos os tipos, a desconstrução pensa-se como *acontecimento*, como toda a Educação urge ser pensada como acontecimento.

Ora, como acontecimento que é, a Educação e o gesto que a investiga solicita pensamento não apenas sobre o que a possibilita enquanto tal – as suas continuidades, fluxos, programas e constâncias – como também sobre o que excede o horizonte da possibilidade, em nome de uma alteridade (do/a aluno/a, do/a cidadão/ã) que não abarcamos completamente nem essencialmente – em nome de um *impossível*. É o impossível que atravessa, por exemplo, todo o pensamento da Educação enquanto *projeto*¹⁴, desafiando e tornando perfectíveis construções pedagógicas, decisões curriculares ou políticas sociais e educativas¹⁵. Culturas contrainstitucionais, em nome de um forte investimento



crítico por sobre a própria palavra “cultura”. Numa palavra, o alento crítico perseguido neste ato de investigação/ensino (ele próprio impossível enquanto ação acabada ou concretizada) reclama uma liberdade incondicional de «conhecer, criticar, colocar questões, duvidar»¹⁶ implícita ao próprio acontecimento a que chamamos “Educação”, hoje tão dramaticamente sujeito aos vários degraus de “mercadorização”, no contexto do ensino superior público como noutras dimensões da *vida social*¹⁷.

3) Concluindo, a desconstrução transporta a urgência política de se pensar a educação e o ensino superior ao abrigo do que já Kant, no seu *conflito das faculdades*, chamou uma *obediência imposta*. Esta imposição de obediência faz-se hoje, fundamentalmente, em três tempos: da fúria burocrática, passando pelo monolingüismo financeiro, a um senso comum docilizado.

Fúria burocrática, considerando a invasão administrativa que tende a transformar agentes de educação e de investigação em autómatos de eficiência administrativa, dominadores fluentes da língua particular dos impressos de candidatura a financiamentos ou das folhas de cálculo de avaliação institucional. A estatística, que já Foucault acusava como instrumento fundamental de controlo, passa a ser a novilíngua da convivência académica, adormecendo o critério

14 - BIESTA, Gert (2010). “Witnessing Deconstruction in Education: Why quasi-transcendentalism matters”. Claudia Ruitenberg (Ed.), *What do Philosophers of Education do?*. West Sussex: Blackwell, p. 80.

15 - RUITENBERG, Claudia (2011). “The Empty Chair: Education in an Ethic of Hospitality”. R. Kunzman (Ed.), *Philosophy of Education*. Illinois: Philosophy of Education Society, p. 33.

16 - DERRIDA, Jacques (2005), *Aprender finalmente a viver*. Coimbra: Ariadne, p. 52.

17 - SANTOS, Boaventura de Sousa; FILHO, Noamar de Almeida (2008). *A Universidade no Século XXI: para uma Universidade Nova*. Coimbra: Almedina, p.21.

extranumérico pela contagem de artigos em revistas (cotadas), no amontoado curricular de relevância hétero-imposta.

Mas *monolinguismo financeiro*, também, ao verificar as formas de colonização do espaço educativo e investigativo, transformando as prioridades do ensino e da investigação em práticas geradoras de lucro imediato e de pragmatismo vendável. Aí, apoiados num consenso artificialmente imposto, como o da armadilha da *empregabilidade* na sua relação com o ensino superior, instalam-se modelos sociais fortemente impulsionados pelo modelo único da *empresa rentável* e do seu “homem novo”, o *empreendedor*. Contam estas dinâmicas com o alento de um *sensu comum docilizado*, impulsionado por um coro mediático genericamente hostil e acusador de qualquer prática científica sem retorno lucrativo imediato. Neste plano, a agressão dis-

cursiva aos domínios das ciências humanas e/ou sociais, para não falar das áreas artísticas, apoiando o seu esvaziamento e subalternidade, parece constituir prática corrente e reforçada.

E é aqui que se joga o apelo da resistência con-trainstitucional, ao arrepio de toda a *obediência imposta*. Uma resistência que, no sentido de Derrida, possa criar uma *nova cultura crítica* ao espaço e ao tempo do ensino, da educação, da investigação. Passa esta *nova cultura crítica* pela resistência sem freios a todas as formas de estagnação, imobilismo ou dogmatismo, numa cultura que, na energia da sua própria definição, se reinventa, se pluraliza e se dissemina.

Como *problema central do nosso tempo*, ela é, acima de tudo, *cultura capaz de gerar mais e melhor democracia*: cultura e democracia ou democracia como cultura.



JAIMESILVA / FLICKR



Fotos: Paulo Pimenta



Por sobre todas as dificuldades: Projeto Troika

PAULA SEQUEIROS

Aviso: o título precária e manualmente inscrito, a fita-cola removível sobre capa negra, cobre o instante das imagens do livro-documento . Um produto e um processo de criação que analisámos e indagámos, através de entrevistas a alguns dos autores e a ativistas culturais e sociais. Livro mais DVD são síntese de meios e materiais.

É a realidade de muitos, demasiados dias. Será a sobriedade esperada para uma reflexão, a que somos convocados, sobre “o impacto da Troika em Portugal, nos portugueses” (Paulo Pimenta). Se os designers gráficos souberam “como se juntavam nove personalidades num mesmo retângulo” (António Pedrosa), um orçamento frustrante impôs escolhas. Há comentários breves em folhas menores a cada trabalho autoral, a seguir nomeado. Como objeto é invulgar e apelativo, lê-lo permitirá entender como o re-

tângulo bem correspondeu, dando-se ao tato e ao olhar, por sobre todas as dificuldades. “O objetivo foi podermos criar memória futura e lançar discussão na sociedade civil”. “As pessoas esquecem rapidamente”. “Por isso decidimos mesmo requisitar só sociedade civil e apostar no crowdfunding (Paulo Pimenta).

Em *O sorriso*, por cada pessoa excluída, sujeito principal, Paulo Pimenta expõe, em contrapon-to, rostos do poder, a rir. Em rasgões de jornal sobre chão estiado e sujo, congelados no ecrã eles riem, compostos, enfrentando as pessoas na intimidade descomposta e concreta dos espaços que habitam.

Fotógrafo e dispositivos deixam-se aperceber nas fotografias. No lugar de encenação, a intenção: artista e testemunha.

Sem emprego, já sem RSI, os fotografados encarnam desapropriação e relegação, encerrados em casas - passeio de rua, talvez. Refúgios, o lugar de ser alguém para alguém, há solidão e



Foto: Rodrigo Cabrita



Foto: Lara Jacinto

isolamento com o que ficou, há lugar para pedir meças com o que já não se tem ou nunca se teve. Dentro e fora, dois mundos.

Em *Morrer de indiferença*, de Rodrigo Cabrita, as rotinas da sobrevivência desprotegida, do fim de vida, o protesto na rua, dormir e produzir fora do sítio ou fora deste tempo. Para eles trabalha o preto e branco, o contraste, a definição.

Connosco fica um ruído profundo, um zoar perturbante dum tempo inscrito em dor, preto no branco, cortado por gritos esperáveis e que não se dão a ouvir.

>350.300 de Lara Jacinto parece convocar o perecível e o fugaz, a possibilidade ou não de partir, de ser deixado e de deixar, curso de viagem, curso da vida, em metáfora que associa vivência pessoal e social. A eminência de saltar o muro, para um exterior que mal se vislumbra, fecha a seleção com um forte simbolismo.

Foram mais de 350 mil os que emigraram? Não houve “pretensões científicas” ou de “fazer um retrato de percentagens, de números da sociedade portuguesa” (António Pedrosa).

“Há coisas que te saltam à vista, segues aquele caminho porque há alguma coisa que to faz seguir. Mas não fomos pedir permissão a nenhum analista ou sociólogo para fazer isto. Tínhamos de ir de acordo com o que pensássemos ser o mais importante” (Pedro Neves). “Eu não quis passar uma *mensagem*, quis fazer uma reflexão e convidar os outros a refletirem sobre aquilo que me preocupa” (Lara Jacinto).

Na série *Os despedidos*, Adriano Miranda retrata de forma crua e delicada corpos de gente que não se expõe por gosto. Talvez desgosto, talvez revolta, tristeza muita. “Já nada resta para tirar, muitos já tiraram tudo”. “Despidos de dignidade” a austeritaridade os quererá, assim, invasora. “Mas o que nos aconteceu na realidade? Fomos ‘invadidos’ por um grupo de homens que, a mando da regulação e regulamentação, a par dos governantes por nós eleitos, vai introduzindo medidas ‘imprescindíveis’ para a nossa salvação. Vivemos sob um resgate de anos, feito de medidas governamentais, sem qualquer responsável, sem alguém a quem possamos culpar” (Apresentação, <http://www.projectotroi-ka.com/>).

O autor fecha a sequência, assinando com o seu corpo nu, olhos cerrados “num até sempre” (Adriano Miranda, p. 76).

Dele partiu a ideia que foi agregando mais sete fotógrafos e um cineasta. Criam a Associação Duelo do Silêncio para dar corpo ao Projecto, abrem o Sítio na Internet.

António Pedrosa colige, em *Limbo*, fotografias que remetem para a suspensão, a espera, o adiamento ou a decomposição dum tempo tornado ininteligível e sem espaço real onde se inscreva. Pretendeu que “não fôssemos simplesmente algo idêntico àquilo que vemos diariamente nas notícias”. Do processo criativo diz que “foi mesmo complexo, o que também tem a ver com a temporalidade do projeto que durou ano e meio”. Projeto suspenso de concretização, sem que passassem de trabalhar, até assegurarem as despesas de publicação apenas, em *crowdfunding* de nove meses - contributos de 1 euro a 150 Euros. Acabou a ultrapassar a meta dos 15 000.

A ditadura do empobrecimento é título que adverte. “Se podes olhar, vê. Se podes ver, repara”, diz Saramago na epígrafe retomada por Bruno Simões Castanheira. As imagens gravadas a luz e ácido de dor, devolvem crianças e velhos, filas de gente em espera, homens/mulheres. E restos: de casas, de coisas, de comida, de abrigos. E de sexo? E de indignação? Uma quasi-escuridão que tudo atravessa. A luz que fura, fere mais do que revela, não chega a aquecer, não adoça. Reparem!

José Carlos Carvalho dá-nos *Rostos reais da fome*, unidas num mesmo cenário e pelos mesmos sacos pesados da ajuda alimentar, pessoas diversas. Lemos o nome, o historial da ajuda, a data do desemprego. “Todos juntos são quase meio milhão”. “Estes rostos merecem um futuro e essa é uma luta que pertence a todos nós” (p. 157). Há quem sorria no gosto de se sentir (re)tratado. Deles recebemos o olhar, nos olhos.



Foto: Adriano Miranda



ANTÓNIO PINA

Joana Machado, 20 anos, auxiliar de educadora de infância, desempregada. Foto: Antonio Pina

É da *Inexistência do lugar* que o olhar de Vasco Célio parte e sobre ela fotografou - o Algarve - a contra-pelo do turístico cliché. Do absurdo de lugares sem sentido, povoados de objetos ex-crescentes, dos vestígios de gente que não nos é dada a ver.

“Não é fácil, nunca é fácil” encontrar material e motivação para trabalhar. “Foi isso que fez a força que isto tem: foi o termo-nos encontrado com alguma regularidade e perceber que estávamos a seguir caminhos que se calhar não seriam os que individualmente iríamos abordar”. “E agora temos o livro feito e eu e o resto do pessoal sente-se realizado e feliz porque foi uma coisa feita com muito sacrifício” (Vasco Célio). “No rescaldo, a troika passou a ter dois significados no dicionário [do Projecto]: uma metáfora e um adjetivo. Isso serviu de mote”. “No final do caminho decidiu-se não fazer nada do que se estava a fazer e recorrer ao novo, ir à procura de alguma coisa que não fosse tão visível, tão fácil de ver. E isso é o trabalho do fotógrafo e do realizador”. “Discussimos isto muitas vezes, o caminho do fotojornalismo em Portugal deixou de existir como mais-valia que mostra a realidade do dia-a-dia” (Vasco Célio). “Cada um desenvolveu um projeto durante este tempo

todo” (Paulo Pimenta), “e livremente escolheu a área que mais lhe interessava. Foi portanto um processo de partilha, íamos reunindo, mostrando as coisas feitas, escolhendo, mudavam-se até ângulos, excluía-se, orientavam-se outros caminhos, consoante aquilo que se ia vendo e se ia digerindo” (Pedro Neves).

Vê-lo como arte comprometida é posicionamento que tem diferentes respostas autorais. “Há trabalhos no mundo do real, e outros que não - Os despidos. São trabalhos que se complementam não só temática como esteticamente” (António Pedrosa). “Independentemente do conceito que transporta, é sempre o resultado duma interpretação. É muito direto, reflete preocupações muito concretas e uma necessidade de intervir”, “com as ferramentas que temos ao nosso dispor”. “Sem conduzir a interpretação dos outros, mas mostrar e provocar o questionamento duma realidade”, “tentar provocar nos outros também alguma inquietação, fazer pensar”. “Chama-se Projecto Troika e isso já é revelador” (Lara Jacinto). “No meu caso, sim, não me preocupa escolher um lado” (Pedro Neves). Lendo em casa, cai-se nestas imagens de trambolhão, sem conseguir retirar o olhar que ao invés se fixa e escrutina. O pretendido “murro no



Foto: Bruno Simões Castanheira

estômago” (expressão corrente entre membros do projeto) - longamente preparado, é recebido, sem tempo para esquivar-se. Olha-se e não há margem para indiferença.

Desassossego, emoções fortes, olhos molhados. *Acima das nossas possibilidades*, filme de Pedro Neves, dá lugar a essa reação na apresentação pública do *Projecto* no Porto, a 12 de dezembro



Vera Rodrigues, 29 anos, desempregada há um ano, recorre à ajuda alimentar para três crianças e dois adultos desde abril de 2014 Foto: José Carlos Carvalho

Entre uma audiência intencionalmente preparada, reação semelhante ao documentário. Viram-no e debateram-no ativistas sociais, desempregadas, precários, sem-casa, várias idades, dois sexos, pessoas dos grupos sociais mais atingidos pela troika. Zora impacienta-se (a ela e outros chamaremos de outra forma): “Quem estava por um fio foram os primeiros a serem massacrados. Este é que é o objetivo do docu-

“E agora temos o livro feito e eu e o resto do pessoal sente-se realizado e feliz porque foi uma coisa feita com muito sacrifício!” Vasco Célio

passado. A pobreza extrema e a exclusão estão patentes nos retratos sociais, filmados, cada caso e a sua condição, sublinhados pelas vozes próprias, contidas a desvendar-se, quase sussurradas, em contraste com ruídos de ambiente, aumentados, fazendo do abandono um lugar. Expostas, quase imóveis, presas num presente de recordações extirpado de futuro, a dignidade de pessoas desencobertas e escutadas. A beleza concedida às imagens, é inesperadamente devolvida em seres íntegros, fere mais, nem a sua cadência permite alheamento.

mentário! Tinham um mínimo de apoio social, e esse fio foi cortado com a austeridade”. Ana fala com amargura da falta de esperança que emerge das imagens. “É a parte mais fiel do retrato dos tempos que se vivem”. Pobreza já existia, “nunca é dito e todos nós sabemos que existia antes, não tenta ser um filme com sentido estatístico”. Parecem-lhe tomar isso “como uma fatalidade, não me parece que nenhuma pense que haja maneira de dar a volta, nem sequer em participar”. Por outro lado, “uma coisa que me deixa triste é que já não me choca ver isto!



Se calhar há um mês atrás ou há dois ano atrás isto deixava-me a arder, e agora já não posso. É a mim, não é o filme”. “Eu vivo profundamente triste e acho que tem a ver com isto. Se calhar é da própria sobrevivência, uma pessoa não pode andar aos gritos todos os dias quando vê o telejornal...”.

“... desliga a televisão!”, retruque Orlando. Risos, assentimento. “Falta alguma união e humanização até. Nós somos máquinas, somos estas estruturas de funcionamento”, prossegue. É preciso “que seja cultivado outro mecanismo, outros meios, outras ferramentas”, para “esta regressão obrigatória que todos começamos a ter”. Sob o efeito da dureza das realidades no ecrã, discutem-se as estratégias próprias, como lidar com o atordoamento e com a infelicidade que invadiram os dias. Celeste entende que há “algumas pessoas que tinham esperança e tinham fé... Eu nunca precisei de dormir na rua, só por opção, para ver como é, mas estou nessa posição, de repente de me cortarem os tais apoios o que me poderá atirar para a rua. Acho que cada um de nós tem de trabalhar para inverter a situação, desde que nos deixem,

claro”. Irina: “Não está no filme mas é reflexo da realidade causadora dos cortes. Há atitudes da Segurança Social que vão em benefício das entidades patronais, entre elas o próprio Estado”. Despede-se e recontrata-se mais barato: “os mais ricos são os que sabem” como usar o sistema: ficam a pagar apenas “complementos” a quem instaram entretanto a passar ao subsídio de desemprego, e “a Segurança Social está falida”.

Discute-se quase tudo, o sistema, as eleições e a abstenção, capitalismo e alternativas, o trabalho descartável, o Estado Social, as elites e *Os Donos de Portugal*, a inveja atizada entre iguais. O documentário e o livro permitiram-no.

“Viver acima das nossas possibilidades”, o *horrendo* desta frase é o *nossas* do Passos Coelho, está a fazer de conta que é uma coisa que o toca a *ele* e à comandita. Mais pernicioso ainda, é ele que está a definir, sem o dizer, o que são as possibilidades, está a fazer acreditar que aquilo que entendias que era possível, deixa de ser verdade. Isto é tratar uma sociedade como um bando de indigentes! E é um caminho aberto



Do lugar donde partem, autores e autora posicionam câmaras e olhares. Solidariedade e cumplicidade não tropeçam numa cosmética da miséria humana.

para teres alguém te vir dizer o que podes e o que não podes. Isto vale para telemóveis, para medicamentos, vale para tudo! Quanto mais se pensa nesta frase, mais vejo o terrível que isto encerrava da primeira à última palavra. E onde nos querem pôr com isto tudo. E que ande tanta a gente a repetir isto!” (Ana).

“A estetização da pobreza, às vezes é inconsciente e há autores que caem nisso. Neste documentário acho que não abusaram, mostraram aquilo que é”, comentou Luciano. “Não me satisfaz ver estas condições, por isso estarei insatisfeito. Mas estou satisfeito com este documentário, por ele existir desta forma”, dissera Orlando.

O prefácio de Boaventura Sousa Santos, A

inextinguível chama da dignidade, encerra sublinhando “a solidariedade entre eles”, “o humano que está à frente das câmaras ao lado do humano que está por trás das câmaras”.

Do lugar donde partem, autores e autora posicionam câmaras e olhares. Solidariedade e cumplicidade não tropeçam numa cosmética da miséria humana.

Devolvendo uma frase oferecida, *Muito obrigada por terem acreditado no vosso projeto, obrigados mesmo.*

Agradeço à associação Saco de Gatos aka Gato Vadio e à Red Desert Films a cedência do espaço para entrevistas



22 Junho

Cinema “Sim, senhor ministro”

Lisboa, Casa da Achada, **21h30**.

23 Junho

Györg Lukács “Para uma ontologia do ser social”

FCSH, Edifício ID, Piso 4, Sala Multiusos 2,

Lisboa

14h-18h

Cinema Alto Bairro, de Rui Simões

Coimbra, Teatro da Cerca de São Bernardo,

21h30.

24 Junho

“Relações Laborais em Portugal e no Mundo

Lusófono 1800-2000”

Organização: Instituto de História

Contemporânea/Centro em Rede de

Investigação em Antropologia/Centro de

História d’Aquém e D’Além-Mar

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas,

Lisboa

25 Junho

Seminário Marcas do Império - Colonialismo e

Pós-Colonialismo na Época Contemporânea

FCSH | UNL ED Id | Piso 0 | Sala Multiusos

1, **Lisboa**

Ciclo de debates: Quo Vadis Europa? - Euro: que fazer?

Com Mariana Mortágua e José Gusmão.

Lisboa, Espaço Rato – Rua de São Bento 698,
21h30.

Projeção do filme: Prêt-à-Porter, de Robert Altman

Lisboa, Casa da Achada, **21h30**.

Os Bastidores no Trabalho de Actor

Sessão prática com exercícios e jogos de actor.

Lisboa, Casa da Achada, **21h30**.

Encontro «Turismo, Lazer e Guerra»

FCSH | Torre B | Piso 5 | Auditório 3

25, a 27 de junho, **Lisboa**

26 Junho

Itinerários

Com Jorge Constante Pereira.

Lisboa, Casa da Achada, **18h30**.

27 Junho

III Marcha pelos Direitos LGBT – **Braga**

Leitura de contos para a infância - Flores de Livro, por Cláudia Sousa

Coimbra, Bar do Teatro da Cerca de São Bernardo, **11h**.

Debate: Imigração, um futuro na Europa?

Organização: Bloco de Almada.

Cacilhas/Almada, Chá de Histórias (Rua Cândido dos Reis 129), **15h**.

29 Junho

Cinema “Temos Papa”, de Nani Moretti

Lisboa, Casa da Achada, **21h30**.

30 Junho

30 de Junho de 1934: A noite das facas longas, com Sebastião Lima Rego

Lisboa, Casa da Achada, **18h**.

Teatro (Escola) O Despertar da Primavera – tragédia musical juvenil

Alunos do 11º ano do Curso de Artes do Espectáculo – Interpretação do Colégio São Teotónio.

Coimbra, Teatro da Cerca de São Bernardo, **21h30**.

2 Julho

40 anos de independência de Moçambique: que futuro para o passado?

09h30, Sala 1, **CES-Coimbra**

Conferência internacional “O Poder das Narrativas, as Narrativas do Poder”

Campus de Gualtar, Universidade do Minho, **Braga**

11º Colóquio Internacional do CETUP - “O Estranho e o Estrangeiro no Teatro: Arquitetura, Justiça e Teatro”

Faculdade de Letras da Universidade do **Porto**
2 a 4 de julho

7 Julho

Labouring the Amazon. The experience of the extractive reserves and the contested legacy of Chico Mendes. Felipe Milanez (CES)

14h30, Sala 8, **CES-Coimbra**

Exposição e debate: Lançamento do EJaltas Portugal e fórum sobre conflitos ambientais
17h30, Teatro da Cerca de São Bernardo,
Coimbra

Documentário “En todas as mans” de Diana Toucedo

21h15, Teatro da Cerca de S. Bernardo,
Coimbra

8 Julho

Violência, Segurança e Direitos Humanos - Políticas Sociais em Diálogo Portugal-Brasil

8 e 10 de julho, Teatro da Cerca de S. Bernardo e **CES-Coimbra**

Violência, Segurança e Direitos Humanos - Políticas Sociais em Diálogo Portugal-Brasil

8 e 10 de julho, Teatro da Cerca de S. Bernardo e **CES-Coimbra**

Moçambique, Filosofia e as Vontades de Existência

José Castiano (Universidade Pedagógica de Moçambique)

16h00, Sala 2, **CES-Coimbra**

“Filosofia Africana: da Sagacidade à Intersubjectivação” de José Castiano

18h30, Sala 2, **CES-Coimbra**

9 Julho

Universidade da Esquerda Europeia

Litomice (República Checa)

de 9 a 11 de julho

I Conferência Ibérica de Sociologia da Educação

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Lisboa

KISMIF Conference 2015 | | Crossing Borders of Underground Music Scenes

de 15 a 17 de julho

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

16 Julho

*X Curso de Verão, Círculo de Saberes 2015 -
EDUCAÇÃO DE INFÂNCIA: POLÍTICAS,
CONTEXTOS E PRÁTICAS*

Organização - Instituto de Educação -
Universidade do Minho, **Braga**

De 16 a 18 de julho

17 Julho

*Colóquio Internacional Migrar na instabilidade:
práticas, discursos e representações*

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas,
Lisboa

de 17 a 18 de julho

20 Julho

*International Congress Lights On... Cultural
Heritage and Museums!*

Faculdade de Letras da Universidade do **Porto**
de 20 a 22 de julho

27 Julho

*23.º Colóquio Anual “Sistemas Rurais
Sustentáveis”*

Faculdade de Letras da Universidade do Porto
de 27 de julho a 2 de agosto

Porto

2 Agosto

*XIII Congreso Internacional Galego-Português de
Psicopedagogia*

Universidade da **Corunha**

*Finanças Conjugais em Contexto de Crise: Género,
Poder e Desigualdades*

31 de agosto e 1 de setembro de 2015, CES-
Lisboa e CIUL-Centro de Informação Urbana
de **Lisboa** (Picoas Plaza)

28 a 30 Agosto

Fórum Socialismo

Debates de ideias à esquerda

Porto

8 Setembro

*17th European Conference on Developmental
Psychology*

Universidade do Minho, **Braga**

14 Setembro

III Conferência Internacional WASTES

Viana do Castelo

18 Setembro

*Conferência Internacional “Fuga de cérebros: a
mobilidade académica e a emigração portuguesa
qualificada”*

Faculdade de Letras da Universidade do **Porto**

24 Setembro

*Workshop “Landscape Reading Methodologies” no
Laboratório da Paisagem*

Laboratório da Paisagem, **Guimarães**

26 Outubro

*JADIS V - Jornadas Internacionais de Análise do
Discurso*

Faculdade de Letras da Universidade do **Porto**
de 26 a 27 de outubro

*Conferência Internacional “Human and nonhuman
animals: liberation, history and critical animal
studies”*

FCSH, **Lisboa**

6 a 7 de outubro

19 Novembro

Colóquio Textualidade(s) & memória(s):

*permanência, rotura, controvérsia (1945-2015) - In
honorem Maria João Reynaud*

19 e 20 de novembro

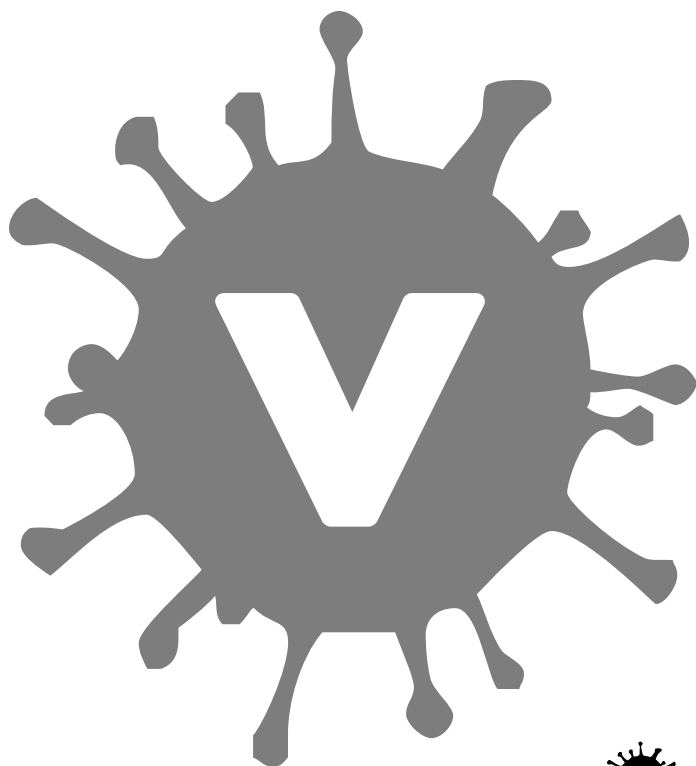
Faculdade de Letras da Universidade do **Porto**

26 Novembro

*1as Jornadas de Morfossintaxe da LGP e outras
Línguas de Sinais*

Faculdade de Letras da Universidade do **Porto**

de 26 a 27 de novembro



Colaboraram nesta edição

ADA PEREIRA DA SILVA | ADRIANO CAMPOS | AMARÍLIS FELIZES
ANA CLOTILDE CORREIA | ANDREA PENICHE | CARLOS CARUJO
CATARINA MARTINS | FABIAN FIGUEIREDO | FABRICE SCHURMANS
FERNANDO ROSAS | HELENA ROMÃO | HUGO MONTEIRO
JOÃO MANUEL OLIVEIRA | JOHN KRANIAUSKAS | JORGE COSTA
JÚLIA GARRAIO | LEONOR FIGUEIREDO | MARIANA MORTÁGUA |
MARISA MATIAS | MIGUEL CARDINA | PIERRE ROUSSET | SOFIA ROQUE

ISSN 2182-6781



9 772182 678001

